

arquitectura

DIRECTOR: ARQ. FREDERICO SANT'ANA

EDITOR: ARQ, RUI MENDES PAULA

COMISSÃO DIRECTIVA: CARLOS S. DUARTE, FREDERICO SANT'ANA, JOSÉ DANIEL SANTA RITA, NIKIAS SKAPINAKIS E NUNO PORTAS

PROPRIEDADE: INICIATIVAS CULTURAIS ARTE E TÉCNICA—COMPOSIÇÃO, IMPRESSÃO E GRAVURA: SOCIEDADE NACIONAE DE TIPOGRAFIA—RUA DO SECULO, 47 A 63—LISBOA ADMINISTRAÇÃO: RUA DR. ALEXANDRE BRAGA, 17, R/C.—TELEFONE 44778

SUMÁRIO 63 DESENHO Vespeira 2 NOMEAÇÕES IMPONDERADAS 3 5 19 ERRATAS A par de alguns lapsos que os nossas leitores fàcilmente terão descoberto, outros se registaram neste número de ARQUITECTURA, que requerem esclarecimento. Assim, na pág. 22, logo abaixo da «Bibliografia Sumária», falta uma linha de texto que torno a primeira frase incompreensível. Essa frase devia ser como segue: Sobre a Cidade-jardim 23 24 e os problemos a ela ligados existe já uma extensa bibliografia. 26 Na página 32, 10.º linha, onde se lê: «A arganização dum módulo hexagonal...» deverá ler-se: A arganização resultava do insistente utilização de um módulo hexagonal... Na página 33, linha 37, ande se lê «...um triunfo nas mãos, etc.». deve ler-se: ...um 34 trunfo nas mãos de... Na página 42, 2.º col., ande se lê «...a anterioridade do habitat... deve ler-se; ...a interioridade do habitat... 39 Finalmente, na pág. 36, as fotografias 2 e 3 encontram-se trocadas. Dos lapsos aqui apontados pedimos desculpa aos nossos leitores e colaboradares. 44 46 ANUAL 47 ET ASSINATURA ANUAL (6 NÚMEROS) 150500

ASSINATURA ANUAL — PORTUGAL E ESPANHA: 6 NÚMEROS 150\$00 — OUTROS PAÍSES: 6 NÚMEROS 200\$00
AS ASSINATURAS SÃO PAGAS ADIANTADAMENTE E INICIAM-SE EM QUALQUER NÚMERO

arquitectura

DIRECTOR: ARQ. FREDERICO SANT'ANA

EDITOR: ARQ. RUI MENDES PAULA

COMISSÃO DIRECTIVA: CARLOS S. DUARTE, FREDERICO SANT'ANA, JOSÉ DANIEL SANTA RITA, NIKIAS SKAPINAKIS E NUNO PORTAS

PROPRIEDADE: INICIATIVAS CULTURAIS ARTE E TÉCNICA—COMPOSIÇÃO, IMPRESSÃO E GRAVURA: SOCIEDADE NACIONAL DE TIPOGRAFIA—RUA DO SECULO, 47 A 63—LISBOA ADMINISTRAÇÃO: RUA DR. ALEXANDRE BRAGA, 17, R/C.—TELEFONE 44778

SUMÁRIO 63 DESENHO Vespeira NOMEAÇÕES IMPONDERADAS 3 5 arquitectura 19 BOLETIM DE ASSINATURA 23 24 HOME. PROFISSÃO_ 39 MORADA 44 46 COBRANÇA SEMESTRAL RISCAR O QUE NÃO INTERESSA ANUAL 47 ET ASSINATURA ANUAL (6 NÚMEROS) 150500

ASSINATURA ANUAL - PORTUGAL E ESPANHA: 6 NÚMEROS 150\$00-OUTROS PAÍSES: 6 NÚMEROS 200\$00
AS ASSINATURAS SÃO PAGAS ADIANTADAMENTE E INICIAM-SE EM QUALQUER NÚMERO

arquitectura

DIRECTOR: ARQ. FREDERICO SANT'ANA

EDITOR: ARQ. RUI MENDES PAULA

COMISSÃO DIRECTIVA: CARLOS S. DUARTE, FREDERICO SANT'ANA, JOSÉ DANIEL SANTA RITA, NIKIAS SKAPINAKIS E NUNO PORTAS

PROPRIEDADE: INICIATIVAS CULTURAIS ARTE E TÉCNICA—COMPOSIÇÃO, IMPRESSÃO E GRAVURA: SOCIEDADE NACIONAL DE TIPOGRAFIA—RUA DO SECULO, 47 A 63—LISBOA ADMINISTRAÇÃO: RUA DR. ALEXANDRE BRAGA, 17, R/C.—TELEFONE 44778

SUMÁRIO 63

DESENHO Vespeira	2
NOMEAÇÕES IMPONDERADAS	3
ANTOLOGIA DO MOVIMENTO MODERNO:	4
INTRODUÇÃO A HOWARD Carlos S. Duarte	5
GARDEN CITIES OF TO — MORROW Traduções de textos de Lew Mumford e Ebenezer Howar	
EXPO. 58: F. Gomes da Silva e Nuno Porto	os 23
POSIÇÃO CULTURAL	24
A REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL NA EXPOSIÇÃO	26
O PAVILHÃO PORTUGUÊS Arq. Pedro Cid	34
HABITAÇÕES EM PONTE DA PEDRA Arqs. Arménio Losa e Cassian Barbosa	39
ARTES PLÁSTICAS — ANTÓNIO QUADROS Nikies Scapinakis	44
DEPOIMENTO SOBRE A REFORMA DE BELAS-ARTES Arq. Francisco Keil do Amaro	al 46
DAS REVISTAS ESTRANGEIRAS	
NOTICIÁRIO, CRÍTICA, EXPOSIÇÕES	47
NA CAPA: DESENHO DE CARLOS CALV	ET

ASSINATURA ANUAL - PORTUGAL E ESPANHA: 6 NÚMEROS 150\$00-OUTROS PAÍSES: 6 NÚMEROS 200\$00
AS ASSINATURAS SÃO PAGAS ADIANTADAMENTE E INICIAM-SE EM QUALQUER NÚMERO

VESPEIRA Desenho — 0.45 × 0.60 — 1956 EXPOSTO NA IV MOSTRA INTERNAZIONALE DI BIANCO E NEGRO — LUGANO

NOMEAÇÕES IMPONDERADAS

A fornada de assistentes com que, últimamente, se dotou a E. S. de Belas Artes de Lisboa põe em inquietante risco de descrédito os bons propósitos enunciados na Reforma. Todavia, no caso do convite dirigido aos novos assistentes de Arquitectura e Desenho de Figura, antes da leviandade de quem aceita está a imponderação de quem convida.

«Arquitectura» transcreve, a seguir, o texto da moção aprovada por aclamação no S. N. A., a qual, definindo notávelmente a justa linha de conduta desejada pela Classe, mantém, perante os factos consumados, toda a sua pertinência.

«A reforma do ensino das Belas-Artes, há muito tempo desejada e aguardada, veio alimentar esperanças numa renovação necessária das actividades docentes e do ambiente escolar.

Embora com reservas que se afiguram pertinentes acerca de alguns aspectos daquele diploma, esperava-se que ele contribuísse bastante para sanear o clima de des onfiança, em relação à Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, seus métodos, desactualização, faltas e ineficiências.

Tinha-se como fundamental, para alcançar esse objectivo, a admissão prevista de novos professores competentes, para completar o escasso quadro docente, insuflar ao ensino um novo espírito e fomentar relações mais íntimas, cordeais e proveitosas, com os alunos.

Não se abriram os concursos ou se fizeram os convites que o decreto reformador previa; mas a escolha criteriosa de alguns assistentes contribuíu, apesar disso, para o pendor favorável da expectativa criada pela reforma.

Estranhou-se, é certo, que a algumas das personalidades convidadas a ingressar no corpo docente da E. S. B. A. L. não fossem facultados por concurso, ou oferecidos os lugares de professores a que o seu valor e a sua obra davam direito, mas tinha-se como transitória a sua situação de assistentes. Embora pouco franca e com inconvenientes notórios a solução aceitou-se, na maioria dos casos, devido apenas à confiança e ao respeito que essas pessoas inspiravam.

Mas uma mudança de critério, inesperada e inexplicada, parece ter-se operado. E, sùbitamente aparecem nomeados, contra a expectativa geral, contra a opinião do próprio professor que alguns iriam assistir, uns jovens sem o aval de uma acção profissional valiosa, de uma experiência pessoal indispensável, ou de uma formação docente.

Não se põem em causa as qualidades pessoais dos novos assistentes, mas uma certa precipitação na sua escolha e recrutamento, sem se atender às condições muito particulares em que a E. S. B. A. L. se encontra e irá funcionar.

Aos novos assistentes vai competir efectivamente, não só um papel de professores, mas de orientadores e organizadores do ensino, em cadeiras para algumas das quais não existem professores titulares, ou possibilidades do professor titular leccionar tão grande número de alunos, e nem sequer têm programas.

Todos os cuidados seriam poucos para recrutar pessoal docente em tais circunstâncias e houve um ano escolar inteiro para ponderar e agir, calma e criteriosamente.

É evidente que, à falta de professores especializados, como é o caso, só as aptidões reveladas no exercício de actividades profissionais afins das que se vão leccionar e um «amadurecimento» cultural, deverão constituir credenciais para tal escolha.

Os novos assistentes foram alunos aplicados e bem classificados — circunstância que os torna credores de admiração, mas não pode nem deve servir de motivo bastante para os pre-

ferir a outros artistas de valor e aptidões já sobejamente confirmados.

A palavra «precipitação», atrás usada, ajusta-se com bastante comedimento ao caso da escolha desses jovens inexperientes, a um dos quais foi permitido, no ano escolar transacto, sem a frequência regulamentar das aulas, concluir de um jacto os cursos de pintura e de escultura, com a apresentação simultânea das provas finais dos terceiros anos, dos quartos anos e das teses de ambos os cursos. Permissão que, se não é ilegal, é, pelo menos, insólita e perturbadora.

Estas nomeações e as dúvidas que se levantaram sobre a capacidade da actual direcção da E. S. B. A. L. em promover as medidas necessárias para que a Reforma não seja apenas uma alteração formal, causaram uma grande inquietação entre os alunos daquela Escola e entre aqueles que já o foram e continuam profundamente interessados na formação dos artistas portugueses.

A desconfiança e o desânimo que antes lavraram, e que por um certo período foram atenuados, ameaçam impor-se de novo.

O Sindicato Nacional dos Arquitectos conta, desde há muito, entre as suas principais aspirações o melhoramento do ensino para uma formação superior dos seus futuros membros. Disposições estatutárias e uma linha de acção há longos anos iniciada e mantida (I Congresso Nacional de Arquitectura moções de Assembleias Gerais, intervenções da direcção do S. N. A. junto do Ministério da Educação Nacional, I Encontro Nacional de Arquitectos realizado no Porto, em Outubro de 1957, etc.) obrigam-no a envidar os seus esforços para que as esperanças suscitadas pela última Reforma não sejam prejudicadas por medidas e nomeações indesejáveis, que podem comprometer a eficiência do ensino e a confiança que é indispensável depositar nos estabelecimentos em que é ministrado.

Conscientes de que apresenta certa gravidade a situação que se acaba de definir, propomos com vivo interesse as seguintes medidas:

- 1.ª Que sejam suspensas as recentes nomeações de assistên-
- 2.º Que, em vista de a actual Direcção da Escola como está provado — não oferecer garantias de uma escolha acertada dos assistentes, devem ser abertos concursos públicos do umentais para o provimento dos respectivos lugares;
- 3.º Que se proceda quanto antes, com a antecedência indispensável, para se evitarem precipitações, ao provimento dos lugares de professores nomeadamente os daquelas cadeiras já abrangidas pela nova Reforma por meio de concursos públicos, rodeados de todas as possíveis condições de objectividade e isenção, que o Decreto n.º 41.363 permite, entre outros aspectos quanto à constituição do júri».





Um dos aspectos típicos da concepção urbana herdada do século passado, contra a qual Howard. Geddes e outros iniciadores do moderno Urbanismo reagiram é o «culto da fachada» de que entre nós existem também muitos e bons exemplos. Este, ao acaso: um prédio na Av. 24 de Julho, próximo da Rocha do Conde de Óbidos (2), cujas trazeiras são um beco esburacado e imundo, que ninguém «de fora» adivinha (1). Do outro lado deste beco, rodeada por habitações de gente pobre, fica a fábrica que documentamos em (3).

As insuficiências de um ensino onde até à promulgação da recente reforma não existiam cadeiras de teoria e
história da Arquitectura, o que limitava os interessados
a um dificil auto-didatismo, e a ausência de traduções na
nossa lingua, têm impedido muitos arquitectos e estudantes de arquitectura de entrar em contacto com algumas
obras de extema importância para a compreensão das
ideias que animaram o movimento de renovação da arquitectura a partir de meados do século passado. Ao iniciarmos esta Antologia do Movimento Moderno, que, sem
preocupações cronológicas, incluirá a tradução de extractos
de algumas das obras mais representativas desse movimento, cremos corresponder assim a uma necessidade geralmente sentida, ajudando, embora modestamente, a promover uma cultura arquitectónica moderna entre nós.

Cada tradução será acompanhada de uma nota introdutória onde a obra e o seu autor são sumáriamente localizados. O leitor encontrará também uma bibliografia resumida a que poderá recorrer no caso de pretender alargar o seu conhecimento sobre a matéria.

Inútil é acrescentar que esta secção pouco ou nenhum interesse poderá ter para aqueles que se encontram já familiarizados com as obras e os temas aqui focados. O nosso objectivo resume-se únicamente a chamar a atenção para essas obras e esses temas, promovendo o seu conhecimento e debate.

3



antologia do movimento moderno

TRADUZIDA E ANOTADA POR C. S. DUARTE

1

Sir Ebenezer Howard
GARDEN-CITIES OF TO-MORROW



Carlos S. Duarte

Introdução a Howard

Duas atitudes mentais (e morais) distinguiram os intelectuais e artistas ingleses do século passado perante o fenómeno da Revolução Industrial, que tão profundamente veio alterar o aspecto das coisas e as formas de vida no seu país: ignorá-la, refugiando-se no culto do passado, no esteticismo ou no pensamento abstracto; ou encará-la em qualquer das sua facetas, acusando os seus reflexos na vida social e individual ou propondo soluções de reajustamento (ou mudança radical) para os múltiplos problemas por ela levantados.

A este último tipo de homens pertenceu «sir» Ebenezer Howard, cuja obra ficou ligada a alguns dos mais graves problemas do seu tempo — os que se prendiam com o destino das cidades e com a nova politica do território decorrente do industrialismo — a que deu respostas que muito consideram ainda actuais e que estão na origem de realizações recentes nestes domínios; razão que justifica o relembrar aqui, embora de maneira breve, de alguns dos aspectos mais importantes da primeira Revolução Industrial, justamente aqueles que directamente se ligam ao destino das cidades europeias e particularmente das da Grã-Bretanha, país onde ela nasceu e mais intensamente fez sentir os seus efeitos; aqueles também que pela sua gravidade e premência levaram

Howard a escrever Garden-Cities of To-Morrow e a impulsionar o movimento que levou à construção de Letchworth e Wellwyn, as duas primeiras Cidades-Jardim da Inglaterra e do Mundo.

Perspectiva histórica

Mesmo sobre acontecimento tão fundamental e próximo de nós como a primeira revolução industrial (1) é hoje possível ler opiniões bem diferentes. O fenómeno, resultado das diversas ópticas usadas pelos seus autores, é particularmente curioso e evidente quando estes descrevem as condições de vida existentes nos grandes centros industriais europeus e americanos do século passado.

Não que todos os autores (pelo menos os que conhecemos) deixem de concordar, por exemplo, quanto aos baixos níveis de vida e à insalubridade que neles reinava (o que de resto seria dificil dado que ainda hoje subsistem em quase todos os países restos da herança industrial do carvão e do aço); mas porque, também aqui, a factos objectivamente verificáveis se sobrepõem por vezes conceitos doutrinários e perspectivas históricas interessadas, que acabam por alterar o próprio quadro de base, atitude aliás facilitada pela insuficiência dos dados estatísticos da época, algumas vezes ainda de fidelidade duvidosa. Donde resultar por vezes uma diferença de tom e de es-

cala que não pode deixar de desorientar o leitor menos familiarizado com a matéria.

Tomemos, para exemplo do que se diz, dois autores, o americano Lewis Mumford e o inglês T. S. Ashton, que aos problemas da sociedade industrial têm dedicado boa parte da sua actividade.

Para o primeiro, sociólogo e historiador muito conhecido entre os arquitectos de todo o Mundo pela atenção que tem prestado aos problemas do urbanismo e da arquitectura, a primeira fase da revolução industrial (aquela a que, adoptando a terminologia de Patrick Geddes designa como o período paleotécnico) foi uma época de terriveis provações humanas, de degenerescência moral e física. As páginas de Culture of Cities ou de Tecnicks and Civilization em que descreve a cidade industrial do século passado e a vida dos seus habitantes, são verdadeiramente dramáticas e bem representativas do espírito apaixonado e polémico daquele autor: «...um inferno de depressão e miséria, de degradação sem esperança. Cheiros horríveis, vermina, comida repugnante, alcoolismo e proniscuidade eram os principais produtos da sua existência, depauperada e congestionada, e o crime e a doença as inevitáveis respostas nos campos psicológicos e fisiológico» escreveu ele em Culture of Cities, descrevendo a Londres do oitocentos.

Todos os males resultavam da concuspicência dos homens, que aproveitavam um técnica primitiva sem respeito pela vida humana. Por exemplo, a máquina a vapor, a grande descoberta do século... «apesar do seu aperfeiçoamento tinha só um rendimento de 10%. Os restantes 90% do calor produzido perdiam-se por radiação. Uma boa parte do conbustível fugia pela chaminé». O fumo era na verdade a própria essência da nova indústria, olhado com orgulho pelos fautores da ordem económica do laisser-faire e da produção a todo o custo. «Um céu claro numa região industrial era o sinal de uma greve, dum lock-out ou duma crise...». (Technique et Civilisation, pág. 157).

No meio da miséria popular floresciam as doenças motivadas pela sub-alimentação, a falta de sol, a poluição do céu e das águas e a sugidade: variola, tipo, tifoide, raquitismo, tuberculose. A ausência de medidas antisépticas era regra nos hospitais, onde os médicos se orgulhavam por usar batas sujas de sangoe, que eram o testemunho de uma longa prática profissional...

Enfim, e para não nos alongarmos mais em transcrições, na visão pessoal de Mumford a grande metrópole tentacular era o ponto extremo do processo de decadência iniciado com o fim da sociedade medieval (descrita algo

idilicamente nos seus livros...) e os meios de produção que a tinham gerado e os detentores das suas alavancas de comando os grandes responsáveis pelas formas de existência mais bárbaras da história da Humanidade,

Quadro algo diferente nos pinta T. S. Ashton no seu livro «A Revolução Industrial», obra clássica sobre o assunto, felizmente já traduzida em língua portuguesa. A revolução industrial e tudo o que de mau nela se passou não podem, para aquele autor, ser separados das circunstâncias particulares da época (a política do *enclosure*, (2) as guerras napoleónicas e a depressão económica e desvalorização monetária que se seguiram, etc.); para ele, pelo contrário, a revolução industrial veio salvar a Inglaterra da situação dificil criada por essa série de acontecimentos e redundou em benefício imediato das populações, apesar de todos os erras cometidos.

Além de toda uma série de elementos favoráveis na alimentação, vestuário e hábitos de higiene introduzidos em Inglaterra na segunda metade do século dezoito e que ou antecederam ou pouco têm a ver com as novas fontes de produção (início das colheitas de tubérculos, aumento do consumo e melhoria dos cereais, generalização do uso do sabão e das roupas interiores de algodão, progressos na ciência médica, etc.) outros aparecem mais intimamente ligados àquela (construção, nas cidades, de habitações com paredes de tijolo, em vez de madeira ou pedra, uso da ardósia em vez do colmo nos telhados das habitações populares, o que, segundo parece, ajudou a diminuir o número de epidemias; criação de redes de esgotos e de distribuição de água potável nos aglomerados principais, etc.).

Resumindo as teses essenciais de « A Revolução Industrial», Ashton escreveu nas páginas finais daquele livro (respondendo a Mumford?):

«Determinado historiador escreveu sobre os desastres da revolução industrial. Se com isso se refere às circunstâncias de a época de 1760-1830 ter sido perturbada por guerras e pelas lamentáveis carências que nela se verificaram, nada se poderá objectar à frase. Mas se quer dizer que as alterações técnicas e económicas foram a própria causa dessas calamidades, então já a sua opinião é evidentemente falsa.

Hoje, nas planícies da China e da Índia, encontramos indivíduos cobertos de chagas e esfomeados, vivendo uma vida pelo menos à primeira vista, pouco melhor que a do gado que com eles trabalha diáriamente e com o qual compartilham a casa durante a noite. Esses horrores asiáticos e padrões não mecanizados são a sorte das re-

NOTAS

1.º — A revolução industrial não se inicou ao mesmo tempo em toda a parte nem obviamente conheceu naqueles países onde mais tardiamente se processou todas as fases por que passou noutros, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França e a Alemanha, onde a sua origem é mais antiga.

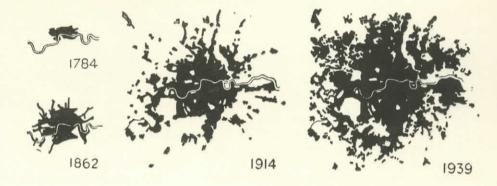
As sucessivas fases que tem atravessado têm sido por alguns autores classificadas atendendo às características sociais, tecnológicas e políticas que acompanharam a sua evolução, sendo a classificação mais correntemente usada a que tem por base a origem energética da actividade industrial. De entre as várias interpretações que conhecemos, damos aqui, a título de curiosidade, a de Jean Fourastié, notável sociólogo francês com uma larga obra escrita sobre os problemas da sociedade industrial.

Os períodos por ele indicados — note-se bem — dizem respeito, especificamente, à França.

- «1.º A revolução industrial tem a sua arrancada de 1820 a 1871; registam-se então grandes investimentos mas os bens de consumo oferecidos às classes trabalhadoras ou crescem lentamente ou encontram se por yezes em regressão; o número de habitantes cresce ràpidamente e, mau grado uma lenta melhoria do rendimento das terras, a cultura da totalidade do solo francês é necessária à alimentação da população; a migração da população rural para as cidades não acarreta o despovoamento dos campos mas é alimentada pelos excedentes da natalidade rural.
- 2.º A partir de 1871, regista-se uma nova explosão de progresso técnico a que Georges Friedmann chamou a «segunda revolução industrial» devida à aplicação da electricidade industrial.

Paralelamente, o maquinismo agricola regista a sua primeira revolução; o rendimento das terras e a productividade crescem sensivelmente; e como a ex-

A expansão de Londres entre 1784 e 1939 (reproduzido da «Storia dell'architettura moderna», de Bruno Zevi)



giões que aumentaram os seus habitantes sem passarem por uma revolução industrial».

O que, de qualquer modo, não nega a evidência dos terríveis sofrimentos e privações suportados pelas populações urbanas e particularmente pelo proletariado durante a primeira revolução industrial (e depois dela, também) embora como Ashton acentua, haja demasiada tendência para ver o que então se passou com os olhos de hoje, sem ter em conta as com certeza não menos trágicas condições de vida anteriores.

A revolução demográfica

A revolução industrial encontra-se estreitamente ligada a dois fenómenos demográficos que só por si têm dado origem a muita discussão: o aumento rápido e generalizado das populações registado em quase todos os países evoluídos da Europa e da América a partir da segunda metade do século dezoito, e o fenómeno do urbanismo, (3) quer dizer, da emigração maciça das populações rurais para as cidades, em busca de melhores remunerações na indústria (fenómeno agravado, em Inglaterra, como já se viu, pela política do enclosure).

Sem entrar na exposição das curiosas discussões a que o assunto se tem prestado, indicaremos a seguir alguns números que são em si bastante reveladores.

Primeiro algumas cifras gerais, abrangendo a populacão total do globo terrestre:

Em 1650 calcula-se que a população mundial andava à volta de 545 milhões de almas; cem anos depois seria já de 728 milhões; em 1850 de 1.171 milhões, de 1.608 em 1900 e finalmente de 2.400 milhões em 1950.

Por onde se vê que o número de indivíduos sobre a terra quase quadruplicou nos trezentos anos que medeiam entre 1650 e 1950, tendo passado para mais do dobro só entre 1850 e 1950.

Este enorme incremento, que de um modo geral coincidiu com a expansão das actividades industriais e a melhoria nas condições de habitação, higiene e alimentação, foi particularmente acelerado a partir dos princípios do século dezanove. Assim, em Inglaterra, a população, que era de 9 milhões de habitantes em 1801, atingia os 36 milhões em 1911; a população da Alemanha, país onde a revolução industrial se processou mais tarde, passou de 24 milhões em 1800 para 65 em 1910; em Itália, onde a nova ordem económica, surgida no norte, se verificou também mais tarde, o número de habitantes, que era de 25 milhões em 1861, ultrapassava os 41 milhões em 1931.

Os aumentos verificados revertiam quase exclusivamente a favor dos grandes centros, e de tal modo que a partir de certa altura e apesar do enorme incremento total se iniciou em alguns países o despovoamento dos campos. Foi esse por exemplo o caso da Alemanha, onde a população rural, que em 1871 constituia cerca de 64% do total conhecido, estava reduzida em 1919 apenas a 37%.

Toda esta massa humana constituída por excedentes rurais em busca de trabalho e melhores condições de vida (em Inglaterra formada também por milhares de irlandeses que fugiam ao depauperamento económico da sua ilha) amontuava-se como podia nas cidades, que progressivamente se congestionavam.

Nova York, que em 1950 manifestou 7. 835.000 habitantes, possuía apenas uns escassos 79.000 em 1800. Londres, que tem hoje uma população avaliada em mais de 8 milhões de almas, acusava apenas 1 milhão em 1801.

Em Paris, a densidade populacional que em 1836 era de 11.000 pessoas por quilómetro quadrado, tinha passado

pansão demográfica chega ao seu termo (a população da França era de 27,5 milhões em 1801, 38,5 em 1870 e 42 em 1939) a superfície necessária à alimentação baixa e as campos despovoam-se. O nível de vida pode pois melhorar mais ràpidamente que no período precedente, por causa da acumulação de ganhos nos sectores agrícola e industrial. O ritmo de expansão mantem-se contudo lento. Cortado pela guerra de 1914 reaparecte mediocramente até 1929.

3.º — A partir de 1929 uma terceira fase abre-se sob fracos auspícios: os de uma grave crise económica mundial; é contudo um período de viva expansão técnica e por isso de rápida melhoria das condições de vida dos trabalhadores. A guerra de 1940 interrompe esta fase, sem evidentemente lhe pôr fim; encontramo-nos pois na hora actual num estado de profunda regressão (a 1.ª edição desta obra data de 1951); mas pode-se esperar, se não surgir uma nova guerra, ver-se reconstituir nos anos próximos um movimento ascendente

re lativamente acelerado e que tem a sua origem por volta de 1930 (Jean Fourastié, *Machinisme et Bien-Être*, pág. 74).

2.º — Dão os ingleses este nome ao movimento de vedação de terrenos que se generalizou em muitas zonas rurais do seu país durante o século dezoito.

Muitos daqueles terrenos eram anteriormente utilizados pelos habitantes das aldeias, que daí tiravam o seu sustento, e que por esse motivo se encontravam em situação difícil quando tal sucedia. A *enclosure* resultava de uma hipoteca, de um acordo entre dois proprietários, ou em geral, quando a terra pertencia a muita gente,, de uma venda compulsória. Estas compras eram aliás facilitadas por leis ditadas pelo Parlamento, inspiradas por grandes latifundiários que assim forçavam os pequenos proprietários a desfazerem-se das suas terras.

Alguns destes, de resto, faziam-no de boa vontade, com o intuito de empatar o dinheiro em actividades industriais mais lucrativas. Para as pessoas que viviam nas aldeias na sua dependência estas vendas eram porém de consequências trágicas,

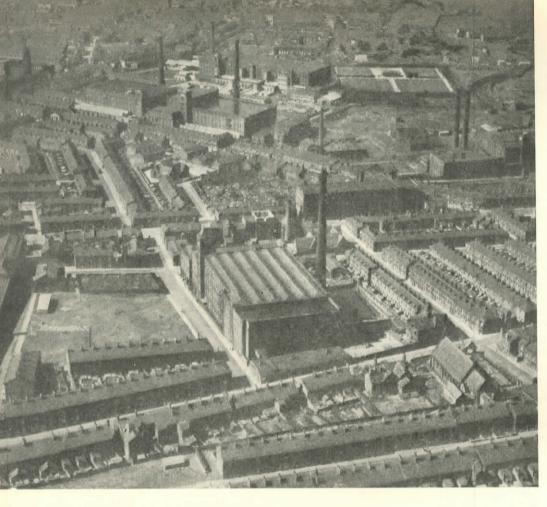


Imagem-tipo de uma zona industrial do século passado. Em volta da fábrica, ao longo de ruas incaracterísticas alinham-se as habitações operárias do tipo back-to-back descrito no texto. A fotografia, tirada numa cidade inglesa, poderia perfeitamente representar qualquer centro industrial europeu ou americano da mesma época. (reproduzido de «Industry in Town», de Gordon Logie)

a 29.000 em 1886. Um inquérito realizado em Inglaterra em 1851 mostra que em Londres e 61 outras cidades, de entre 3.336.000 habitantes maiores de 21 anos só 1.337.000 tinham nascido na cidade em que residiam.

Condições de habitação nas grandes cidades inglesas no século passado

Para arranjar acomodações para os recém-vindos sub-alugavam-se as casas existentes e construiam-se outras em todos os espaços disponíveis. Por toda a parte os especuladores e oportunistas, (4) ademais ajudados pela ausência de restrições regulamentares, construiam novos pátios e becos em lugares que serviam anteriormente de logradouros e espaços livres. A construção de casas para operários era também levada a efeito por muitos industriais, geralmente nos terrenos em volta das fábricas, com o fim evidente de aumentar a sua dependência e ligá-los

mais intimamente ao local de trabalho. As condições de habitabilidade dessas casas eram de resto — pelo que ainda hoje podemos observar — geralmente baixas, já devido à própria vizinhança da fábrica, donde com frequência provinham cheios e fumos insuportáveis, já pela péssima qualidade das construções.

«Sir» Patrick Abercrombie (5) classificou em três fases o processo da construção urbana deste período em Inglaterra: (6) Na primeira fase as casas eram construídas ao longo de ruas estreitas, pátios e becos de qualquer largura, visto não existir o mínimo planeamento ou «contrôle» oficial. Datam deste período as construções mais insalubres e desumanas de toda a revolução industrial. O tipo mais corrente de construção consistia numa dupla fila de casas ligadas por uma empena comum; cada casa era igualmente colada às que lhe ficavam dos dois lados, donde resultava as habitações terem uma entrada e em geral uma única janela. Esta fachada dava para uma rua, neste

e isso porque na maior parte dos casos os novos proprietários utilizavam a terra para o pastoreio de carneiros, que iam alimentar as fábricas de Manchester, exploração que exigia un número reduzido de empregados.

Estas famílias, reduzidas à maior miséria constituíam uma boa parte das levas que dos campos demandavam as cidades industriais em busca de trabalho.

Embora a importância deste movimento tenha sido maior no século dezoito (e isto, pelo que se disse acima, em virtude do apoio emprestado pelo governo e pelo Parlamento da época aos latifundiários), a sua origem remonta naquele pais ao século XVI. Factos ligados à politica do *enclosure* estão na origem de várias revoltas populares dessa época contra os nobres.

3.º — O elemento de maior importância para a explicação do movimento de emigração ainda dominante em quase todos os países industriais das populações rurais para a cidade reside no facto destas auferirem em regra piores salários que os trabalhadores urbanos. Um economista americano, Robert Steiner, fiel aos credos da livre competição económica, afirma que o equilibrio demográfico, hoje tão abalado pelo afluxo de trabalhadores às cidades, se resolverá naturalmente quando o mercado do trabalho urbano, saturado pela grande oferta, começar por sua vez a mostrar-se inferior ao dos campos, provocando um movimento de refluxo e assim por diante...

A prática não parece confirmar semelhante optimismo. De resto, mesmo que tal fosse verdade o estado de equilibrio seria conseguido através de um imenso desgaste de energias e riqueza, a que nenhum país se pode hoje permitir.

4.º—Segundo parece, a especulação em larga escala sobre o solo urbano e as negociatas sobre a habitação tiveram o seu início histórico em 1666, em Londres, depois do grande incêndio que nesse ano destruiu largas zonas da cidade.

Um estranho personagem da época, o dr. Barbone, aproveitando-se da situação criada pela grande penúria em habitações, fez largas compras de terrenos que depois mandou «ur-

caso um estreito corredor, entre duas filas de casas, onde se faziam muitas vezes os despejos, visto a maior parte das habitações não possuir esgotos nem água corrente. Geralmente, a cada grupo de casas corespondia uma sentina comum.

Estes não eram de resto os exemplos plores. Multa gente habitava também em caves, que outrora tinham servido de celeiros. Calcula-se que em 1840 cerca de um sexto da papulação total de Liverpool vivia desta forma. Igualmente grande era o número dos que dormiam em casas de pernoitar ou albergues para mendigos. Só em Manchester, em 1841, existiam 109 e 91 casas destes tipos, respectivamente, onde habitualmente se recolhiam muitos milhares de individuos de ambos os sexos.

A segunda fase — ainda segundo Abercrombie — iniciou-se por voltas de 1840. Compreendeu-se nessa altura a necessidade de fazer qualquer coisa e desde então foram publicadas várias leis sobre saúde pública que melhoraram ligeiramente o fornecimento de água, os esgotos, a iluminação pública, etc. Continuaram no entanto a aparecer as casas do tipo back-to-back atrás descritas, que se tornaram mesmo no caso corrente da construção.

Finalmente, o 3.º período iniciou-se em 1875 com a aprovação pelo Parlamento do Public Health Act, que representou de facto um enorme avanço sobre o estado de coisas anterior, (indicava as dimensões minimas das dependências das habitações, as cérceas dos prédios, a área dos logradouros internos etc.). Um dos defeitos deste sistema (perfeitamente familiar a um leitor português) residia na normalização da largura das ruas (36 pés em média), demasiado largas para caminhos de peões e excessivamente estreitas para o trânsito de veículos, o que de resto se veio a agravar ulteriormente com o aparecimento dos primeiros automóveis.

O clima social e a fuga para os subúrbios

A par desta evolução no interior, que afectara principalmente as classes trabalhadoras, verificou-se a fuga para o exterior por parte da população que se podia dar ao luxo de adquirir uma casa nos subúrbios, em contacto com a Natureza, livre dos cheiros nauseabundos, da imundicie e da miséria das zonas industriais, que, livres de peias oficiais, se distribuíam um pouco por toda a parte ao sabor das conveniências particulares.

Desta maneira se iniciou um fenómeno que viria a revelar-se pieno de consequências: as grandes metrópoles começaram a apresentar uma geografia social perfeitamente demarcada em zonas.

Um escritor português, Oliveira Martins, deu-se conta desse fenómeno, que já no século passado dividia Londres em duas partes opostas — o West End e o East End — e a ele fez referência em «A Inglaterra de Hoje», livro em que fez a crónica da sua viagem àquele país em 1892.

Da sua colorida descrição da população da capital do Império Britânico daquela altura não resistimos à tentação de transcrever um pequeno trecho que é em si bastante esclarecedor sobre o panorama social da cidade, numa altura em que — todos os historiadores com isso concordam — «o pior já tinha passado...».

...«Chama-se a Londres o grande wen, o abcesso monstro desta montanha colossal de gente. A miséria é o residuo da grande manufactura de milhões que ostenta insolentemente os caudais da opolência nas exibições do Weste End. Lado a lado, a Oeste e Leste, estão duas Londes inimigas e afastadas: a das pobres e a dos ricos.

Dizia-me o detective com quem peregrinei pelos bairros miseráveis, nas vielas repugnantes de Whitechapel,
que esta gente de Leste nasce e morre sem saber sequer
da existência do que fica para além do Strand. O West
End para eles é uma terra ignota. Ai! do dia em que a
descobrirem. As cenas do Trafalgar Square foram um prenúncio tenebroso. Uma vez, a multidão de selvagens ávidos
correu pelo Strand, e a Londres mundana empalideceu
de susto quando viu o acampamento de hordas mais terriveis do que as de Átila, acampando nos degraus da praça,
ao lado dos leões magnificos de Landseer que parecia rugirem.

Sobre este lodo de mais de um milhão de miseráveis, assentam os alicerces sólidos da população operária: dois milhões de homens (2.167,126), que alimentam oitocentos mil (749.611) burgueses», etc., etc... («A Inglaterra de Hoje», pág 41 e 42).

A fuga para os subúrbios, de que falávamos atrás, era, de resto, mesmo do ponto de vista habitacional uma pura flusão, como exemplos mais recentes de cá também têm demonstrado. A metrópole, na sua expansão desordenada, ia-se apoderando um a um desses pequenos oásis da burguesia, de baixas densidades e arquitectura romântica; com o alastrar do centro e consequente valorização dos terrenos as cottages e os seus jardins eram progressivamente substituídos pelos prédios de rendimento. A isto, claro, corespondia um surgir de novos dormitórios ideais, mais longe, cada vez mais longe do centro e das actividades normais de trabalho. Para os que, pobres ou ricos, viviam no interior, junto dos escritórios e das fábricas (cujos

banizara, pelo sistema nosso conhecido de traçar um mar de ruas ao longo das quais se alinhavam pequenos lotes para venda ao público. Quando não conseguia vender os terrenos ele própria tratava da construção, cobrando depois altas rendas.

O dr. Barbone — diga-se por amor à verdade — foi apenas um modesto pioneiro da especulação. O que actualmente se faz nesta matéria (em Lisboa, por exemplo) faria morrer de inveja o bom do doutor se por azar voltasse a este Mundo.

5.º - Em «Town and Country Planning», pág. 77.

6.º— O que se diz aqui para as cidades industriais inglesas aplica-se nos seus termos gerais à maioria das cidades europeias que no século passado conheceram a revolução industrial.

A este respeito tem interesse trancrever aqui um curto trecho de um artigo de Marcel Cornu, (L'Urbanisme en France) recentemente aparecido numa publicação não especializada daquele país, em que aquele autor descreve as condições da habitação em Lille, no século passado;

«É sabido que em Lille se dá o nome de pátio a uma ilha habitada que se dissimula à margem da rede das ruas. Casas de tijolos cinzentos, sempre miseráveis, rodeiam um pequeno espaço descoberto, o pátio comum. Chega-se ai por uma ruela muito estreita, com frequência por um corredor baixo onde por vezes passa o esgoto. Havia courcttes em Lille muito antes da Revolução Industrial. No século dezasseis já elas existiam no lugar que mais tarde se chamou a velha Lille. No século dezanove a situação agrava-se primeiro nestes quarteirões. Ao olhar uma planta de 1822, encontram-se ainda espaços livres, muitas vezes jardins, no interior das ilhas. No cadastro de 1884, porém, ja desapareceram. Os antigos jardins estão cobertos de casas. Pior. No século XIX construiram-se, sob o mesmo modelo, novos pátios, tão insalubres, tão desastrosos como os antigos, nos quarteirões excêntricos, antigas aldeias anexadas à cidade quando os industriais ai se foram instalar.

A causa verdadeira desta proliferação? Incontestàvelmente a especulação. Os terrenos interiores, nestas ilhas, custavam menos caro que os situados ao longo das ruas. Eles não implidonos, por razões várias de funcionamento e economia começaram em certa altura a procurar a periferia, ao contrário das actividades comerciais, que em quase toda a parte se concentraram nos centros históricos) correspondia isto a viver toda a vida num meio ambiente totalmente artificial, insalubre e sem contacto com a Natureza, àvidamente procurada nos week-end e nas férias anuais; para os outros, os que habitavam nos subúrbios, o problema residia (e reside) nas horas perdidas em transportes, em longas e estenuantes viagens diárias.

Pior que tudo, o desenvolvimento das metrópoles, de que Londres foi paradigma, tornou-se só possível à custa da estagnação, e por vezes do depauperamento da provincia. (7) Não só as autoridades administrativas das grandes cidades, fortes do seu poder económico crescente e influência directa sobre o poder político facilitaram essa concentração (que, aliás, em parte se justificou pelas próprias características das fontes enegéticas utilizadas pela indústria), como também a contínua entrada de indivíduos provenientes da província provocou aí uma hemorragia que se traduziu (e traduz ainda em muitos pontos) em depauperamento económico e na manutenção de formas de vida social e cultural obsoletas.

Os gráficos de distribuição demográfica e industrial do século passado, em Inglaterra, mostram, a-par das grandes concentrações de Londres, Manchester, Liverpool, Shefield e pouco mais, um país baixamente povoado e desenvolvido. O mesmo, como já se disse acima, que se verificava na Alemanha e noutros países onde a revolução industrial tivera início.

Esta pesada herança do século dezanove, que ainda hoje, apesar das medidas de descentralização industrial e administrativa promulgadas em muitos países, mantêm a sua gravidade e em muitos casos se agravou, tinha, em inglaterra, pelo menos, sido prevista com grande antecedência. Já em 1580 a rainha Isabel, com a intenção manifesta de deter o crescimento desordenado e incaracteristico de Londres, tinha interdito a construção de quaisquer novas casas numa faixa envolvente distante de 3 milhas das portas da cidade.

Ordem que, na ausência de medidas racionais de redistribuição demográfica, nenhum efeito chegou a ter e acabou simplesmente por ser ignorada.

A arquitectura

Finalmente, e para terminar este rápido aflorar de problemas, sob um ponto de vista arquitectónico e de arte urbana as cidades industriais da Europa, construídas muitas vezes como prolongamentos de velhos burgos medievais, tornaram-se no que hoje podemos observar em quase toda a parie: os novos bairros, burocráticamente desenhados a régua e esquadro sob medidas regulamentares, ausentes no espírito dos seus autores de preocupações sociais e comunitárias, tornaram-se numa sequência monótona de vias ladeadas de prédios por onde se escoa um trânsito progressivamente mais intenso e difícil de dom'nar (8).

Nestes bairros — que são ainda o meio dominante em que vive a pequena burguesia — a vida de relações e cooperação entre os homens tomou formas de extrema pobreza. O individualismo exacerbado desta classe restringiu-a cada vez mais ao vozear dos cafés e dos «bars» e à frustração dos espectáculos desportivos. O homem só, tema de boa parte da literatura europeia deste século, é um fenómeno característico desta sociedade e das cidades que soube e pôde criar. Isto num continente que conheceu a ágora dos gregos, o espaço orgânico das cidades medievais, o conceito apolíneo da praça renascentista, tipos acabados de uma arte social por excelência.

No século XIX o domínio do espaço urbano tinha passado das mãos dos arquitectos para as dos engenheiros municipais e dos burocratas. Aqueles, de resto, viviam demasiado atarefados a projectar fachadas de estilo para os palácios da nova classe dominante para se preocuparem muito com o facto.

Como Saarinen escreveu: (9) «A arte de construir cidades tinha-lhes fugido das mãos, e isto tinha ocorrido tão gradualmente que eles pouca consciência tinham do facto de a parte mais importante do seu trabalho ter desaparecido».

«O instinto criador da cidade deixara de existir justamente quando era mais necessário. Tinha-se perdido a intuição para a mais importante arte do homem. Contudo a grande perda não foi então compreendida e muito menos lamentada».

Ebenezer Howard - Pequena nota biográfica

Quando Ebenezer Howard nasceu, em 1850, na City de Londres, o processo de expansão daquela cidade encontrava-se no auge. Os primeiros tempos da sua mocidade não pareciam porém vi-lo a fadar para qualquer intervenção nos seus destinos.

Filho de um modesto logista, não recebeu qualquer educação superior nem usufruiu de nenhuma protecção importante. Empregado de escritório desde os quinze anos,

cavam quaisquer despesas de mais-valia. Nem esgotos, nem passeios Nenhuma autorização para construir era ali exigida, pois a cidade só impunha formalidades às casas com fachada para a rua. Este era, seguramente, um bom empate de capital».

7.º — Os americanos, que — forçoso é reconhecê-lo — mais que quaisquer outros têm últimamente contribuído para o progresso nestas matérias, têm procurado uma base científica rigorosa explicativa da expansão urbana.

Sem entrar na exposição, mesmo sucinta, das várias fórmulas aventadas nos Estados Unidos para explicar o fenómeno (particularmente interessante é a «Rank and Size Rule», de John Q. Stewart) ,vale a pena no entanto referir as conclusões gerais a que ali se tem chegado com base em largos inquéritos realizados. Esses estudos, que de resto só vêm confirmar o que já anteriormente se sabia, dizem no seu essencial:

1.º—que a industrialização é de longe o factor principal de expansão urbana.

- 2.º que essa expansão é directamente proporcional à distância à grande cidade mais próxima e ao próprio crescimento desta.
- 3.º—que, pelo contrário, é inversamente proporcional à densidade existente, ao grau já atingido de industrialização e à idade do aglomerado.
- 8.º Evidentemente nem tudo na cidade do século passado é condenável. A criação de grandes parques de repouso e recreio em algumas metrópoles (tal o caso do Central Park, de Nova York, ou do Hyde Park, de Londres) foi uma conquista notável, reveladora de uma salutar reacção à mentalidade egoísta da época.
- 9.º Eliel Saarinen, «The City, its growth, its decay, its future», pág. 100 e 102.
- 10.º Este limite óptimo de 50.000 habitantes (ou 100.000 segundo estudos mais recentes) é no entanto difícil de fazer cumprir

conheceu vários empregos até que, com a idade de 21, partiu para os Estados Unidos, na companhia de dois amigos, com a intenção de ai se estabelecer como agricultor. Tendo comprado um terreno no Nebraska, por lá se manteve durante algum tempo tentando uma actividade agricola para a qual cedo se revelou falho de vocação. Reconhecendo o insucesso abalou para Chicago, onde se manteve durante um ano trabalhando como estenógrafo para a Imprensa e os tribunais, findo o que voltou novamente a Inglaterra.

Aí arranjou um lugar, também como estenógrafo, no Parlamento, tendo ainda exercido esta actividade em empresas comerciais, já que dela provinha a sua fonte única de receita.

A sua grande preocupação, o seu «hobby» absorvente, eram as invenções e aperfeiçoamentos mecánicos, aos quai, dedicava boa parte dos lazeres, chegando mesmo a montar e a manter uma pequena oficina onde um mecânico trabalhava nas suas invenções. Com elas, de resto, não fez fortuna. Pelo contrário, essa actividade foi para ele uma fonte de despesas, apesar do sucesso de algumas das suas ideias.

Facto importante na sua vida — pelo que Osborn, seu biógrafo, nos conta no prefácio a G. C. of to-morrow — foi o seu casamento com Elizabeth Ann Bills, «senhora de personalidade distinta, possuindo grande inteligência e bom gosto e um profundo amor pelo campo», qualidades que, segundo parece, foram de grande auxilio para Howard na elaboração do seu livro e na campanha subsequente para a construção de Letchworth, que começou em 1904. Morreu nesse mesmo ano, justamente quando se iniciava a construção da cidade.

No ano seguinte Howard mudava-se para ali como membro da direcção da empresa proprietária, a primeira Garden-City Limited, tomando parte activa na sua vida política, social e religiosa. Em 1921 foi viver para Wellwin, a segunda Cidade-Jardim, onde se manteve até à altura da sua morte, em 1928. A sua segunda mulher com quem tinha casado em 1907, faleceu em 1941.

Os biógrafos de Howard fazem sempre ressaltar duas qualidades fundamentais do seu carácter — a tenacidade e o sentido prático — e ninguém que tenha lido Garden-Cities of to-morrow duvidará um momento dessa afirmação. O livro, publicado pela primeira vez em 1898 com o titulo original To-morrow: a peaceful Path to Real Reform (Amanhã: um caminho pacífico para uma verdadeira reforma), é, todo ele, com excepção parcial do capitulo XII (Social Cities), ausente de teorizações ou pensamentos abstractos.

Desde o principio ao fim, o autor explica-nos detalhadamente porque é necessário limitar a área e população das cidades e como é que tal objectivo pode ser alcançado pela criação de novos centros, as suas Garden-Cities. Fá-lo com grande pormenor de dados financeiros, administrativos e legislativos, aliás apresentados de maneira muito simples e fácilmente compreensivel, num estilo seco e ousente de preocupações literárias.

Ao contrário da maioria dos teóricos do Urbanismo Howard não sentiu a necessidade de uma introducão histórica para justificar as suas propostas. A sua linguagem é a de um idealista-prático de formação eminentemente pragmática, interessado em resolver um problema concreto.

Por isso, — pela ausência de preocupações culturais e pela crueza do estilo — a leitura do seu livro é hoje pouco atraente e o leitor, mesmo se especializado, não pode deixar de se sentir vagamente decepcionado quando chega ao fim. Nada ai faz esquecer o brilho da exposição de Geddes, em Cities in Evolution, ou de Sitte no Städtbau; o que, acrescente-se imediatamente, em nada diminui o valor da contribuição de Howard para o Urbanismo moderno (de que, com aqueles dois mestres se pode considerar o iniciador) e para a sociologia, para a qual contribuiu com uma ideia básica que os anos vieram a confirmar: a da intima relação existente entre a área e densidade de um aglomerado e a Natureza e intensidade da sua vida social.

Do sentido prático das suas propostas é boa prova o facto de a construção de Letchworth, se ter iniciado 6 anos apenas após a publicação de Garden Cities of to-morrow, embora nesse rápido éxito, como veremos adiante quando tratarmos das criticas à Cidade-Jardim, se manifeste justamente um dos pontos discutíveis da sua acção.).

Na verdade, o livro provocou um largo movimento de curiosidade, logo após o seu aparecimento. O próprio Howard efectuou nessa altura várias conferências em prol das suas teses para a construção de novas cidades industrias, conseguindo o apoio entusiástico de muita gente.

Um ano a seguir, em 1899, formou-se em Inglaterra a primeira Associação da Cidades-Jardim, de que faziam parte figuras políticas influentes e grande número de industriais desejosos de encontrar melhores locais para as suas empresas. Pouco depois era registada uma companhia interessada na fundação de uma cidade experimental, que, depois de longa procura comprou um terreno de 3.818 acres, no Hertfordshire, a 35 milhas de Londres. Aí se iniciou, pouco tempo decorrido, a construção de Letchworth, sob plano de dois arquitectos então práticamente desco-

Como se disse atrás, a experiência mostra que de entre os factores que justificam o ritmo de expansão de uma cidade (localização geográfica econômicamente favorável, facilidades energéticas, meios de transporte fáceis, empobrecimento da agricultura da região circundante ou sua mecanização, etc., etc.), nenhum é de tanta importância como o progresso das suas próprias indústrias. Ora este desenvolvimento industrial está sujeito a contingências várias, por vezes difíceis de prever, em virtude da sua dependência do progresso técnico e científico, das flutuações dos mercados consumidores e abastecedores e outras mais.

No caso de muitos aglomerados este problema encontra-se algo facilitado pela própria delimitação das suas actividades económicas (tal e por exemplo o que acontece nas cidades mineiras, em muitos centros picatórios, etc.); simplesmente, o problema apresenta-se singularmente agravado quando as actividades produtivas de um aglomerado são de estrutura mais complexa.

Assim, por exemplo, uma cidade pode ao mesmo tempo

ser um entreposto marítimo importante e possuir um porto de pesca, ser um centro administrativo e comercial, ter nos seus arredores uma ou mais indústrias-base, além de indústrias ligeiras e de consumo local, e possuir ainda uma indústria hoteleira justificada pelas suas virtudes naturais ou monumentais.

Uma cidade deste tipo (Lisboa poderia servir como exemplo) terá sempre tendência a crescer para lá dos limites ideais de 50.000 a 100.000 habitantes. Evidentemente, (como qualquer defensor da Cidade-Jardim lembraria) poderá fazê-lo pela criação de sucessivos núcleos satélites (os «cachos» da terminologia de Howard). Contudo, o processo, mesmo quando compreendido e acelte pelas autoridades políticas e administrativas (milagre que raramente se tem verificado) apresenta as suas dificuldades.

Diga-se, a propósito, que os limites óptimos que vários urbanistas defendem, baseados em dados sociológicos e funcionais em si válidos, pecam por vezes por desprezo da mecánica económica a que o seu trabalho está inevitávelmente ligado. Como alguns economistas têm notado, certas concepções urbanisticas nhecidos, Raymond Unwin e Barry Parker, que com esse projecto ganharam fama mundial.

A aventura de Letchworth tornou-se ràpidamente conhecida em todo o Mundo, embora o sucesso dessa experiência, — como Osborn e Mumford acentuam — tenha
sido mais devido às particularidades do plano de Unwin e
Parker e às condições habitacionais ali criadas do que às
ideias-base que estavam na origem da sua fundação (e de
que o leitor não-iniciado terá uma primeira e sumária ideia
no ensaio de Mumford que se segue à nossa introdução).

Foi assim que o conceito de Cidade-Jardim se veio a abastardar, significando para muita gente simplesmente um aglomerado de baixa densidade, maior área livre e estreito contacto com a Natureza, (o que, sendo muito, pouco é em relação à nova política do território implícita nas propostas de Howard), não tendo levado na prática a mais do que ao surgir de novos subúrbios melhorados — afinal o resultado oposto ao que ele tinha em mente.

Para esta confusão em volta das ideias de Howard terá contribuido também a propria designação de Cidade-Jardim por ele adoptada, que levou muita gente que nunca se deu ao trabalho de ler o livro a pensar tratar-se simplesmente de uma cidade com mutitos jardins e zonas verdes rodeada por uma cintura rurai aprazível.

Se assim fosse não haveria motivo para grande entusiasmo visto que nessa altura existiam já nos Estados Unidos várias localidades com a designação de *Garden City* (a primeira conhecida ficava situada nos arredores de Nova York), que, justamente, encontravam a justificação do seu nome na grande área ou encanto dos seus jardins.

Os problemas levantados por Howard ultrapassavam na verdade esta curta interpretação. Conforme a definição adoptada em 1919 pela «Associação Inglesa do Urbanismo e da Cidade-Jardim». «a Cidade-Jardim é uma cidade industrial projectada para uma vida saudável; com uma área que torne possível uma vida social plena mas não mais que isso; rodeada por uma cintura verde; sendo todo o solo de propriedade pública ou alugado pela comunidade».

Nesta sintética afirmação de princípios encontram-se, implícita ou explicitamente afirmados três pontos que importa reter, já que neles reside o que de fundamental e original existe na contribuição de Ebenezer Howard para o nascimento da ciência das cidades. São eles:

- que toda a área urbana é de propriedade colectiva, podendo no entanto, ser alugada em lotes a particulares.
- que toda a construção fica subordinada a um plano de urbanização previamente aprovado,

no qual, além do zonamento base e da conjugação harmoniosa dos elementos da vida social e económica, se prevêm os limite máximos a atingir em área e número de habitantes.

3) que, atingido o número máximo de habitantes previsto (inicialmente 30.000, mais tarde 50.000) (10) a cidade se desdobrará noutros aglomerados satélites, para lá da sua cintura verde, onde toda a construção é proibida.

Deste três pontos, o primeiro foi e é ainda o de maior alcance prático, (e, como os urbanistas de muitos países bem sabem, o de mais difícil realização), já que do domínio do solo depende em último análise a possibilidade de realizar todo o resto.

É curioso notar, a propósito, que Howard, ao realizar Letchworth e Wellwyn concebeu esse poder colectivo dentro da estrutura... de uma empresa privada de participação limitada, adaptando-se assim às circunstâncias económicas vigentes (e mais tarde também às políticas e sociais), em vez de, como Owen ou Fourier fazer a experiência de novos caminhos. Essa, com certeza, a razão que explica o desinteresse das Sociedades Fabianas da época pelo seu trabalha, tão cheio de interesse sob outros aspectos.

O segundo ponto, e tudo o mais que ele arrasta, estão desde há muito incluidos na canóplia dos urbanistas de todo o Mundo, salvaguardadas evidentemente as muitas diferenças que meio século de evolução acarretou.

Finalmente — como teremos ocasião de ver adiante — o terceiro ponto é pleno de consequências, não havendo dúvidas que a sua aplicação integral conduziria em muitos países a uma completa alteração da geografia humana. As suas consequências nos campos social, político e económico, no da saúde pública e em muitos outros são quase imprevisíveis.

Contribuição de Howard para o Urbanismo

Grande tem sido a influência da ideia da Cidade-Jardim na evolução do Urbanismo.

Para isso contribuiu o livro de Howard, como também o trabalho de prosélitos e continuadores brilhantes, como C. B. Purdon, autor de dois livros notáveis sobre Letchworth e Wellwyn Garden-City; F. T. Osborn, um dos mais ardentes defensores da Cidade-Jardim, a cuja acção tenaz se deve em boa parte o relatório Reith que abriu o caminho à fundação das novas cidades-satélites de Londres; «sir Raymond Unwin, um dos arquitectos de Letchworth, que escreveu Nothing Gained by Overcrowding, hoje consi-

não tomam por vezes em devida conta as constantes transformações de ordem técnica a que hoje assistimos. A automatização na indústria (que deverá causar novos reajustamentos profissionais e demográficos e, com a redução da semana de trabalho e aumento de lazeres dará origem a novos problemas urbanos); o mono-rail e o helicóptero (que podem, pràticamente, revolucionar os dados actuais do trânsito urbano e inter-urbano); a utilização da energia nuclear para fins pacíficos (que dará maiores possibilidades de descentralização industrial), isto para citar apenas alguns dos maiores, são factores que — num futuro talvez não distante — se poderão revelar decisivos para a transformação radical das formas urbanas actuais.

11.º—«A coisa mais importante, pelo que me diz respeito é que Ebenezer Howard e Raymond Unwin influeuciaram grandemente o meu pensamento e a minha obra na altura em que estavamos projectando e construindo Sunnyside, Radburn e Chatham Village, e para sempre desde então.

Forçosamente a forma arquitectónica da Cidade-Jardim in-

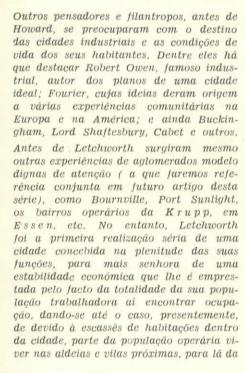
glesa, e particularmente a planificação do ambiente físico, refleciram-se mais em Chatham Village que noutras. Mas no conjunto não creio que Henry Wright e eu tenhamos copiado formas e arranjos, pelo menos intencionalmente. O que contou sobretudo foi a inspiração de dois grandes homens que amavam o seu semelhante e tinham muito para lhe dar. Foi uma sorte para mim tê-los conhecido e manter-me em contacto com eles. Ebenezer Howard residiu em minha casa quando veio aqui para presidir à reunião da Federação Internacional, parece-me que em 1926. Raymond Unwin visitou Radburn com Henry e eu quando ela foi construída, em 1929, dando-nos óptimos conselhos que a crise impediu de seguir. Eu fiz visitas a ambos, por ocasião de várias viagens à Europa, nos anos seguintes. Finalmente, graças à Universidade de Colúmbia, tivemos todos a possibilidade de ver e escutar «sir» Raymond durante a sua última permanência na América. Foram os discursos e escritos de «sir» Raymond Unwin que mais contribuíram para nos fazer compreender o que ele tinha em mente ao projectar e construir Letchworth. Ao mesmo tempo, as grandes ideias de

Letchworth e Wellwyn

1 — Vista aérea parcial de Letchworth, Em primeiro plano o lago e o Parque Howard. Ao fundo os limites da cidade e o «green

2 — Uma rua típica de Letchworth

3 - Aspecto de uma zona residencial em Wellwyn.



cintura verde, o que, paradoxalmente, põe o problema das deslocações diárias... ao contrário, sem o resolver (facto que, na verdade, só vem confirmar o que já se sabe: isto é, ser a solução dos problemas urbanos inseparável da elaboração à escala nacional e regional de planos de desenvolvimento económico a distância, em que sejam previstos os inevitáveis factores de evolução demográfica e social). Neste caso particular deve-se também este fenómeno ao número mais que satisfatório de empresas industriais estabelecidas em Letchworth (existem actualmente cerca de 150 fábricas e laboratórios).

A contrastar com este progresso industrial está o próprio aumento populacional da cidade, muito mais lento do que o previsto (21.500 habitantes, em 1951, quer dizer, um terço do número estabelecido). Noutros aspectos, ainda, a cidade corresponde mal ao que Howard tinha defendido. Assim, dos 5.000 acres actuais, só 3.130 são ocupados pela faixa agricola (Howard exigia 5/6 do total) cabendo 190 à zona industrial e 1.680 às habitações e comércio. Igualmente pobre tem sido a actividade cultural na cidade, bem longe, também aqui, dos vaticinios expressos em G. C. of to-morrow, o que, evidentemente encontra justificação nas acanhados limi-

No entanto, sob outros aspectos, a cidade é um êxito — e é-o particularmente do ponto de vista habitacional. O embiente calmo que ali se goza, e as boas condições de habitação devidas às baixas densidades e contacto intimo com a Natureza terão contribuido certamente para tornar Letchworth (como Wellwyn) um dos aglomerados de melhor nível sanitário da Ingla-

A este respeito são esclarecedores os indices comparativos que a seguir publicamos.

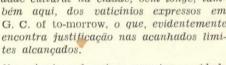
Mortalidade por mil habitantes (Letchworth - 4,8; Bournville - 7,5; Port Sunlight — 8,0; média para 26 grandes cidades inglesas = 16.9).

Mortalidade infantil em 1.000 nados: (Lecht. - 38,4; Bourn. - 80,2; Port Sun. -65,4; média para 26 grandes cidades -145,0).





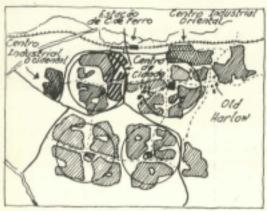




3







A novas cidades fundadas no após-guerra, em Inglaterra, embora longe das primeiras e modestas realizações devidas a Howard. são a consequência lógica do caminho por ele iniciado, da sua visão total do problema urbano e da sua insistente defesa da necessidade de fundar novos aglomerados. Erradamente, algumas dessas cidades, situadas próximo de Londres, têm sido indicadas como satélites da capital británica. Na verdade, esta designação, que implica uma dependência económica directa em relação à metrópole, não pode ser aplicada a cidades como Crawley, Stevenage ou Harlow, onde as actividades industriais e comerciais previstas permitem a ocupação total dos seus habitantes. De uma dessas cidades - Harlow New Town - são as fo-

tografias desta página, reproduzidas de The Architectural Review. Frequentemente apontada como a mais notável das novas cidades, Harlow é também a mais adiantada em construção, crescendo à média de 6.000 pessoas por ano. Perfeitamente estruturada quanto a actividades económicas, a criação de novas indústrias nas duas zonas reservadas a esse fim tem acompanhado satisfatòriamente o aumento populacional. Mais lento tem sido o crescimento dos centros cívicos e comerciais locais, e isto porque a exploração de certos ramos só é rentável a partir de uma população suficientemente compensadora: é de crer, por isso, que a situação melhore com o tempo.

Outro problema surgido nas novas cidades é o da larga concorrência escolar, na verdade superior à média inglesa dentro da qual as escolas e creches foram construidas. O facto deve-se a que a grande maioria da população recém-chegada é constituida por casais jovens com filhos. Pelo diagrama funto observa-se que a cidade está dividida em quatro zonas restdenciais - os grupos de vizinhança (neighbouhood clusters) - por sua vez sub--divididos nas chamadas unidades de vizinhança (neighbouhood units). Estes núcleos sociais têm o seu ponto focal na escola primária, próximo da qual se situa um pequeno centro comercial de utilização diária (4 a 5 lojas); este centro e a escola, em posição central em relação ao conjunto, são fácilmente acessíveis e ficam

à distància máxima de um quarto de milha das casas que servem.

Do ponto de vista da vida social foram previstos três escalões principais: no primeiro, abrangendo 140 a 400 fogos, existem espaços livres de recreio e por vezes uma sala de reunião comum; no segundo, a unidade de vizinhança a que aludimos acima, o ponto central é a escola primária e o pequeno centro comercial; e o terceiro é o centro comercial e social de maior envergadura que serve o grupo de vizinhança. Finalmente, no Town Centre, próximo da estação do caminho de ferro. tratado com carácter mais urbano e com arquitectura mais cuidada, ficam o mercado central, os cinemas, hotéis, garagens, escritórios, etc.

Todo o projecto de circulação prevé uma separação nitida entre as vias de penetração de automóveis e os caminhos para peões sendo minimas as intersepções dos dois sistemas.

Os dois núcleos industriais da cidade estão nitidamente separados das zonas residênciais, aliás defendidas ainda daquetes por cortinas de arvoredo.

A estruturação das novas cidades coube a organismos especialmente previstos para esse fim no New Towns Act — as Development Corporation — que prepararam planos-directores em que se previam todos os elementos da vida social e económica: habitação, lojas, escolas, indústrias, hospitais, zonas livres para futura expansão, etc.



as novas cidades

Em cima: aspecto de pormenor de um grupo residencial em Harlow e de uma escada exterior no mercado central daquela cidade (ocupa 2 pisos).

Em baixo: vista aérea do grupo de vixinhança de Mark Hall (à direita, em cima, na planta). A cidade é penetrada por terras de cultivo e pinhais. A região é de grande beleza mas de fraca produtividade agrícola (uma das razões da sua escolha, justamente, dada a penúria de boas terras aráveis em Inglaterra)



derado um clássico do Urbanismo, e que, nos últimos anos da sua vida leccionou na Universidade de Columbia e ai arrastou muitos arquitectos e urbanistas americanos para o ideal da Cidade-Jardim; Lewis Mumford, que em livros e conferências se tornou num dos mais entusiastas defensores das ideias de Howard; e muitos e muitos outros que não interessa aqui mencionar.

É evidente, no entanto, que a rápida popularidade das ideias de Howard se deve principalmente às realizações de Letchworth e Wellwyn. Estas duas cidades serviram como autênticos casos-piloto para muito do que depois se fez, e isto não só em Inglaterra como noutros países. A sua existência como coisa feita serviu também como poderoso argumento para os arquitectos e urbanistas em luta contra os preconceitos do mejo e as rotinas burocráticas.

Fora de Inglaterra a sua influência foi particularmente sentida nos Estados Unidos através da obra inicial do grupo Stein - Wright, nos seus projectos para Radburn, Sunnyside e Chatam Village, influência que o próprio Stein reconheceu, em carta dirigida a Carl Feiss (11) em que relata as suas primeiras impressões da visita que Plano de Letchworth. Toda a cidade é rodeada por uma cintura verde de protecção (green belt). Ao centro, a negro, o centro cívico e comercial. A cidade é atravessada pela linha do cominho de ferro de Londres a Cambridge

fez àquelas cidades quando ai se encontrou com Howard e Unwin pela primeira vez.

No entanto, como é natural, foi em Inglaterra que a lição de Howard mais extensa e profundamente se fez sentir. Noutros países a Cidade-Jardim foi com frequência aceite de um ponto de vista formal, entendida em termos de ∢subúrbio arborizado com baixos indices de ocupação demográfica e topográfica». Ali, onde apesar da premência dos problemas levantados pela má localização das indústrias e da expansão anárquica das cidades a influência da Cidade-Jardim conhecera quase um eclipse a partir da fundação de Wellwyn, as ideias de Howard vieram, embora tarde, a ter o seu momento de glória com a publicação do relatório da Barlow Royal Comission (12).

Em grande parte devido à insistência da Town and Country Planning Association tinha aquela comissão sido criada em 1937 para estudar os problemas levantados pela localização das indústrias e expansão das cidades em Inglaterra. O relatório final, aparecido em 1940, chamava a atenção do pais para a gravidade destes problemas, insistia na necessidade de descentralizar ao indústrias das áreas urbanas congestionadas e propunha a criação de uma entidade central directora. Assim se abria o caminho à planificação das novas cidades industriais.

Pouco tempo passado, em 1941 (portanto durante a guerra, na mesma altura em que o país era duramente bombardeado pela aviação alemã!) o ministro das Obras Públicas de então, «lord» Reith, nomeava uma comissão sob presidência e Justice Uthwatt, para estudar os problemas levantados por aquele documento.

Em três relatórios magistrais (o último dos quais, o célebre Scott Report, foi já elaborado sob a presidência de clord» Justice Scott), aquela comissão recomendava entre outras coisas a necessidade de criação de uma autoridade central de planeamento (que justificou o aparecimento, em 1943, do Ministério da Planificação Urbana e Rural) e toda uma série de medidas legislativas tendentes a permitir o domínio superior da utilização do solo, a sujeitar as novas construeões à aprovação oficial, a facilitar as expropriações, a proteger as zonas florestais, etc., etc...

Elaborado pelo governo de coalisão que então dirigia a Inglaterra foi em 1943 aprovado o *Town and Country Planning Act* que dava forma legal a muitas daquelas recomendações. A este outros se seguiram que vieram com-

esira Ebenezer, que tomaram forma pela primeira vez em Letchworth, contribuiram e continuarão a contribuir, através da obra de outros, para a criação da futura cidade da Américas. (de uma carta dirigida por Clarence Stein a Carl Feiss em 23 de Julho de 1963, publicada no n.º 13 de Urbanistica).

12.º—A Comissão Barlow foi encarregada expressamente de:

«Inquirir acerca das causas que têm influenciado a presente distribuição geográfica da população industrial na Grã-Bretanha e a orientação provável de qualquer alteração futura nessa distribuição.

Dar um parecer quanto às desvantagens sociais, económicas ou estratégicas derivantes da concentração de indústrias ou da população industrial em grandes cidades ou em áreas particulares do paíse.

Acrescente-se ainda que a nomeação desta comissão foi grandemente facilitada pela aproximação da 2.ª guerra mundial. Muitos estrategas consideravam então que a excessiva concentração industrial tornava o país muito vulnerável aos ataques da aviação. A experiência subsequente veio confirmar estes temores.

13.º—As 14 novas cidades são: Basildon, Bracknell, Crawley, Corbey, Cwmbran, East Kilbridge, Glerothes, Harlow, Hatfield, Hemel Hempstead, Newtown, Aycliffe, Peterlee, Stevenage e Welwyn Garden City

8 destas cidades são satélites de Londres, Algumas, como se diz acima, não são completamente novas mas sim prolongamentos de aglomerados já existentes. Tal é o caso por exemplo de Hemel Hempstead, nos arredores de Londres, célebre pelo plano de esira Raymond Unwin, que possula já uma população de 22.000 almas; de Hatfield, que passará de 8.000 a 25.000 habitantes; de Harlow, fundada num local onde existia um aglomerado rural de 5.000 almas; ou de Welwyn Garden City, a segunda Cidade-Jardim fundada por Howard, que passará de uma população de 15.000 para 36.500 habitantes e cuja inclusão no núme-

pletar o que já tinha sido iniciado com tanta inteligência e tenacidade. Desses merecem referência especial o *Distribution of Industry Act*, de 1945, que constituiu o primeiro passo para a reorganização e distribuição das indústrias no pós-guerra, e o importantíssimo *New Towns Act*, de 1946, este último o resultado directo das propostas incluídas no plano elaborado por «sir» Patrick Abercrombie para o Condado e a cidade de Londres.

A nova lei, baseada nas recomendações de um «comité» presidido pelo já citado «lord» Reith, permitia ao recémciado Ministério da Urbanização escolher os locais para as novas cidades e criar um organismo especial para a execução dos trabalhos necessários. Logo a seguir iniciaram-se os trabalhos preliminares para a fundação de 14 cidades, algumas de facto totalmente novas e outras consistindo no alargamento de pequenos burgos já existentes (13).

A impossibilidade de mais nos alargarmos por agora sobre o assunto impede-nos de expor em pormenor o que foram estes vários decretos (a que se se seguiram outros de não menor importância) que vieram completar e alargar os instrumentos legais e técnicos que tornaram possivel a construção das *New Towns*. O leitor menos familiarizado com o assunto não deixará no entanto de pressentir por este simples enunciado o muito que foi preciso prever e estudar naquelas matérias para abrir caminho a empreitada de tanto fôlego. Lição a aprender por nós, em Portugal, para o dia em que os problemas do Urbanismo começarem a ser encaradas com a seriedade que exigem.

Outra lição a aprender neste caso é a de que todo o progresso é impossível quando não existem os homens conscientes e tenazes capazes de lutar por um ideal e de o fazer vencer. As novas cidades da Inglaterra não surgiram meramente como o resultado de decretos regidos de cima (que em si foram simples instrumentos de acção), mas como o resultado de todo um trabalho cultural e civico de largos anos, levado a cabo por um grupo restrito que soube lutar contra a incompreensão e indiferença das autoridades e do público.

Em livros e na imprensa, junto das autoridades oficiais e dos parlamentares, ou no próprio trabalho profissional, homens como Unwin, Purdom, Orborn, «sir» Patrick Abercrombie e outros de menor renome, lutaram muitos anos para fazer impor uma ideia que consideravam de importância fundamental para o futuro da sociedade em que viviam. Alguns decénios foram no entanto necessários para esse resultado. Entretanto, milhões de libras foram gastos em indústrias mal localizadas, subúrbios sem vida, redes de transportes custosos e inúteis, e, pior que

tudo, em energias humanas submetidas à tensão das grandes deslocações e à insalubridade e fealdade do meio físico circundante (14). De resto, só o sobressalto nacional provocado pela guerra, que soube reduzir o poder de muitos interesses privados, e a necessidade de reconstruir largas áreas devastadas pelos bombardeamentos, poude vencer a rotina anterior.

Factor decisivo, no entanto, foi a vitória do Partido Trabalhista nas eleições gerais de 1945.

Entre os pontos do programa desse partido figurava com grande relevo a construção intensiva de novas habitações segundo os dois seguintes princípios-base:

- preferência na construção de casas de aluguer de propriedade pública às de propriedade privada, sendo as rendas sujeitas a um critério de avaliação que tinha em conta o estado civil, os encargos familiares e outros aspectos da vida económica dos futuros inquilinos.
- predomínio dos financiamentos oficiais sobre os privados através da concessão de fundos a juro baixo pelos organimos regionais.

Empenhados numa empresa gigantesca de reconstrução, num país que lutava com enorme falta de habitações, os trabalhistas, a isso levados pela sua fé no dirigismo económico, expresso também nestes pontos, souberam encarar o problema na sua totalidade e em vez de permitir a continuação do estado de coisas anterior à guerra adoptaram como seus os princípios defendidos nos vários relatórios a que nos referimos atrás (aliás recalcitrantemente aceites pelos seus adversários) tomando decisivamente pela via da descentralização industrial e da fundação de novas cidades. O New Towns Act de 1946, documento decisivo nesta matéria, foi já promulgado durante o seu mandato.

Doze anos se passaram já desde a aprovação daquele decreto pelo Parlamento. Desde então as novas cidades tornaram-se pouco a pouco numa realidade. À base do muito que nelas já foi realizado é pois lícito perguntar se a sua construção foi um erro ou se, pelo contrário, elas constituem um êxito e um caminho a seguir para o futuro.

A este respeito, como os leitores poderão observar no capítulo seguinte, as opiniões estão hoje divididas. Há os que pensam que sim e os que, pelo contrário, baseados em dados mais recentes (serão eles determinantes e duradouros?) acham que não. Antes de passarmos às criticas dos segundos arquivaremos aqui o depoimento (favorável) de «sir» William Holford, de extremo interesse dada a categoria profissional e intelectual geralmente reconhecida deste urbanista (15):

ro das novas cidades foi desfavorávelmente recebida por vários especialistas.

De entre as novas cidades, as mais ambictosas em área e número de habitantes são: Harlow, próximo de Epping, no Essex, prevista para 80.000 habitantes, a primeira a obter a aprovação ministerial para o respectivo plano e presentemente a mais adiantada em construção (tem crescido à média de 6.000 pessoas por ano); Crawley (60.000), situada no Sussex, a 30 milhas de Londres, que apresenta a curiosa característica de o seu centro comercial se centrar na antiga vila de Crawley, já existente anteriormente; e Stevenage (60.000) a 32 milhas de Londres, entre Letchworth e Welwyn.

14.º — Por outro lado, as grandes cidades, como estudos recentes têm demonstrado, tornam se cada vez mais dispendiosas conforme o número de habitantes e a área ocupada aumentam para lá de certos limites (os números mais correntemente aceites variam entre 50.000 e 100.000 habitantes).
Esse custo é pago não só em serviços de manutenção e funcio-

namento progressivamente maiores (as despesas de uma cidade de 1 milhão de habitantes em água, gás, electricidade, transportes públicos, polícia, bombeiros, etc., são normalmente maiores que as equivalentes somadas de 10 cidades de 100.000 habitantes cada) mas também, o que é mais grave, na saúde dos seus habitantes, submetidos a um ritmo de vida e de trabalho que ultrapassa por vezes as constantes fisio-psicológicas do homem.

Um inquérito há tempos realizado numa grande fábrica de Paris dá-nos, a este respeito, uma segura indicação: de entre algumas centenas de operários e empregados analizados, quase 90% sofriam de formas várias de perturbação nervosa e angústia. O relatório que dava conta deste facto alarmante sublinhava particularmente que muitos dos examinados eram indivíduos oriundos do campo, que de nada sofriam antes de vir para a cidade.

Ora, mesmo considerando como factor determinante desta lamentável situação as próprias condições do trabalho *a la chaine* e as preocupações pessoais de cada um, resta ainda assim uma larga marçen. de responsabilidade para a vida actual das

«Eu não penso que às catorze novas cidades da Grã-Bretanha sejam um fracasso. De facto, medidas em termos de investimento urbano elas são um êxito, e sê-lo-ão mais ainda conforme forem sendo completadas. Elas terão cumprido muitas das tarefas que foram estabelecidas, incluindo habitações próximo dos locais de trabalho para cerca de 500.000 pessoas nas cidades em volta de Londres e 250.000 noutros locais. Isto será feito em cidades de tamanho limitado, rodeadas em geral pelo campo, equipadas com lojas e diversões, em escala com o seu tamanho e função. A despeito de o período inicial ter sido menos rápido e compensador do que o que tinha sido previsto pelo «Comité» Reith, as novas cidades, representam um investimento governamental que se mostrará extremamente proveitoso no futuro».

Criticas à Cidade-jardim

Como é natural, a maioria das críticas à Cidade-Jardim diz mais respeito aos exemplos construídos do que às ideias-base inicialmente expostas por «sir» Ebenezer Howard, embora esses exemplos se afastem em muitos pontos do que ele tinha proposto ou apresentem característias específicas que são o produto da concepção urbana e arquitectónica dos realizadores locais, de limitações várias de ordem económica e administrativa, e até da evolução sofrida pela Urbanologia ao longo deste século.

Há no entanto um certo número de objecções que põe em causa a própria essência do seu pensamento e às quais vale a pena fazer aqui referência. A primeira, muitas vezes repetida, diz respeito às grandes deslocações populaciomais derivadas da criação de novas cidades. Alguns criticos, que têm acentuado este aspecto do problema, afirmam que a grande maioria das populações urbanas prefere viver nos seus velhos bairros congestionados e insalubres a deslocar-se para um novo meio, mesmo quando dai resulte melhoria sensivel da sua forma de viver. Indivíduos habitando toda a sua vida no East End de Londres, próximo dos parentes, num meio físico a que se sentem ligados pelas relações criadas e pelo hábito mostram repulsa em acompanhar a fábrica, quando esta é deslocada para Harlow ou Stevenage, por razões sanitárias ou necessidade de expansão. E, claro está, o que se diz para os londrinos poderá ser repetido para os habitantes de qualquer outra cidade.

A segunda acusação levantada contra a Cidade-Jardim, — e especialmente contra as cidades-satélites de Londres do após-guerra — refere-se ao que se afirma ser o carácter não-urbano desses exemplos, mais semelhantes a grandes subúrbios do que a verdadeiras cidades (16) tanto

cidades. O homem, submetido a um ritmo de trabalho monótono e desgastante não encontra compensação no meio físico que o rodeta, fora da fábrica ou da oficina.

15.º— De uma conferência proferida por «sir» William Holford ao microfone da B B. C. de Londres.

16.º—As razões dessa ausência de carácter urbano são imputáveis aos baixos indices de ocupação demográfica previstos e à concepção dos urbanistas autores dos projectos. No entanto, não é possível deixar de concluir que a própria essência da Cidade-Jardim, particularmente o limite imposto à sua expansão demográfica conduz a este resultado. De resto, uma das intenções confessadas de Howard ao prever esse limite e a proximidade imediata da cintura verde de protecção conssistia em eliminar através do contacto fácil o abismo que se criara entre as formas de viver rural e urbana. Objectivo em si muito discutivel — diga-se de passagem — e que hoje se encontra no centro da polémica internacional em volta do destino da cidade.

do ponto de vista da concepção arquitectónica e do espaço urbano como da vida social e das actividades culturais e artísticas.

Estas duas criticas fundamentais e ainda outras de menor importância, foram debatidas com nível exemplar há cerca de um ano na A. A. I. quando das conferências ali proferidas pelo arquitecto e urbanista Graem Shankland sob o tema «A crise do urbanismo e o futuro das nossas cidades».

«O pensamento dos urbanistas ingleses — afirmou «Mr.» Shankland durante a sua 2.ª conferência — continua obsecado pelo fantasma de «sir» Ebenezer Howard. Seria disparate negar o valor e os êxitos do movimento da cidade-Jardim em Inglaterra — mas penso que chegou a altura de enterrar o fantasma de «sir» Ebenezer». De facto, e que «Mr.» Shankland fez nessas conferências foi justamente negar a validade actual da Cidade Jardim, pelo menos tal como ela tem sido interpretada.

«Antes de se pensar em fundar novas cidades-satélites em Londres dever-se-ia tentar dar vida ao que fica para ca do green-belt, reanimar os imensos dormitorios sem vida e sem caracter que constituem poa parte do Condado de Londres». Como?, perguntar-se-å. «Mr» Shakland responde: Por um lado criando ai espaço para novas indústrias, capazes de absorverem uma parte da população local; por outro, projectando novos centros sociais e comerciais, promovendo ao mesmo tempo a construção de edificios mais altos e o aumento das densidades, de forma a emprestar carácter urbano aos incaracterísticos subúrbios actuais. Prevendo que larga percentagem da população possa continuar (como em Vallingby, seu exemplo-tipo) a seguir diàriamente para os seus empregos na City, acrescenta: «Os engenheiros dos caminhos de ferro gabam-se de ser capazes de melnorar os transportes de forma a fazer escoar ràpidamente as maiores concentrações humanas, mesmo nas horas de ponta Por que não lhes dar a oportunidade de provar o que afirmam em vez de ir criar tudo de novo em novas cidades?».

Apesar disso, Shankland, (que nestes aspectos se aproxima das concepções dos urbanistas de Estocolmo e das antevisões de Victor Gruen) não nega por completo a hipótese de criação de cidades-satélites. No entanto, elas deveriam ser construídas só depois de esgotadas as possibilidades abertas por esta via. Mas — acresenta logo a seguir — com muito maiores densidades e número de habitantes — ponto em que, pelo que vimos, mais uma vez se afasta do pensamento de Howard e dos seu seguidores.

Outra objecção importante às novas cidades proveio. embora de modo indirecto, de um sociólogo inglês. W. B. Watson. Que disse ele? Entre outras coisas uma que pode revelar-se plena de consequências para as futuras concepções urbanas: a sociedade actual tende mais e mais para o nomadismo... Rara é a família que não muda de casa várias vezes durante a sua existência. A explicação reside quase sempre na alteração do local de trabalho do chere da família correspondente a uma oferta de melhor remuneração ou a outra qualquer razão do género. Em Inglaterra, como aquele autor faz notar, o fenómeno atinge principalmente a pequena burguesia e os intelectuais, classes onde as possibilidades de «subir na vida» são maiores; pelo contrário, o operariado industrial e as classes mais desfavorecidas em geral fixam-se mais ao meio onde nasceram e criaram raízes, e isto por duas razões que se completam: a existência de menores possibilidades de progresso material (os salários diferem pouco de empresa para para empresa e as possibilidades de subir de posto são limitadas) e uma consciência de classe e hábitos de vida comunitária geralmente mais vivos.



De entre as muitas críticas às novas-cidades surgidas em Inglaterra, são particularmente de registar as da «Architectural Review». Dessas, (dirigidas não contra o princípio em si da sua criação mas antes contra a forma como ele tem sido interpretado e posto em execução) é especialmente pertinente e alcançou audiência internacional a que J. M. Richards realizou no número de Julho de 1953 daquela publicação em artigo intitulado «Failure of the New Towns». Desse artigo, que extensamente analisava o trabalho realizado até aquela data e o interpretava dos pontos de vista social, económico e arquitectónico, transcrevemos o parágrafo inicial e um outro em que se fala de um velho equívoco ligado à cidade-jardim, só lamentando não dispormos de espaço para mais: «É um momento triste aquele em que se é obrigado a reconhecer o fracasso das novas cidades. Mas alguém deve cândidamente fazê-lo e os políticos estão impedidos por sentimentos de lealdade para com os administradores que as iniciaram e as mantêm e os arquitectos e urbanistas pela lealdade a uma ideia a que não querem dar a impressão de virar as costas por mais lamentável que seja a forma como está sendo posta em prática na Inglaterra do após-guerra.» «A batalha contra a desintegração da cidade não é nova. Esse foi um dos grandes motivos de discussão de antes da guerra entre os entusiastas da cidade-jardim de um lado e os arquitectos modernos do outro. Os argumentos apresentados então eram muitas vezes confusos porque os primeiros, sem justificação, identificavam a ideia da cidade-jardim com a de uma baixa ocupação do terreno (Ebenezer Howard nunca exigiu 12 por acre) e os últimos deixaram-se arrastar numa batalha irreal de «cottages» contra blocos de habitação colectiva, dando assim aos fanáticos da cidade-jardim o presente da lealdade da maioria dos ingleses que estão pegados à ideia da moradia unifamiliar com o seu pedaço de jardim.» A seguir ao artigo de J. M. Ri-chards, publicava aquele número da «Review» um outro, de Gordon Cullen, sobre os aspectos sociais, paisagísticos e de arte urbana das novas cidades, onde segundo aquele autor afirmava, reinaria o «culto do isolamento». A esse artigo pertencem as fotografias desta página, que serviam a G. C. para exemplificar a falta de carácter urbano, monotonia e frustração de vida social nas novas cidades

Paradoxalmente, as características divergentes nas formas de viver e mentalidade destas camadas sociais conjugam-se para dificultar a migração para as novas cidades (aqui voltamos à primeira objecção apontada), e isto porque: à classe média interessará porventura pouco transferir-se para pequenas cidades, onde as oportunidades de subir serão menores que na grande metrópole, onde abundam as actividades terciárias; e ao operariado repugnará abandonar o meio em que nasceu e criou raízes, mesmo se em troca de uma habitação mais ampla e confortável. A este respeito W. B. Watson cita o que se passou em Bethmal Green, no East End. Um inquérito ai realizado demonstrou ser de 25% o número dos que voltaram ao bairro de origem, depois de uma estadia nas cidades novas. Número que, embora não generalizável, dá bem ideia da acuidade do problema.

Objecções de tipo diferente — a que poderemos chamar ideológicas — foram levantadas por um arquitecto italiano, Carlo Doglio, numa monografia sobre Howard aparecida no n.º 13 de Urbanística, com o título já significativo de L' equivoco della città-giardino. O seu trabalho, publicado com reservas pelos editores daquela revista, apresenta uma primeira parte notável pelo rigor histórico e pela lucidez da crítica sociológica e política à obra de Ebenezer Howard. A filiação da suas ideias sociais nas obras de Henry George e Edward Bellamy, a sua atitude perante a acção de Morris e Kropotkin e o movimento das Trade Union, a avaliação da sua posição frente a Owen e Fourier, tudo isto é aí analisado com rigor, numa linguagem viva e polémica não isento de certo sarcasmo; sarcasmo igual ao que emprega para atacar Lewis Mumford e o que pensa ser a sua visão romântica dos acontecimentos daquela época (e o leitor que saiba ler o seu trabalho com objectividade não poderá deixar de concordar com muitas das suas observações).

As críticas tornam-se porém menos aceitáveis quando dizem respeito às deficiências de Letchworth e Wellwyn. Aqui, também, a ideia da Cidade-Jardim é confundida com a realização daqueles dois primeiros exemplos, (que o próprio Howard sabia e reconhecia serem imperfeitos e apresentarem graves lacunas). De resto, embora Howard, como Carlo Doglio acentua, tenha recorrido a criação de uma sociedade comercial para a construção e Letchworth, e tenha sido mesmo o presidente da mesma nos primeiros tempos da sua existência, tal não implica que a Cidade-Jardim, em si, tenha que ser o produto de uma iniciativa individual dentro da orgânica capitalista. As novas cidades construídas em Inglaterra desde o fim da guerra, que no seu essencial consubstanciam o ideal da garden-city, foram só possíveis pelo apoio prestado pelo governo trabalhista ao empreendimento e pela acção coordenadora e planificadora do estado no plano económico. A verdade, por muitos verificada, é que os planeamento urbanos ou regionais são sempre difíceis de elaborar (e mais ainda de fazer cumprir) nos países de economia liberal do tipo clássico. A este respeito a Cidade-Jardim não é excepção, mesmo que o próprio Howard não tenha tomado consciência do facto.

Muito haveria ainda que dizer sobre os aspectos falhados da vida social e cultural em Letchworth e Wellwyn, apontados por Doglio com grande sómula de elementos, e sobre *l'altra strada* por ele proposta, que tão longe se encontra do que por quase toda a parte se vem realizando. Na impossibilidade de o fazer nada mais nos resta que remeter o leitor ao original.

Fiquemos pois por aqui. A exposição e discussão em pormenor das críticas actuais à ideia da Cidade-Jardim e às realizações de que foi origem, seriam motivo, só por si, para um ou vários artigos, tantos e tão complexos são os problemas a ter em conta.

Sir Ebenezer Howard GARDEN CITIES OF TO-MORROW

com um prefácio de F. J. Osborn e um ensaio de Lewis Mumford (Edição Faber and Faber).

Do ensaio de Lewis Mumford: «A ideia da Cidade-jardim e o Urbanismo moderno (páginas 29 e seguintes)

Nos princípios do século vinte duas grandes invenções tomaram forma perante os nossos olhos: o aeroplano e a Cidade-Jardim, ambos precursores de uma nova era. O primeiro deu asas ao homem e a segunda deu-lhe melhor local para habitar, quando regressasse à terra. Ambos os inventos haviam sido inicialmente concebidos pelo brilhante e politécnico Leonardo da Vinci que não só estudou o voo dos pássaros com bastante eficiência como também propôs diminuir o congestionamento e a sordidez de Milão pela construção de um grupo de dez cidades com cinco mil casas, com lotação para 30.000 habitantes cada, cidades que ele se propôs desenhar com completa separação entre os peões e o tráfego equestre, e com jardins tratados por um sistema de irrigação municipal.

Ebenezer Howard não foi influenciado, nem de longe, por Leonardo, cujos conhenhos ainda não tinham sido traduzidos para inglês; pelo contrário, ele situava- se na tradição de um grupo de escritores do século dezanove: Spence, o reformador da terra, que procurava a sua nacionalização; James Buckingham, que publicou um plano para a cidade industrial modelo, em 1858; Edward Gibbon Wakefield, que defendeu a necessidade de um plano, mais sistemático, para colonização de terras distantes; e, não menos, dois pensadores criticos que lhe estiveram mais próximos: Henry George e Peter Kropotkin. O trabalho destes homens deu consistência às próprias intuições e convicções de Howard; mas grande estimulo lhe veio também da sua visita à América, onde tivera diante de si o impressionante espectáculo de novas comunidades planeadas todos os anos em novas terras.

Fosse Howard um mero sonhador, e este livro poderia ter ficado como objecto de discussão, como o *Roadtown*, de Edgard Chambless, que deu aos aspectos físicos do urbanismo a prioridade que Howard, muito melhor sociólogo, deu às condicionantes económicas e sociológicas. Mas Howard era um idealista prático, como os antigos cooperativistas de Rochdale; deste modo utilizou o interesse difundido pela sua ideia de maneira a acumular bases para a planificação e construção de uma Cidade-Jardim experimental.

As iniciativas de Howard na Cidade-Jardim foram paralelas às dos irmãos Wright. Ponho em evidência este paralelismo porque ele indica uma relação fundamental. que muitas vezes tem sido descurada mesmo pelos defensores da Cidade-Jardim; porque se o avião, nas futuras formas da vida ou presumíveis futuras é algo mais do que uma ameaça à saúde e segurança públicas, e se está predestinado a tomar uma parte tão grande na nossa vida diária como aquela que hoje corresponde ao automóvel,

sòmente o será depois de a Cidade-Jardim se ter tornado a forma urbana dominante, com a sua ampla cintura de ar livre.

Quais são, pois, as principais ideias afirmadas na exposição teorética de Howard e a enorme influência que resultou da sua primeira aplicação prática na Cidade-Jardim de Letchworth? Poder-se-ia pensar, a dar crédito a um grande número de alusões tolas que frequentemente se ouvem quando se fala de urbanismo em Inglaterra e nos Estados Unidos, que a única característica original da Cidade-Jardim residiria no pretextado plano de Howard de diminuir a densidade da população limitando o número de casas a 12 por acre. Ora nada mais fantástico do que isto: percorrer-se-ão baldadamente as páginas de Garden Cities of To-morrow se se pretender encontrar o mais pequeno indício deste conceito.

Além do mais, se por acaso Howard tivesse afirmado tal coisa por certo não teria atraído a atenção geral, porque não havia o que quer que fosse de novo ou admirável na simples sugestão de que o Urbanismo aberto é mais salubre do que o urbanismo fechado e congestionado. As populações das cidades descobriram esse facto durante a Idade-Média e construíram as suas casas de Verão nos subúrbios de acordo com esse espírito: em muitas cidades primitivas da Nova Inglaterra 12 casas por acre pareceriam muito acumuladas, e o mesmo se pode dizer acerca de muitos dos subúrbios ingleses e americanos construídos a partir de meados do século passado.

Na verdade, a identificação da Cidade-Jardim com o conceito das 12 casas por acre só poderia ocorrer aqueles que não tivessem sequer um conhecimento superficial do que tem sido o desenvolvimento das cidades nos últimos 300 anos.

O que se passou de facto foi que, durante os anos em que «sir» Ebenezer Howard pugnou pela Cidade-Jardim, «sir» Raymond Uuwin, o planificador adjunto de Letchworth, demonstrou que mesmo de um ponto de vista económico nada se ganha com o excesso de densidade. Esta foi na verdade uma demonstração revolucionária, que teve uma influência poderosa no futuro.

Unwin mostrou que vastas somas de dinheiro se desperdiçam para duplicar ruas desnecessárias, privando os habitantes de um espaço ajardinado sob o falso pretexto de que as casas acumuladas reduzem os custos totais; defendeu assim a média de 12 casas por acre que introduziu em Letchworth, e esteve mais tarde para aplicar na construção de casas públicas quando se tornou arquitecto-chefe no Ministério da Saúde. Atribuir a contribuição de Unwin a Howard é não ser imparcial para com nenhum deles.

A grandeza de Howard não reside no campo do urbanismo técnico, e ninguém melhor do que ele o sabia; to-

100 and 100 and 100 and 200 and 100 and 100 and 100 and 100 and

dos os esboços do novo tipo de cidade são cuidadosamente rotulados com a advertência de que se trata apenas de um diagrama, e que a cidade terá de ser uma adaptação deste a condições variáveis. Quando Unwin e Parker desenharam Letchworth, conceberam-na talvez com certo retrocesso, no seu esforço de evitar estereotipos mecânicos, com o fito de não duplicar a cidade diagramática de Howard. O apreço de Unwin pelas plantas difusas das cidades medièvais alemãs, que se espraiavam pelas encostas das colinas, achava-se mesmo, num certo grau, em conflito com as clarificações racionais e os projectos atinentes ao futuro de Howard.

Mas um ponto importante a frizar é que o principio da Cidade-Jardim baseia-se nas constantes do urbanismo: a ideia em si não se afirma ou nega pelos sucessos ou erros de Letchworth e Wellwyn; nem a contribuição de Howard pode ser simplesmente posta de lado por aqueles que, posteriormente, foram levados a fazer uma análise semelhante e deram outro nome à ideia central. De resto, como qualquer outra invenção, a Cidade-Jardim de Howard deixa campo livre a sucessivos melhoramentos de pormenor. Além do mais, a ideia proporcionaria um tipo de cidade em Hertfordshire ou Buckinghamshire e um outro no Vale de S. Bernardino, na Califórnia, ou no Vale do Rio Columbia, no Noroeste. É precisamente porque Howard era na prática tanto um sociólogo como um um estadista que as suas proposições têm esta qualidade universal.

O primeiro contributo de Howard foi delinear a natureza de uma comunidade equilibrada e pôr em evidência os passos que seria necessário dar, numa sociedade mal organizada e desorientada, para trazê-la à vida. Por um lado era a metrópole, imensa e congestionada — cuja sanidade é posta em cheque por bairros miseráveis e superlotados, e cuja eficiência é afectada por indústrias insalubres e mal localizadas — entregue a desperdícios extravagantes em tempo, energia e dinheiro, simplesmente para transportar pessoas e mercadorias a distâncias que têm sido dilatadas sem nenhuma final idade humana, desolada na sua falta de facilidades sociais, embora possuindo, nas suas instituições nucleares, as principais formas da vida social. O crescimento continuo de centros como Londres, Paris, Berlim, e dos seus imitantes na escala urbana, não deu lugar a quaisquer ganhos apreciáveis na vida social. Pelo contrário, o aumento de população e riqueza nos nossos grandes centros resultou paradoxalmente em decadência, e nem a mais pequena parcela do rendimento da cidade foi dedicada a sanear essa decadência por medidas onerosas de saneamento e remoção dos bairros imundos.

O campo, por outro lado, estava igualmente empobrecido, desprovido, pelo constante crescimento das grandes cidades, de espíritos capazes e empreendedores. Havia de facto ar puro, sol a jorros, panoramas deleitáveis, noites enluaradas; mas existia uma outra espécie de decadência: a escassez de camaradagem humana e de esforço cooperativo. A agricultura, tendo perdido muito do seu mercado local, era uma ocupação decadente; a vida numa cidade de provincia tornava-se tão mediocre, limitada e sórdida como a vida num bairro pobre da metrópole. Não era a simples descentralização individual das indústrias que podia resolver este estado de coisas, pois que se o homem deve viver uma vida equilibrada, capaz de evidenciar as suas faculdades e levá-las ao seu melhor, tem de viver numa comunidade que plenamente as anime. O que se tornava necessário, viu-o Howard, era o casamento da cidade com o campo. da sanidade rústica com a actividade e o conhecimento urbanos, a técnica urbana, a cooperação política urbana. O veículo desse casamento era a Cidade-Jardim.

Permitir-me-ei neste momento proferir uma nova advertência contra aqueels que entendem mal o programa de Howard, confundindo-o com uma quebra de distinção entre a cidade e o campo, que os transforme numa massa suburbana amorfa. O leitor que tenha a paciência de seguir a argumentação de Howard verificará que ele não tinha esse fim em vista; na verdade todo o projecto é uma tentativa para precaver contra essa possibilidade.

Porque a Cidade-Jardim, tal como Howard a concebeu, não é uma sementeira esparsa e indefinida de casas com imensos espaços livres sobre toda a paisagem. Ela é antes um agrupamento urbano compacto, rigorosamente confinado. Da extensão total da Cidade-Jardim, mil acres eram destinados a ser ocupados no centro pela cidade propariamente dita, e cinco mil acres formariam uma virente cintura agrícola. Trinta mil pessoas deviam pois viver nesses mil acres; trinta por acre, em contraste com as 57 por acre do actual condado de Londres, congestionado e destituído de parques. Distribuir-se-iam parques dentro da Cidade-Jardim na base de um pouco mais de nove acres por mil; bastante acima dos quatro acres sugeridos no novo plano de Londres, mas não muito maior do que os seis de que Westminster se orgulha. Pode-se dizer que a densidade citadina de Howard é maior do que seria geralmente aceitável; ele não pode pois ser acusado de advogar a causa da dispersão urbana.

Onde se acha então a originalidade de Howard? Não em detalhes especiais, mas na sua síntese característica. e em particular nas seguintes proposições: a provisão de uma cintura permanente de terra livre, usável para a agricultura como parte integrante da cidade: o uso desta terra para limitar a dilatação física da cidade de dentro para fora, ou contra possíveis usurpações, devidas ao desenvolvimento urbano, não controlado no perímetro; a propriedade e o «contrôle» permanente de toda a zona urbana pela própria municipalidade e a entrega de parcelas em mãos privadas por meio de arrendamentos; o limitar da população ao número originalmente planeado; a introdução na nova área urbana de indútrias capazes de ocupar a maior parte da sua população: o prever a constituição de novas comunidades logo que a terra existente estivesse ocupada.

Em suma, Howard atacou todo o problema do desenvolvimento da cidade, não só no seu aumento físico como também na inter-relação das funções urbanas dentro da comunidade e na integração de modelos urbanos e rurais, a fim de vitalizar a vida urbana por um lado, e prover, por outro, ao melhoramento intelectual e social da vida campesina.

Ao encarar a melhoria da vida rural e urbana como um único problema Howard distanciou-se muito da sua época; ele foi muito melhor diagnosticador da decadência urbana que muitos dos nossos contemporâneos. A sua Cidade-Jardim não foi apena uma tentativa para aliviar a congestão das grandes cidades, e com isto baixar o valor dos terrenos e preparar o caminho para a reconstrução metropolitana: foi igualmente uma tentativa para abolir o dormitório suburbano, cuja liberdade planimétrica e os acessos fáceis ao campo são apenas temporários, e cuja carência de uma população industrial e de uma base de trabalho o torna um dos mais falsos ambientes jamais criados para o homem: uma triste contrapartida da classe média às futilidades cortezãs daqueles monarcas absolutos que, em Versailles ou Nyphenburg, idearam para si um desarticulado mundo de fantasias. A Cidade-Jardim, tal como Howard a definiu, não é um subúrbio, mas a antitese de um subúrbio; também não é um refúgio rural, mas um alicerce mais integrado para uma vida urbana

Howard viu que não havia nenhuma solução para os problemas da cidade dentro da estrutura existente de administração municipal, porque um dos maiores problemas daquela era a falta de relação, tanto económica como política, com as provincias circundantes: aqui a sua visão foi muito mai clara do que a daqueles reformadores municipais e peritos da habitação que se deixaram absorver em qualquer problema particular, esquecendo os aspectos de conjunto em que aquele se integrava. O que Howard disse acerca da relação entre a cidade e o campo é igualmente aplicável a todo o planeamento citadino e regional: a unidade administrativa por ele prevista deve estar apta a abarcar tanto os aspectos urbanos como rurais da região.

Igualmente importante foi a sua insistência na criação de agrupamentos de Cidades-Jardim: ele acentuou que as vantagens de uma simples cidade deviam ser multiplicadas pela criação de cachos — grupos ou constelações de tais cidades. Mas com o seu resoluto sentido prático propôs que se fizesse primeiro uma demonstração com uma primeira Cidade-Jardim. Ao contrário de muitos audazes sonhadores não se limitou a trazer Letchworth à existência; fundou ainda uma segunda cidade, Welwyn.

Entretanto, as ideias que Howard havia exposto começaram a tornar-se propriedade comum dos urbanistas de todo o Mundo e influenciaram a urbanização de Hilversum, na Holanda, as comunidades satélites de Frankfort, e a de Radburn, de Wright e Stein.

Do capítulo doze: «Social Cities», (págs, 140 a 142)

A Cidade-Jardim cresceu até alcançar a população de 32.000 habitantes. Como se expandirá ela no futuro? Como proverá elas as necessidades de outros individuos que serão atraidos pelas suas inúmeras vantagens? Alongar-se-á pela zona agrícola que a rodeia perdendo assim para sempre o direito a ser chamada uma Cidade-Jardim? Certamente que não. Esse resultado desastroso verificar-se-ia

Nº 4. ADELAT DE

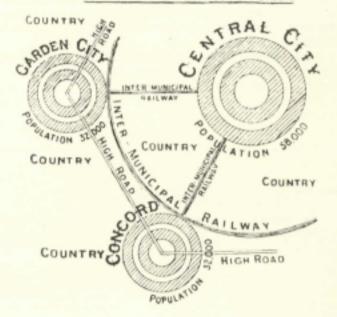
SHOWING PARK LANDS ALL ROUND CITY, AND ITS MODE OF GROWTH

NORTH PARK LANDS



Nº 5. — DIACRAM —

ILLUSTRATING CORRECT PRINCIPLE
OF A CITY'S GROWTH - OPEN COUNTRY
EVER NEAR AT HAND, AND RAPID
COMMUNICATION BETWEEN OFF-SHOOTS



COUNTRY

se o solo em volta da cidade fosse de proprieadde de particulares, ansiosos por tirar lucros da sua venda. Porquanto, conforme a cidade se completasse, a terra arável tornar-se-ia madura para novas construções e a beleza e saúde seriam ràpidamente detruidas. Mas a terra em volta da Cidade-Jardim, afortunadamente, não se encontra nas mãos de individuos mas sim em poder do povo; e é administrada não a favor dos supostos interesses de alguns poucos mas no verdadeiro interesse de toda a comunidade. Ora há poucas coisas que o povo guarde tão zelosamente como os seus parques e espaços abertos; e penso que podemos confiar em que o povo da Cidade-Jardim não permitira um só momento que a beleza da sua cidade seja destruída pelo próprio processo de crescimento. Mas poderá dizer-se: - se isto é verdade não serão desta maneira egoistas os habitantes da Cidade-Jardim limitando o crescimento da sua cidade e impedindo assim muitos de gozarem as suas vantagens? Certamente que não. Existe felizmente uma alternativa. A cidade deve crescer; mas ela crescerá de acordo com um principio donde resultará que tal crescimento não diminuirá ou destruirá mas sempre aumentará as suas possibilidades sociais, a sua beleza, as suas vantagens.

Considere-se por momentos o caso de uma cidade na Austrália que em certa medida ilustra o principio por que estou lutando. A cidade de Adelaide, como o esquema junto mostra é rodeada pelos seus parques. A cidade está construida. Como cresceu ela? Saltando por cima da zona de parques e estabelecendo a Adelaide do Norte. É este o principio que, aperfeiçoado, se pretende seguir na Cidade-Jardim.

Plano de Adelaide e diagrama «ilustrando o principio correcto de crescimento de uma cidade», que acompanham o texto original de Howard O nosso diagrama pode agora ser entendido. A cidade está construída. A sua população atingiu as 32.000 almas. Como crescerá ela? Crescerá pelo estabelecimento — possivelmente sob leis ditadas pelo Parlamento — de outras cidades um pouco para lá da sua zona rural, de forma a que a nova cidade possa ter a sua própria cintura rural. Eu disse, «Pelo estabelecimento de outra cidade», e, para fins administrativos haveria duas cidades; mas os habitantes de uma poderão alcançar a outra em poucos minutos, já que está prevista a criação de meios de transporte rápidos e assim o povo das duas cidades representa na realidade uma só comunidade.

E este princípio de crescimento — este princípio de sempre preservar uma cintura verde em volta das nossas cidades — estaria sempre no nosso espírito, até que, com o correr do tempo, tivéssemos um cacho de cidades, não

dispostas evidentemente na forma geométrica precisa do meu diagrama, mas agrupadas em volta de uma cidade central, de maneira que um habitante do grupo, ainda que de certo modo vivendo numa cidade de pequenas dimensões, estaria na realidade vivendo e gozaria todas as vantagens de uma grande e mais bela urbe; e, contudo, todas as frescas delicias do campo — prados, bosques, relva (e não meramente parques enfeitados e jardins), estariam dentro do raio de alcance de um passeio de poucos minutos a pé ou de carro. E sendo o povo, em seu poder colectivo, o dono da terra em que este belo grupo de cidades virá a ser construído, os edifícios públicos, as igrejas, as escolas e universidades, as bibliotecas, as galerias de arte e teatros serão eregidos numa escala magnifica, a que nenhuma cidade do Mundo, cujos terrenos são de propriedade privada poderá aspirar.

Bibliografia sumária

já uma extensa bibliografia. Dela escolhemos algumas obras—dentre as que conhecemos e serviram de ponto de partida para o presente trabalho— que podem constituir para os interessados uma base útil de introdução ao assunto.

sados uma base util de introdução ao assunto.

Pareceu-nos de particular interesse incluir nesta lista algums estudos sobre a revolução dindustrial, já nela se encontra a origem dos maiores problemas a que Howard tentou responder; mas, evidentemente, a formação de uma ideia segura sobre a cidade-jardim e a avaliação da sua importância no quadro da Urbanologia pressupõe o conhecimento geral dos problemas desta, a iniciação em ciências que lhe estão estreitamente ligadas — tais a Geografía Humana, a Economia Política, a Sociologia, a Demografía — e, acíma de tudo, uma visão cultural de sintese, sem a qual estas matérias são simples elementos dispersos, assunto para, especialistas.

SOBRE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Paul Mantoux — LA RÉVOLUTION INDUSTRIELLE DU XVIII STÈCLE.

Obra fundamental sobre o assunto, infelizmente de difícil aquisição.

Thomas S. Ashton — A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (Colecção SABER)

A única obra que conhecemos, traduzida em português, sobre o assunto. Objectiva e bem documentada.

IRON AND STEEL IN THE INDUSTRIAL REVOLUTION (Manchester)

John Lawrence e Barbara Hahmmond — THE RISE OF MC-DERN INDUSTRY. THE TOWN LABOURER, 1760-1832 (sobre a situação do operariado na sociedade industrial) e ainda outras obras de grande interesse.

Catherine Bauer — MODERN HOUSING (Honghton Mifflin)

De particular interesse para o conhecimento das condições da habitação no século passado.

Lew's Mumford—THE CULTURE OF CITIES (Secker and Warbung, Londres) e TECHNIQUE ET CIVILISATION (Ed. du Seuil).

Ambos com alguns capitulos dedicados a aspectos da revolução imdustrial. De interesse dada a posição particular do autor.

Leonard Hill e Argyll Campbell—HEALTH AND ENVIRON-MENT

SOBRE PROBLEMAS DEMOGRAFICOS

Gaston Bonthoul - LA POPULATION DANS LE MONDE

Alfred Sauvy—LA POPULATION, (Que Sais-je?, PUF), RI-CHESSE ET POPULATION (Payot) e L'EUROPE ET SA POPULATION (Ed. Internat.).

SOBRE HOWARD E A CIDADE-JARDIM

C. B. Purdom — BUILDING OF SATELLITE TOW'NS (Dent, Londres)
Com a descrição mínuciosa da fundação de Letchworth e Wellwyn. Dugald Maefadyen—Sir EBENEZER HOWARD AND THE TOWN PLANNING MOVEMENT (Manchester University Press)

F. J. Osbern - NEW TOWNS AFTER THE WAR (Denit)

Raymond Unwin—NOTHING GAINED BY OVERCROWDING De grande interesse para a compreensão dos princípios que dirigiram o planeamento de Letchworth.

URBANÍSTICA Nº 13

Dedicada à cidade-jardim, com textos de F. J. Osborn, Lewis Mumford e Carl Feiss e dois importantes estudos de Alessandro Schiavi e Carlo Doglio.

SOBRE AS NOVAS CIDADES INGLESAS DO APOS-GUERRA

BARLOW REPORT (H. M. Stationery Office, Londres)

SCOTT REPORT (H. M. S. O.)

UTHWATT REPORT (H. M. S. O.)

Documentos de estudo indispensável para a compreensão dos problemas que originaram a criação das novas cidades e dos meios e processos previstos para esse fim.

Patrick Abercrombie — GREATER LONDON PLAN 1944 (H. M. S. O., Londres)

F. J. Osborn—GREEN BELT CITIES (Faber and Faber)
PLANNING AND THE COUNTRYSIDE (Faber and Faber)

Lewis Mumford — PLAN OF LONDON COUNTY (Faber and Faber)

THE NEW PLANNING—relato do congresso da «Town and Country Planning Association» em Dezembro de 1944.

Lloyd Rodwin — THE BRITISH NEW TOWNS POLICY (Howard University Press)

O mais completo estudo que conhecemos sobre as novas cidades inglesas, desde a sua origem nos conceitos e acção de Howard até às recentes críticas levantadas em Inglaterra.

THE ARCHITECTURAL REVIEW

No n.º 679 —

FAILURE OF THE NEW TOWNS (J M. Richards) — PRAIRIE PLANNING IN THE NEW TOWNS (Gordon Cullen)

Violentas críticas a alguns aspectos das novas cidades

No m.º 701

HÁRLOW NEW TOWN Apresentação do projecto pelo seu autor: Frederick Gib-

No n.º 737

HOBS WITHOUT WHEELS

Considerações sobre o centro cívico e comercial de Harlow por F. Gibberd.



EXPO 58

F. Gomes da Silva e Nuno Portas

1 — POSIÇÃO CULTURAL.

2-A REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL NA EXPOSIÇÃO.

O PAVILHÃO DA FRANÇA - Arquitecto G. Gillet.

O PAVILHÃO DA ITÁLIA — Arquitectos Belgiojoso, Gardella, Luccichenti, V. Monaco, Peressuti, Perugini, Quaroni, E. Rogers e U. Sacco.

O PAVILHÃO DA FINLÂNDIA - Arquitecto Pietillo.

O PAVILHÃO DA NORUEGA - Arquitecto S. Fehn.

O PAVILHÃO DA ALEMANHA OCIDENTAL — Arquitectos Egon Eiermann e Sep Ruf.

O PAVILHÃO DO JAPÃO - Arquitecto K. Mayekawa.

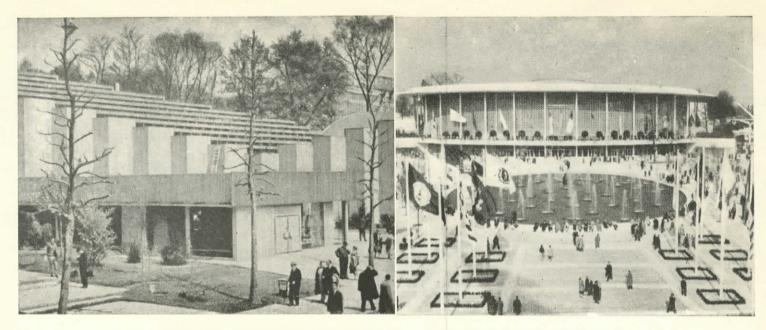
O PAVILHÃO DA ESPANHA — Arquitectos Vasquez Molezun e J. A. Corroles.

O PAVILHÃO DA SUÍÇA - Arquitecto Werner Gantenbein.

3-A REPRESENTAÇÃO PORTUGUESA-Arquitecto Pedro Cid.

Decoradores — Jorge Matos Chaves, Roberto Araújo, Frederico George, Fred Kradolfer, Tomaz de Melo, Marcelo de Marais, Manuel Rodrigues, Sebastião Rodrigues, Eduardo Anahory e José Rosa.

Com a colaboração dos artistas plásticos: Júlio Rezende, Querubim Lopa, Menez Leitão, Branco de Paiva, Jorge Vieira e Barata Feio.



ESPO 58 — OS PAVILHÕES DA FINLÂNDIA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Posição cultural

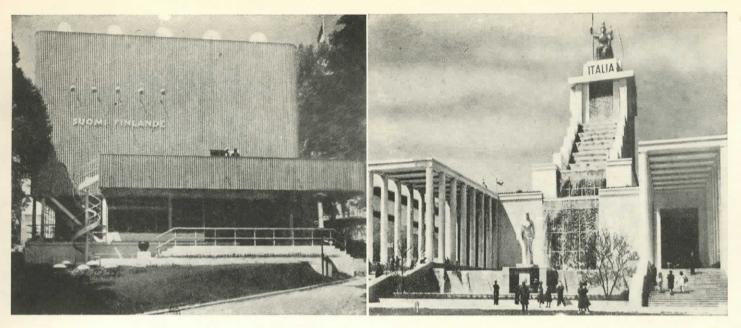
Cremos que a Exposição de Bruxelas pôde oferecer aos arquitectos dos países mais diferentes (certamente mais do que ao público) uma possibilidade invulgar de reflectirem sobre a situação, o destino e, sobretudo o **significado**, do seu fazer arquitectura na presente conjuntura histórica.

Na sua introdução à «Expo», a redacção de «Zodíac» (1) achava oportuno tecer um hino à universalidade — já que o certame seria antes uma demonstração de possibilidades da técnica e da invenção estruturais, em si, numa investigação sem fronteiras, e não a vontade de vincar particularidades nacionais ou regionais.

Mas, se o ponto de vista passa para o lado do crítico de Arquitectura (ou do público sensível à **forma** arquitectónica), isto é, se fizermos preceder todo o juizo de conjunto de um juízo de valor sobre cada uma das partes, essa posição altera-se inevitàvelmente; pondere-se então qual a contribuição dos pavilhões mais notáveis como realização **integral**, e situe-se então a superestrutura, não como invenção abstracta mas como expressão de uma mensagem de um povo a outros povos. E aqui a arquitectura surge como imagem de um conteúdo global que começa num programa e termina na arte de expôr.

Encontraremos assim casos como o da Finlândia, da Itália ou da Suíça, em que o todo é moldado numa cultura, portanto numa solução de continuidade entre uma carcassa e um conteúdo; casos como o da Checoeslováquia, da Inglaterra ou dos Estados Unidos, cuja «mensagem» eficazmente imaginada, planificada e exposta, vive e vinga num envólucro espacial de maior ou menor nível arquitectónico, mas de algum modo independente dela, ou casos como o de Portugal—e há lá muitos mais!—que provêm de um engano!—pois que o que era pedido não era uma feira de amostras, mas sim de povos. Assim se explica, a partir de esse erro «cultural», a total desintegração das partes que compõem o Pavilhão Português, a ausência de uma ideia-síntese.

Será interessante constatar que as contribuições mais seguras e úteis (ao conhecimento dos povos, portanto à universalidade) provêm exactamente dos países em que a cultura e o progresso humano mais profundamente repassam a vida



EXPOSIÇÃO DE PARIS 1937 — PAVILHÃO DA FINLÂNDIA

EXPOSIÇÃO DE NOVA YORK 1939 - PAVILHÃO DA ITÁLIA

e as instituições, como os países nórdicos, a Holanda, a Suíça, a Alemanha, a Checoeslováquia, ou pelo menos onde os artistas poderam afirmar, por sua conta, uma cultura (caso da Itália).

Mas o crítico não deixará ainda de notar que ao longo da história das múltiplas Exposições se foram cristalizando um conjunto de elementos figurativos que acabaram constituindo um verdadeiro arquétipo internacional do pavilhão de Exposição. Aalto em Paris, avançando sobre o caminho aberto em Stokolm por Asplund (1930) e afinal, lá atrás, por Mies (Barcelona 1929) tinha provado à evidência, em como o pavilhão não tinha que ser grandiloquente, a pecha monumentalista, que dos fascistas passou aos modernos—e que pelo contrário se exigia uma aderência ao tema exposto, repugnando-lhe ser carcassa abstracta ou simples demonstração de engenho.

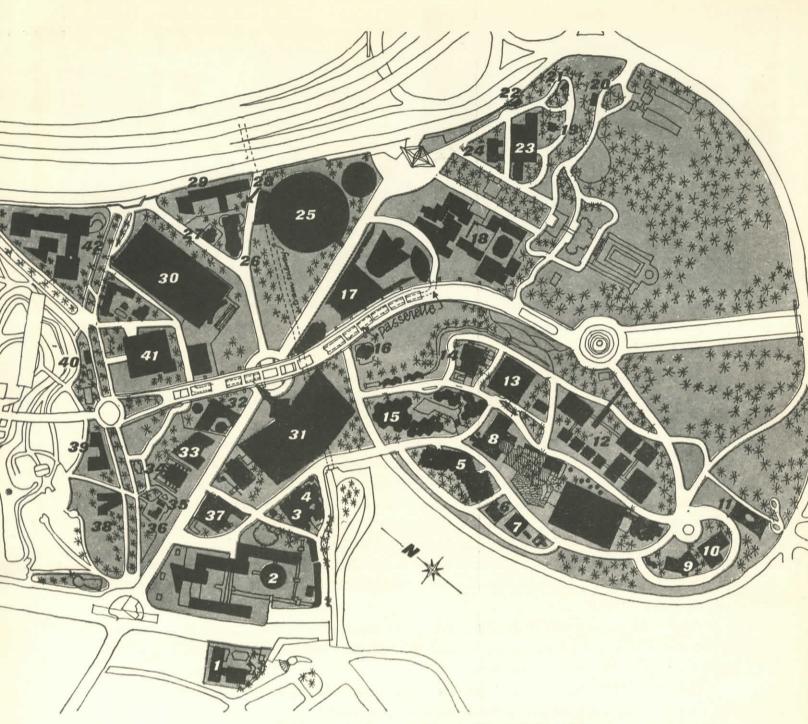
Ainda desta vez em Bruxelas o pavilhão **anónimo** abunda, como se o da Finlândia em 1939, em Nova York, tivesse sido apenas **mais** uma experiência, e não uma aquisição decisiva na matéria.

Ora se a contribuição do finlandês é de facto válida, levanta-se a séria questão de saber se, além de um povo se revelar aos outros povos—o que aliás poderá constituir por vezes uma demonstração de egoísmos nacionais, quando o Mundo tem para resolver problemas à escala da universalidade—não deveria antes ir oferecer a Bruxelas aquilo que pode dar de válido aos outros.

Folclorismo e **propaganda**, pecados graves perante uma moral progressiva da «Expo», se a houvesse, campeiam no entanto no parque de Bruxelas e nisso não terão sido porventura os arquitectos os maiores responsáveis.

Pelo contrário, quando se defende uma arquitectura **aderente**, em oposição a **abstracta**, não se pensa no regresso à tacanhez dos regionalismos de outrora (e ainda presentes este ano), não se pensa na demissão de um percurso conquistado pela arquitectura contemporânea, não se tolera o abandono dos valores adquiridos à escala da universalidade, que são as resposta em formas a um Mundo que vertiginosamente se conhece como tal.

Universalidade, porém, sabemo-lo já hoje, não é o formalismo internacional, numa época em que o movimento moderno pela mão dos seus maiores, sentiu ser necessário repensar formas, mergulhar de novo na realidade, perante os perigos de atitudes abstractas.



PLANTA DA ZONA DA REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

1 — Luxemburgo
2 — Holanda
3 — Tunisia
4 — Marrocos
5 — Espanha
6 — Mónaco
7 — Turquia
8 — Grā-Bretanha
9 — Venezuela
10 — México
11 — Brasil
12 — Alemanha Ocidental
13 — Portugal
14 — Yugoslávia

15 — Suíça
16 — Sião
17 — Vaticano
18 — Itália
19 — Filipinas
20 — Cambodja
21 — Equador
22 — República Dominicana
23 — Japão
24 — Irão
25 — U. S. A.
26 — Egipto, Síria e Iraque
27 — Sudão
28 — Arábia Saudita

29 — Hungria
30 — Rússia
31 — França
32 — Argentina
33 — Finlândia
34 — Noruega
35 — Andorra
36 — S. Marino
37 — Áustria
38 — Liechtenstein
39 — Israel
40 — Nicarágua
41 — Canadá
42 — Checoslováquia

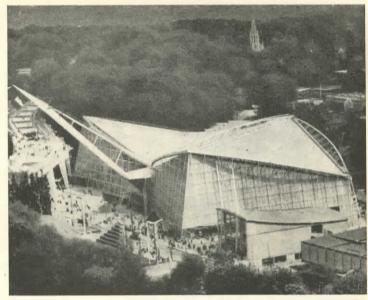
A representação internacional

França

Dos pavilhões da Representação Internacional na Exposição de Bruxelas, o da França e o da Itália pareceram--nos os mais polémicos. O gigantesco pavilhão francês afirmava-se com eloquência como um exemplo de estructuralismo incontrolado, em que a técnica parecia ter tomado conta da Arquitectura, a ponto de a conseguir aniquilar. Tratava-se dum enorme «hall» de 12.000 m2. de superfície, com fachadas em aço e vidro e uma cobertura formada por dois parabolóides hiperbólicos, realizada em cabos de aço tendidos, revestidos com chapas metálicas. Esta Exposição Internacional de 1958 lançou para o dominio público a novidade das coberturas em que o cabo de aço era o elemento triunfante. Não só a França como também o Brasil, os Estados Unidos e o Vaticano se tentaram a apresentar em Bruxelas experiências dentro deste campo, mas todas elas menos ambiciosas que a francesa.

A todo este arremedo da técnica, bem capaz de impressionar o visitante vulgar, os arquitectos franceses acrescentaram para o equilibrio estrutural de toda a cobertura um enorme mastro de 60 metros lançado em consola.

O aspecto caótico da Representação Francesa iniciado no envólucro arquitectónico, prolongava-se pelo interior. A exposição dos produtos, realizava-se duma maneira tão confusa e desinteressante que fácilmente conseguiu agravar a nossa impressão de desagrado.

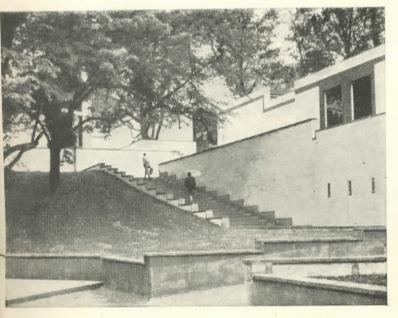




2

1 e 2 — Pavilhão da França. 3 — Pavilhão da Itália.

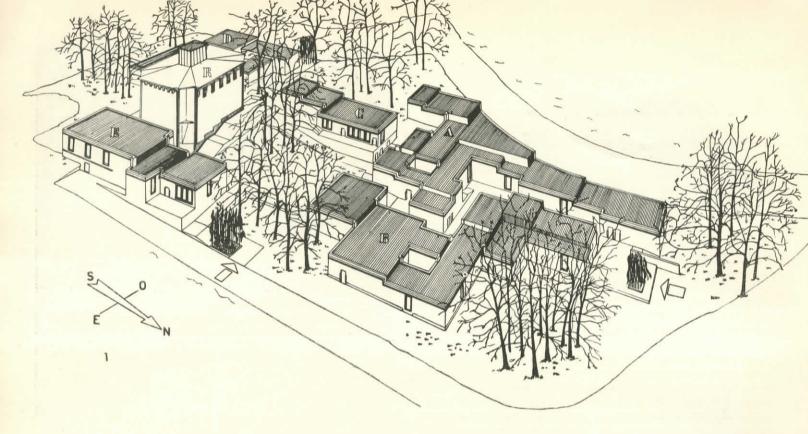




Itália

Os italianos preferiram não realizar como os franceses, um pavilhão acusável de gigantismo, mas nem sequer anónimo como muitos que se viam em Bruxelas. Não pretenderam impressionar mas tão sòmente ser coerentes com o momento actual da arquitectura italiana e a afirmação dessa posição perante uma cultura, foi veemente a ponto de ser chocante. Confessamos que foi de desagrado o nosso contacto inicial com o conjunto italiano, e que a apreensão dos valores oferecidos a fomos realizando aos poucos. O resultado final foi de uma aprovação não pròpriamente pelo que lá estava, mas pelo que os italianos quiseram dizer, pondo-se nesse caminho ao lado dos finlandeses, dos noruegueses, dos suiços e dos japoneses.

O pavilhão da Itália desenvolvia-se por um número incontável de corpos fechados (fachadas em tijolo rebocadas a branco) distribuídos com imaginação por um ter-



reno em pendente. A este desenvolvimento não é estranho um sentido de tradição aliás facilitado pelo local — já se afirmou a semelhança do pavilhão com uma pequena aldeia italiana. A volumetria era simples, solene, até um pouco dura, reduzindo-se a elementos rectangulares (fachadas planas, coberturas em terraço) separados por pátios. A variação altimétrica acentuava-se por uma faixa azul que corria ao longo das fachadas. Era nítida a introversão — aberturas poucas e bem doseadas — de maneira a que o exterior surgisse apenas por vezes, duma maneira inesperada.

Por dentro como por fora, pareceu haver a tendência para um retorno a um tradicionalismo tecnológico, e se exteriormente a Arquitectura era imputável de secura, por dentro era excelentemente conseguida (através do uso dos vigamentos de madeira à vista, dos pavimentos, pobres, em tijoleira ou em pedra) aliada a uma das mais brilhantes manifestações da técnica de exposições. Através duma representação muito extensa, era difícil descobrir uma repetição de processos, sem uma quebra do excepcional nivel conseguido.

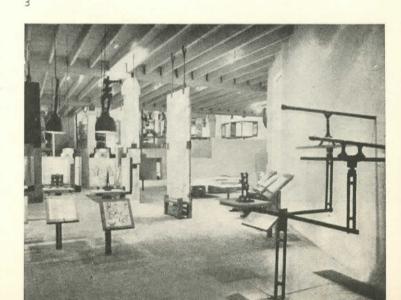
Se inquirirmos a que se deve esta bela afirmação de qualidade a resposta envolverá entre outros aspectos o da experiência em Museologia e técnica de exposições de alguns dos arquitectos encarregados da representação italiana. A tentativa da integração das artes na Arquitectura era feliz; sobretudo quanto às belas peças escultóricas que decoravam os pátios e tinham um valor muito determinado no conjunto.



2 — Um dos pátios do Pavilhão
 3 — Vista interior



*



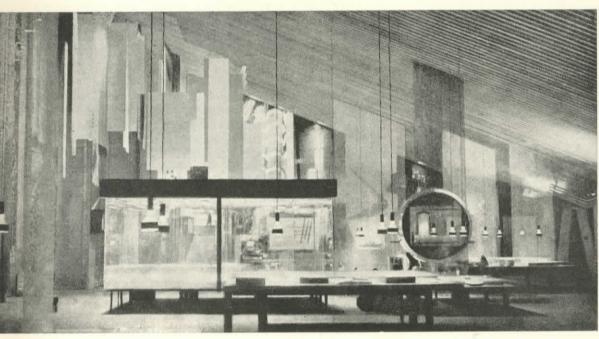
Finlândia

Mais uma vez os finlandeses apresentaram um exemplo são dum pavilhão de exposições. A superestructura documentava abundantemente a grande riqueza da Finlândia, em madeira. O material parece ter sido usado, exterior e interiormente, nas mais diversas utilizações.

Se era nitida a influência de Aalto, quando se fazia a leitura volumétrica do pavilhão, importa afirmar que o conjunto, mediante essa volumetria, estava perfeitamente adaptado ao terreno. Colocado frente a uma larga avenida, parecia iniciar a ascensão da colina que lhe ficava por detrás e como tal era das poucas tentativas resultáveis de integração na natureza. Ao referirmos a espacialidade do interior, indefinida e imprecisa, cremos poder falar duma regressão, entre a riqueza espacial do pavilhão de Aalto em 1939, na Exposição Internacional de Nova York, afirmativa na altura duma reconquista da arquitectura Moderna e a deste.

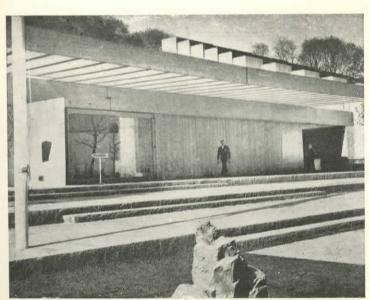


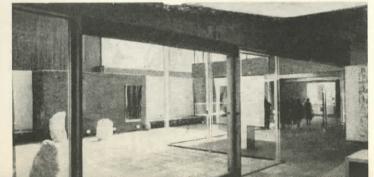
1 e 2 — Pavilhão da Finlândia 3 — Interior do Pavilhão da Finlândia na Exp. de Nova York 4 e 5 — Pavilhão da Noruega





2



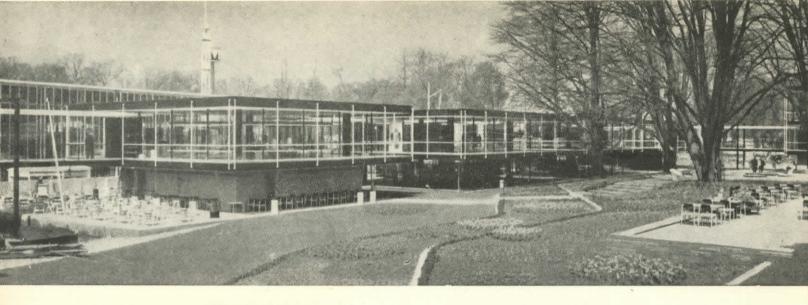


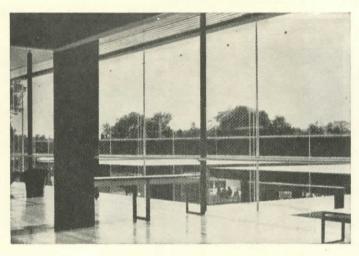
Noruega

Foram os noruegueses que, nos deram em Bruxelas uma bela contribuição, no sentido da valorização dum espaço interno. O interior do pavilhão da Noruega caracterizava-se pela fluidez espacial, e os meios de exposição—todos colocados a curta distância do solo— adaptavam-se perfeitamente a essa pretensão. O uso na cobertura de chapas onduladas translúcidas e nos tectos suspensos dum material plástico, criava, pela presença coada da luz interior, uma atmosfera de excelente efeito repousante. Os materiais empregados eram tradicionais da Noruega (estrutura em grandes vigas de madeira e chão em pedra).

A técnica de exposição era interessante — sendo poucos os objectos expostos, cada um era por si capaz de afirmar uma realidade. Dois exemplos — o facto da Noruega ser o berço do «ski» era lembrado simplesmente por alguns exemplares de «skis», antigos e modernos e para dar ideia da beleza natural o solo rochoso do país eram apresentados num dos pequenos pátios do Pavilhão alguns grandes blocos de quartzo.

3





- 1 Relação interior exterior
- 2 Aspecto das pontes de ligação dos pavilhões
- 3 Planta (1.º piso)

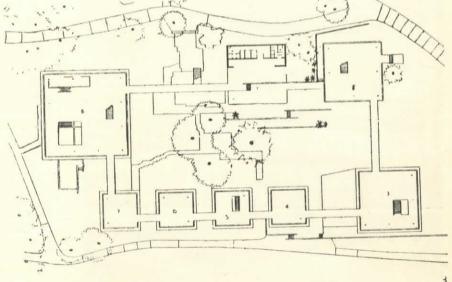
Alemanha

O Pavilhão da Alemanha deu-nos a primeira oportunidade de contactarmos directamente com a poética de Mies Van der Rohe. Na verdade, o mestre alemão estava presente em Bruxelas, não por uma afirmação pessoal. mas através da obra de Egon Eiermann.

O conjunto compreendia oito corpos distintos de 2 e 3 pisos, alguns deles ligados por pontes. A estrutura era metálica (vigas pintadas de azul escuro) e os volumes totalmente envidraçados. A separação exterior-interior processava-se por meio de estores, fixados em elementos tubulares dispostos na fachada. A composição arquitectural realizava-se assim, com meios extremamente simples — as vigas marcando o pavimento, os elementos parietais em vidro e as peças tubulares dos estores.

A situação do Pavilhão era excelente, num terreno levemente inclinado e de grandes sombras acolhedoras. Os espaços exteriores mereceram um tratamento cuidado e apresentavam uma variedade grande de situações (restaurantes, esplanadas, jardins, zonas para descansar). Os espaços interiores caracterizavam-se por uma continuidade total; notava-se ainda, um processo de relacões perfeito entre a decoração, o método de expôr (um pouco austero) e a Arquitectura, explicável aliás pela sujeição ao autor do projecto, de todas as fases da realização.

A fluidez do espaço interno, aliada a um impressionante apuro técnico do pormenor, eram os aspectos mais relevantes do conjunto e era aliás por aí que o devíamos relacionar com Mies Van der Rohe.



Japão

O Pavilhão Japonês poderia, ombrear em Bruxelas com o da Noruega, se quizéssemos reunir dois dos mais belos e refinados conjuntos presentes na Exposição.

A representação do Japão distribuia-se por duas secções, de utilização e feições arquitectónicas distintas. Na maior, todo o desenvolvimento dum espaço único onde se fazia a apresentação dos produtos do país, se centrava em torno duma pequena zona aberta, um pátio, que dada a sua motivação diversificada, nos aparecia dentro de percurso obrigatório da visita como um agradável elemento de contraste, dando ao visitante a possibilidade apetecida dum tempo de não fazer nada. A outra secção, em conexão com essa pela passagem coberta da entrada, era um pequeno Restaurante tradicional, capaz de servir indiferenciadamente — embora a horas diversas — vários tipos prováveis de clientela, incluindo a popular.

As diferentes feições arquitectónicas num caso e nou-

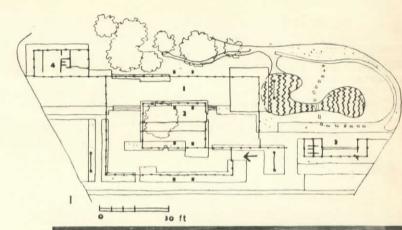


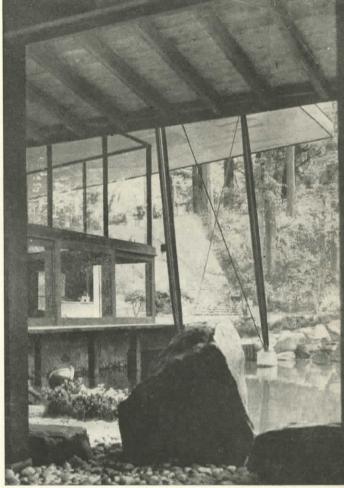
Planta; 1 — Zona de exposição; 2 — Pátio; 3 — Restaurante; 4 — Administração

2 - O conjunto. Em primeiro plano o restaurante

3 - Aspecto do jardim

4 — O interior do pavilhão, vendo-se, em primeiro plano as mesas de exposição. Ao fundo o pátio





3

tro pareceram-nos exprimir a situação actual da Arquitectura Japonesa — por um lado uma continuidade tecnológica e conceptual de raízes nacionais, e por outro, a tendência para a aceitação *filtrada* dum tipo de arquitectura ocidental.

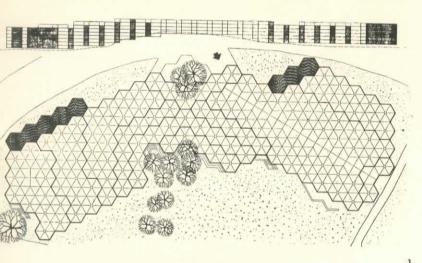
Separando os dois volumes, os arquitectos determinaram a paisagem, com todo o poder de sugestão, que a tradição ancestral japonesa de arranjo de jardins lhes oferecia. O resultado foi termos, em Bruxelas, um jardim e um pequeno lago, todo um espaço exterior, capazes de nos colocarem por uns momentos dentro da ambiência do Japão.

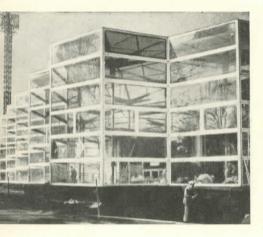
Muitas das qualidades inerentes ao conjunto devem ter-se perdido no nervoso movimentar da Exposição. Ao visitante vulgar teria possivelmente agradado muito mais a afirmação orgulhosa dos franceses do que a oferta duma agradável acalmia, não isenta dum encanto exótico, proposta pelo conjunto japonês.



4

Espanha





- 1 Planta e alçado do pavilhão
- 2 Vista do exterior
- 3 O aspecto confuso do interior

O Pavilhão Espanhol deu, na Exposição, uma curiosa afirmação de qualidade arquitectónica, fundamentada no uso imaginativo dum interessante partido arquitectural. Esta presença da Espanha em Bruxelas parece ter sido uma revelação, merecendo da crítica especializada atenções particulares e em certos casos um lugar destacado entre as Representações estrangeiras.

Todo o conjunto — «hall» de exposição, «bar» e outras dependências, se unificava num espaço único. A organização dum módulo hexagonal, apoiado numa curiosa estrutura metálica semelhando um pára-sol. No centro de cada módulo situava-se uma coluna tubular de que a parte superior, dividida em 6 elementos radiais, se destinava a suportar a cobertura (perfilados metálicos, madeira e alumínio). A repetição modulada do sistema processava-se em todas as direcções, (o espaçamento entre colunas era de 3 metros) variando de altura conforme os acidentes do terreno e as necessidades de iluminação. O contorno lateral do volume resultante era, ou totalmente envidraçado permitindo a visão do exterior ou fechado por elementos murários em tijolo.

O processo estrutural parece ainda neste caso ter ultrapassado as finalidades da Arquitectura. O interior do Pavilhão era um espaço confuso e mal definido, pela presença complicada e dramática dos elementos da estrutura — pilares e vigas metálicas, pintados em cores sombrias. A luz, acedendo sem limitações ao interior do Pavilhão, mais contribuía para nos dar uma sensação de estonteamento.

Os espanhóis preferiram, ao apresentar o seu país, substituir o processo descritivo pela presença agradável de elementos representativos do rico folclore nacional. Julgamos que muito do êxito obtido pela Espanha no certame se deve aos belos espectáculos com que brindou o público visitante.



Suiça

O conjunto dos diversos Pavilhões Suíços era dos menos acusáveis de monumentalismo em toda a «Expo».

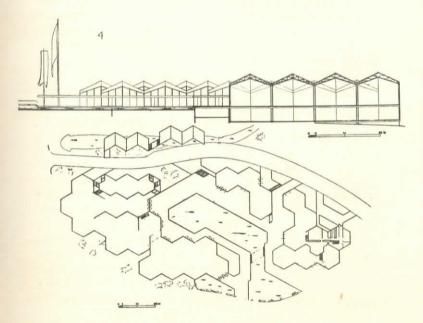
O partido geral escolhido utilizando como elemento base o hexágono foi descrito pelos próprios suíços, como devendo constituir uma representação do carácter nacional e da organização do Estado, permitindo além disso organizar os diversos grupos conformemente às suas necessidades, ocupando cada um deles o quadro que melhor lhe conviesse. Desta maneira os grupos poderiam ser diferenciados pela grandeza e forma das salas que ocupassem, dando embora ao conjunto o carácter dum complexo orgânico equilibrado.

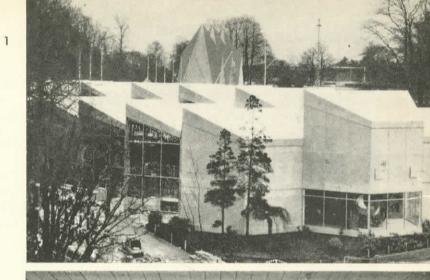
Na verdade, a coerência, permitida por um tal tipo de organização, entre os elementos expostos e a Arquitectura, era uma das qualidades entre as muitas do conjunto suiço. Cada espaço sentia-se perfeitamente pensado relativamente ao tema próprio, começando por ser ou fechado ou aberto (conforme se exigia ou se menosprezava uma total concentração dos sentidos). Assim, enquanto a exposição do progresso do país, no capítulo do tráfico e de transporte, era realizado num espaço, semi-organizado, coberto mas totalmente livre, e até na presença ruidosa duma vida de razoável circulação, as secções de relojoaria e de instrumentos de precisão eram dotadas de zonas recolhidas e fechadas em que a fenestração (pela limitação ou pela ausência) e a iluminação, tinham um lugar determinado.

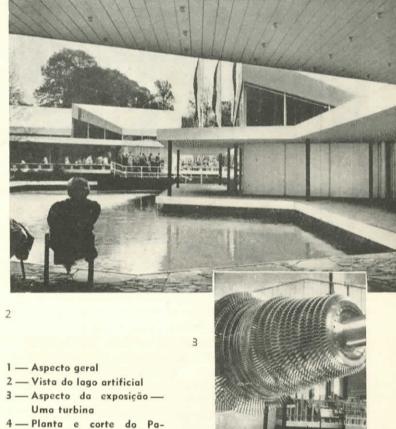
Para fulcro de todo o plano foi tomado um lago, e pareça-nos a ideia tão literária, se se pretendeu simbolizar o país suíço, como a evocada inicialmente para justificar todo o conjunto, certo é que do ponto de vista humano a solução era óptima. Se acrescentarmos, que à beira desse lago existia um caminho coberto onde e visitante podia, fora dos recintos da exposição, descansar e dar-se conta lentamente dos cambiantes arquitecturais mais provamos a grande riqueza de concepção utilizada.

O carácter acidentado do terreno foi um triunfo nas mãos de Werner Gantenbein. Dai saiu uma Arquitectura poderosamente agarrada ao terreno e muito variada. A existência dum pequeno vale, separando duas zonas de exposição, utilizou-a o arquitecto notàvelmente, organizando-o como via de circulação e zona de descanso (belamente arborizada), coberta com um agradável pavimento em madeira.

O conjunto suiço poderia ser apodado de democrático pela presença constante duma escala humana, que mais







do que no cuidado de dimensionar a Arquitectura à razão da altura do homem, estava na procura de o acomudar agradàvelmente aos vários ambientes. Dentro desse caminho entravam mesmo pequenos pormenores como a utilização de madeira no pavimento da referida rua (e poderia certamente ser outro material), a presença em várias zonas de bandeiras dando um ar festivo, ou ainda a *féerie* dos toldos de côr na esplanada do restaurante. Falemos ainda duma secção (chamada o Piquenique Suíço) que ultrapassando o aspecto comercial e de propaganda dos produtos do país que aí se fazia, era um segundo restaurante do conjunto, mas desta feita de feição popular.

vilhão

Os processos construtivos utilizados eram próprios duma construção ligeira, de feitura rápida, capaz de possibilitar a utilização de prefabricados. Manejando uma estrutura em aço, a que eram ligados painéis de contraplaçado, revestidos exteriormente em alumínio anodisado, foi fácil utilizar a mão de obra do país, experimentada neste tipo de construções e no uso do referido material.



A representação portuguesa

A resposta da Representação Portuguesa à posição cultural para que apelámos inicialmente começou, no envólucro arquitectónico com uma negativa.

Recordemos que se o formulário do Estilo Internacional serviu entre nós, como noutros países, para a arremetida contra os neo-clássicismos e os pseudo-tradicinalismos, a aceitação incondicional e a longo prazo desse tipo de arquitectura começa a tornar-se perigosa por carecer de aderência às nossas realidades. Noutros países o aviso já foi lancado — e aí temos a Itália a impor-se um abandono ao internacionalismo, afirmando polèmicamente em Bruxelas uma vontade de ter uma arquitectura caracterizada. — Entre nós a reacção surgiu também, embora seja de há poucos anos, pela mão de alguns arquitectos, interessados no problema. A sua atitude insistente ditou, em parte, a realização do Inquérito à arquitectura expontânea or-

1 — Vista do hall de exposições

2 - Restaurante do Pavilhão

ganizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos e certas obras atestam já hoje a posição favorável dos seus autores perante este aspecto da problemática da Arquitectura Portuguesa.

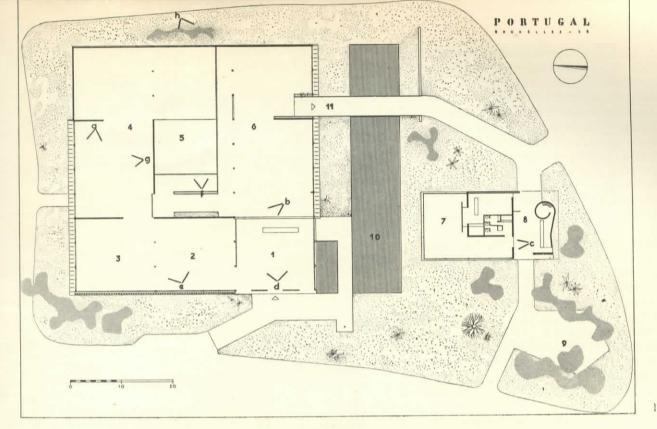
O Pavilhão Português foi objecto dum Concurso Público que recordamos, decorreu em condições difíceis e enfermou, como na altura se escreveu em «Arquitectura» (2) de muitas deficiências. Julgamos que entre os vários condicionamentos postos (aliás demasiados) nenhum envolvia o problema da tradição, o que tomado como uma missão voluntária ou involuntária justificaria, em todo o caso, da parte dos artistas concorrentes (certamente consciencializados àcerca do problema) uma atitude clara, fosse ela de afirmação ou de negação.

Dos projectos premiados, alguns inseriam-se abertamente dentro do Estilo Internacional o que perante a posição dos seus autores relativamente à tendência em que se situam foi uma afirmação de coerência, Dos outros concorrentes alguns poderão parecer ter-se inclinado para uma posição afirmativa, mas concretamente nenhum deles aceitou o problema da universalidade (dada através duma caracterização nacional) da nossa Arquitectura, como um condicionamento de importância.

Acrescente-se, com agrado, a ausência entre os projectos premiados de propostas do tipo *regionalista*, quando ainda desta vez certos países (a Tailândia, por exemplo, com o seu pagodezinho) nos deram, em Bruxelas, exemplos de folclorismo arquitectural.

Não poderá declarar-se amigável o diálogo travado entre a arquitectura do conjunto português e a natureza circundante. A volumetria, pouco diferenciada e demasiado extensa do grande volume fechado do «hall» de exposições tornava difícil a possibilidade duma integração na paisagem. Cremos, que um tipo de ocupação menos concentrado, como o adoptado pelos alemães que partilhavam connosco e com os jugoslavos duma das mais belas zonas do parque da exposição, poderia ter-nos conciliado com o ambiente natural melhor do que a solução utilizada.





A forma como distribuimos a arquitectura determinou também uma falta de humanização dos espaços livres exteriores por ausência de enquadramento que lhes determinasse uma dimensão. Todo o terreno livre foi deixado como um grande tapete de relva inacessível limitando-nos à utilização duma pequena zona arborizada para ai instalarmos um café. A existência dum grande e simples volume não deve aliás ter sido totalmente responsável no comprometimento de relações entrea arquitectura e a paisagem. Julgamos que a preocupação de pousar no terreno os dois corpos ao invés de os isolar do solo, deverá ter contribuído para esse resultado.

A relação volumétrica entre o restaurante e o «hall» era bem conseguida pela utilização do relevo do terreno e da variação da escala. O pequeno restaurante situava-se numa pequena ondulação sobranceira ao pavilhão, interpondo-se entre eles um espelho de água, atravessado pela ponte de ligação entre os dois corpos. É pena que não fosse prolongado para o exterior, o que lhe teria dado maior riqueza de utilizações.

O pavilhão de exposições possuia volumes simples traduzindo uma limitada variação de espaços internos. A leitura espacial do interior era fácil e imediata; àparte uma zona onde existia um tratamento a dois níveis ligados por uma rampa, todo o resto o pavilhão era realizado no pé direito total.

O tempo de estadia do visitante dentro do recinto limita-se, devido ao tipo de organização arquitectural, ao tempo de apreensão dos vários assuntos expostos, escasseando as hipóteses da visita ser entremeada duma possibilidade de descanso, num espaço para tal diferenciado. Cremos que a intromissão no percurso de espaços exteriores semi-organizados (como os pátios que se propunham em alguns dos projectos apresentados no Concurso), poderia ter ampliado as possibilidades de vida interior.

O contacto efectivo entre o exterior e o interior resumia-se a duas situações, a entrada e a saída. Entre as duas soluções era monótono e limitado por ser constante e apenas visual (através duma cortina de vidro). A utilização exterior da grelha e dos brise-soleils pareceu-nos ter correspondido mais a um ponto de vista de visão exterior do que a uma atitude de condicionar o espaço interno ou de resolver problemas de insolação.

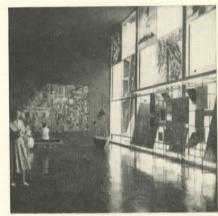
Um outro meio de expressão arquitectural — o movi-

1 — PLANTA: 1 — Recepção; 2 — Sector da História
Portuguesa; 3 — Riquezas espirituais do
País; 4 — Riquezas materiais; 5 — Aspirações do País; 6 — Sector do Ultramar (2º piso); 7 — Restaurante; 8 —
Bar; 9 — Café ao ar livre; 10 — Lago;
11 — Ponte.

2 - f. a - Aspecto do 3.º sector

2

3 — f. b — Aspecto da zona de recepção vista do 2.º piso





mento ondulado dos tectos — revelou-se, na passagem dos elementos gráficos à realidade, um pouco comprometido, por falta de correspondência noutros termos da composição que o justificassem. A pintura ai utilizada em tons surdos, verdes e castanhos dèbilmente capazes duma reflexão solar, deu ao pavilhão, aliada ao tom escuro do solo uma grande falta de luz natural, apesar dos extensos envidraçados. O espaço interior do restaurante afirmava-se muito acolhedor, talvez pela presença dum pé direito reduzido. O tipo de decoração utilizado (sobretudo dos tectos em painéis de encanastrado) revelava uma procura (que resultou totalmente) no sentido de tornar o ambiente agradável.

No pavilhão de Exposições a descrição dos vários temas iniciava-se com uma retrospectiva histórica (1.º sector), seguida duma análise das nossas riquezas materiais (2.º sector) e espirituais (3.º sector) e das consequentes aspirações do país (4.º sector). As províncias do Ultramar mereceram dos organizadores um sector especial, que se desenvolvia no segundo piso do recinto.

As técnicas usadas pelos vários artistas, embora fazendo uso dos mesmos meios normalmente utilizados nas Exposições que costumamos ver em Portugal (fotografias, vitrines, painéis) traduziam uma dificuldade grande de conciliação, revelando-nos o que devia estar omisso, ou seja as fronteiras dos vários sectores. Também o desejo de querermos dizer em Bruxelas tudo o que somos e o que temos se nos afigurou pouco acertado. Entre a alternativa de apontarmos claramente apenas os traços fundamentais que nos caracterizam, as actividades ancestrais a que estamos ligados e que nos são próprias e a de expormos, tal como o fizemos duma forma imprecisa, todo o repositório das nossas actuações nos mais diversos campos, optámos pela segunda solução o que nos leva a recear que não tenhamos sido ouvidos, até porque muitas das coisas que dissémos já o visitante as conhecia de muitos outros sítios. A impressão que nos ficava de percorrer o pavilhão era abstracta, indefinida. Parece-nos que para o visitante estrangeiro se justificava a pergunta — mas como será Portugal e o seu povo? — e a resposta não se lia, pelo menos duma só vez.

A imagem do Terreiro do Paço postada na entrada,

f. c — O interior do restaurante visto da entrada.
 No tecto os painéis de encanastrado

2 — f. d — A zona de recepção

3 — f. e — O sector da História de Portugal







(uma fotografia de grandes dimensões) sugeriu-nos um caminho de orientação para a exposição. Parece-nos que se poderia ter vitalizado o assunto, não como mais uma fotografia incapaz de responder pelo tratamento indistinto que lhe dedicaram à capacidade receptiva do visitante, mas como a entrada dum mundo ignorado, para o que bastaria ter uma presença impressionável ocupando ate toda uma parede. Julgamos que o prolongar desta motivação (paisagem arquitectónica, física e humana) poderia continuar-se com garantias de merecer interesse.

No 1.º sector do pavilhão propunha-se como já dissémos que o visitante se apercebesse dos oito séculos da história portuguesa. A época dos Descobrimentos aparecia destacada, decorada num estilo frio e sóbrio que se quadrava bem com a arquitectura. A presença de poucas peças — uma reprodução de parte do triptico de Nuno Gonçalves, o livro da construção das Caravelas, um biombo japonês representando a chegada dos portugueses ao Japão — permitia-nos a noção dum espaço muito amplo.

O enunciar dessa tendência — e afirmemos que não nos agradava o seu tom frio e distante — não teve eco nas seguintes realizações. De facto a partir desse primeiro sector a relação decoração — arquitectura desiquilibrava-se e julgamos que a solução do problema teria estado, mais do que numa intensa colaboração entre o arquitecto e os decoradores, já depois do projecto estar totalmente estruturado, em ser das bases do Concurso a condição de que cada concorrente deveria fazer-se acompanhar da sua «équipe» encarregada da decoração, e desse modo a Arquitectura não seria nunca um envólucro, uma carcassa independente de tudo o mais, mas sim a resposta em termos arquitectónicos ao próprio conteúdo a expor.



As técnicas de exposição utilizadas pelos artistas portugueses não foram das mais recentes mas as clássicas. Nesse campo ocorreu aos suiços afirmarem em Bruxelas a sua grande experiência. Tendo como limitados os processos vulgares de expôr, como a fotografia e o painél descritivo, utilizaram outros mais directos e de resultado mais seguro. Um exemplo — a propaganda das Indústrias Farmacêuticas Suíças não era realizada através de amostras ou de abundantes esquemas explicativos; àparte uma ligeira descrição geral dos progressos da química suíça, para a qual a atenção do visitante era apelada por uma máquina ruidosa, um cristalizador.

Alguns países como o Brasil faziam uso de processos que devem ter resultado totalmente para que a população móvel da «Expo» os ficasse a conhecer. Uma das secções do pavilhão brasileiro de maior êxito era a buvette onde se apresentavam o chá-mate e o café do país. O mesmo fazia a Itália com os gelados e a Suiça com os lacticinios. No «bar» do restaurante português vendiam-se a preços baixos pequenas garrafas de vinho do Porto, mas enquanto os brasileiros ao oferecerem o seu café nos punham em contacto através de esquemas fotográficos com as regiões cafeeiras do Brasil, não houve da nossa parte o cuidado de fazermos o mesmo em relação à paisagem e à vida do nosso Douro.

O Restaurante Português afirmando-se um excelente meio de propaganda pecou apenas por se destinar em exclusivo a um determnado sector público. A grande multidão de poucas disponibilidades, que passou por Bruxelas, deveríamos ter destinado uma esplanada, um «buvette», ou um restaurante popular (que não seria o pequeno recinio ao ar livre) onde pudesse provar o nosso café os nossos vinhos e as nossas frutas. Seria esse um belo uso, capaz de nos tornar gratamente conhecidos em Bruxelas.

A circulação dentro do nosso recinto de Exposições era do tipo incondicionado, quer dizer, o visitante gosava na sua visita de relativa liberdade de manobra. A colocação das vitrines, dos painéis e das fotografias, fazia-se um pouco desordenadamente utilizando o grande espaço livre do recinto e com frequência as paredes interiores. A utilização para o mesmo fim dos elementos parietais exteriores (os envidraçados, livres ou com a anteposição da grelha ou dos brise-soleils) foi prolongado abusivamente, admitindo o tratamento impróprio para a visão exterior do verso das fotografias e dos placards.



2

1 — f. f. — O aspecto confuso do interior

2 — f. g — Aspecto do 3.º sector. (Note-se a utilização das paredes exteriores para a decoração

3 — f.h — Na colocação dos painéis e fotografias junto das paredes envidraçadas, parece ter-se esquecido a possibilidade de visão exterior e daí este desagradável aspecto



3

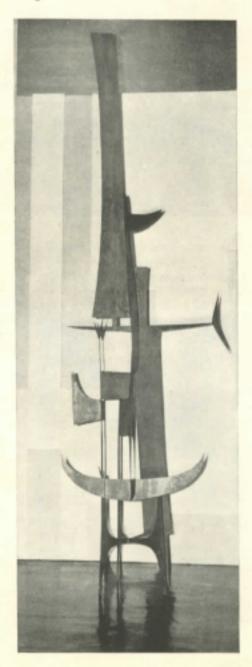


1 - Painel de Júlio Rezende

2 — «Sol» 3,40 × 2,10 — cerâmica de Querubim Lapa

3 - Escultura de Jorge Vieira

3



A «Expo» afirmou-se para alguns artistas portugueses (escultores, pintores e ceramistas), pela sua actuação no nosso pavilhão, como uma excelente oportunidade de se afirmarem fora das nossas fronteiras. A representação escultórica reunia os nomes de António Duarte, Jorge Vieira, António de Paiva e Barata Feio; entre os pintores notámos a presença de Júlio Rezende, Cámara Leme e Menez. Querubim Lapa figurava também com uma bela peça de cerámica.

Parece-nos que a integração das diversas obras na Arquitectura nem sempre se realizou com éxito. A escultura de António de Paiva aparecia perdida no recinto com o valor de qualquer vitrine e as obras dos pintores representados, na maioria, senão todas, de feição abstracta, eram sombrias e incapazes de equilibrar o ambiente inte-



Bibliografia

 (1) «Zodiac» — n.º 2.
 (2) «Arquitectura» n.º 57-58 «Acerca do concurso de Bruxelass.

- The Architectural Review - n.º 739, Expo 58>.

— Architectural Design — Agosto de 1958 «Brussels Universal Exhibition 1958».

-L'architecture d'aujourd hui - n.º 78 «Bruxelles

-Suisse - Bruxelas 1958 - «Guia do Pavilhão Suisso». La Norvège à l'exposition de Bruxelles — «Guia do

Pavilhão Norueguês.

— Portugal — «Guia do Pavilhão Português. — Casabella — n.º 221. — L'architectura — «Editoriais nos n.º 34 e 36». Discussão sobre o pavilhão italiano no n.º 36>.

Habitações operárias em Ponte de Pedra

aras. Arménio Losa e Cassiano Barbosa







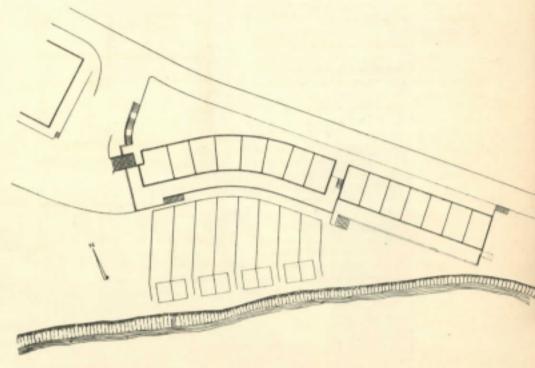
O pequeno conjunto de moradias destinadas aos operários de uma fábrica nos arredores do Porto, (1) aqui apresentado, chamou a atenção dos visitantes da exposição de exemplos da arquitectura moderna portuguesa, patente no Secretariado Nacional de Informação, no inicio do ano No entanto, a informação que ai se dava não deixava perceber alguns problemas bem actuais que esta obra levanta.

1.º—Considere-se, em primeiro lugar, um problema de localização. Como se poderá observar, e a despeito das tentativas feitas pelos autores do projecto, o alinhamento das moradias encosta ao complexo fabril, criando um dificil compromisso à própria vida residencial (presença permanente da fábrica) e tolhendo aquelas necessárias zonas de expansão. Esta dificil situação procuraram os autores atenuar, tirando partido do desnível existente para valorizar a importância da excelente encosta separada pelo rio, frontalmente à finha das habitações.

Além disso a construção foi decidida em duas fases, sem uma prévia planificação económica e respectivo plano de aquisição dos terrenos o que também

Na página anterior: vista gezal dos dois blocos tirada da grande galeria de circulação e fachada oposta das habitações do 2.º grupo.

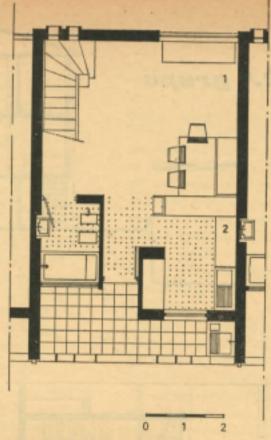
Nesta página: fachada sul do 1.º grupo construido e planta geral do conjunto. Note-se nesta a proximidade dos edificios fabris (á esquerda) e as hortas no terreno fronteiro a nível inferior.



1.º grupo (corpo encurvado)

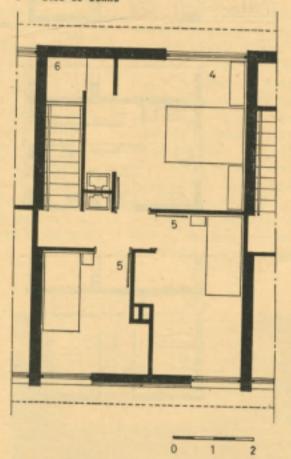
Os dois grupos de habitações económicas concluidos em 1954 destinam-se a alojar as famílias operárias de uma refinaria de azeites da firma Soares & Irmão, L.da, transferidas das primitivas instalações da empresa em Barca d'Alva.

Edificadas em terreno contiguo ao limite das próprias instalações fabris, (oferecendo um declive para Sul) e sem apertados limites orçamentais, as habitações atingem um desenvolvimento quer de organização quer de áreas bastante satisfatório. O custo médio de 67 contos por mª habitável - revela ainda a existência de um equipamento que previu, além do bloco da zona diurna, numerosos arrumos, lavabos suplementares, etc... O primeiro grupo construído, de tipo e30 - organiza-se em dois pisos; zona de utilização diurna no andar térreo, zona de quartos no andar alto; incluiram-se na primeira a entrada e as instalações sanitárias tendo-se posto na segunda dois lavabos para serviço imediato dos quartos. O 2.º grupo, concluido posteriormente, apresenta mais um piso, sem destino definido, aberto para Sul à semelhança do piso térreo do grupo anterior. A sua organização interna é no entanto alterada substâncialmente pela localização de uma entrada eprincipale do lado N, invertendo-se assim a posição relativa do conjunto ecozinha sala comums. O piso superior inclui neste grupo além dos mesmos três quartos as instalações sanitárias,



Planta do 1.º piso

- 1 Sala de estar e jantar
- 2 Cozinha
- 3 Casa de banho



Planta do 2.º piso

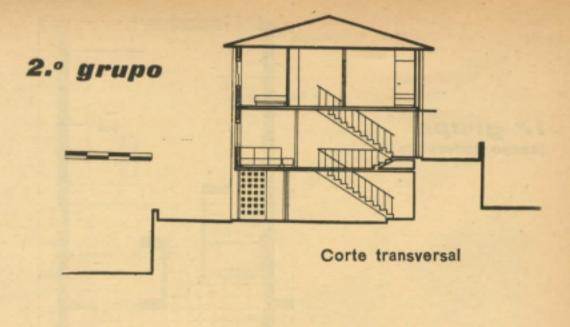
- 4 Quarto de casal
- 5 Quartos de filhas
- 6 Roupeiro

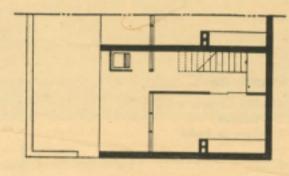
jue se pode colher a cozinha sobre a mação das necesres, não deixando iomésticas não só da da casa. Pareão se deve fazer de comer, pois é serviço e acrumo efeições habituais. nitir o aproveitaor, apesar da sua dra, não propicia dem-se assim nonaturalmente mieira como recur-

aperfelçoamentos, o, nos pontos reialor interesse exa vitalidade.

zação do fogo suvida oposta, emte do mesmo tipo. de entrada» - dite, e, sobretudo, na iro bloco, resultou nano nesses espaesmo no Inverno, plementar, sugerientação com difinas onde se locacontaco vicinal. A imo indispensável. sala comum difee desafogados rasssição à anterior. nicação por balção e, com uma popula desta acarretou es na primeira e l fim se destina. ssencial que desta

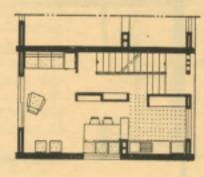






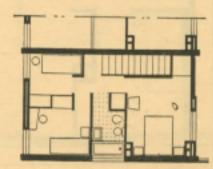
Planta do 1.º piso

(Arrumações, lavagem e escada)



Planta do 2.º piso

(Entrada principal, salas de jantar, estar e coxinha)



Planta do 3.º piso

(Quarto de casal, quarto dos filhos e casa de banho)

O sistema construtivo adoptado combina uma estrutura de alvenaria de tijolo constituindo paredes resistentes e pavimentos de betão armado. As coberturas são revestidas de telha.

A protecção dos vãos, cuja caixilharia é em macacaúba envernizada como é corrente neste tipo de construções, é constituida por persianas exteriores de madeira, destacadas do plano da parede para permitir uma melhor ventilação e correndo ao longo deste. condiciono tensão, e, pansão fut

2.º-S dos dois ti ferenças. tem idénti na segund ocupa a f referido gr mento já . grupo de o de quarto ou separáv Finalmente ca, o segu inferior ao táca, de alg relação à z

São pr jugarmos e nização int que tornam

a) No passeio des exteriores 3 caliza a la bancos cor ca e imedi directamen trabalho (s rede, perm ferior da Por seu tu sala por ba dições clim: nas foi dota (embora es translúcido perior e po zona de la na cozinha)

Vista da estr e aspecto do de um dos ed

or: vist ande go das h

conju

na fáb

do, ch

e exe

ente 1

niclo (

ava n

tuais

ere-se

zação

ntativ

chada : o geral midade ortas n condicionou a tarefa dos arquitectos a quando da extensão, e, sobretudo, se se quiser planear a sua expansão futura.

2.º — Se se compararem as estruturas internas dos dois tipos de fogos notar-se-ão consideráveis diferenças. Assim, em ambos o grupo entrada-cozinha tem idêntica exposição: na primeira banda, a Sul; na segunda, a Norte. Simètricamente, a sala comum ocupa a face Norte embora amplamente ligada ao referido grupo, e abre para o Sul no segundo alinhamento já sem a mesma comunicação de espaços. O grupo de quartos, sempre no último piso, compõe-se de quarto a Norte (pais) e dois quartos interligados ou separáveis por roupeiros na face contrária (Sul). Finalmente, para conservar uma unidade volumétrica, o segundo agrupamento ganhou mais um piso, inferior ao da zona diurna, o que compensou na prática, de algum modo, a sua desfavorável situação em relação à insolação e sobretudo à vida social.

São precisamente estes dois factores, se os conjugarmos com o desejo da maior adaptação da organização interna do fogo à vida dos seus ocupantes que tornam útil a comparação das duas soluções:

a) No primeiro caso, a vitalização da galeria ou passeio descoberto que serve os fogos, e das zonas exteriores privativas de cada habitação e onde se localiza a lavagem da roupa (e se podem ver velhos bancos corridos, colocados pelos ocupantes), é franca e imediata. Nela existe uma actividade infantil, directamente vigiada pelas mães dos seus locais de trabalho (a própria guarda da galería exterior, em rede, permite estender essa atenção ao terreiro inferior da mata, ou cultivo, atravessado pelo rio). Por seu turno, a comunicação entre a cozinha e a sala por balcão aberto favorece as deficientes condições climáticas da sala (exposição Norte) que apenas foi dotada de uma janela alta sem prejuízo maior (embora esta seja agravada pelo emprego do vid:o translúcido que a priva da vista sobre o pinhal superfor e por outro lado pela necessidade de cobrir a zona de lavagem que implica uma privação de sol na cozinha).

Outra importante solução, de que se pode colher já a experiência é a de abertura da cozinha sobre a sala que corresponde a uma aproximação das necessidades de vida das classes populares, não deixando isolar quem trabalha nas tarefas domésticas não só já das crianças, mas da própria vida da casa. Parece-nos no entanto que esta solução se deve fazer acompanhar pela previsão do local de comer, pois é na cozinha que por facilidade de serviço e arrumo da sala comum se realizam as refeições habituais. O balcão aqui previsto, para permitir o aproveitamento em armário na parte inferior, apesar da sua ideal disposição e do tampo de pedra, não propícia por tal motivo essa utilização. Podem-se assim notar em numerosas das cozinhas — naturalmente mínimas — pequenas mesas de madeira como recurso (2).

Embora admitindo proveitosos aperfeiçoamentos, sobretudo ao nível do equipamento, nos pontos referidos, estas moradias revelam o maior interesse experimental e respiram uma intensa vitalidade.

 b) No segundo grupo, a organização do fogo sugere, até certo ponto, uma noção de vida oposta, embora com ocupantes sociológicamente do mesmo tipo.

Assim, a inclusão de uma zona de entrada» — diferenciada da cozinha—do lado Norte, e, sobretudo, na face oposta à da galeria do primeiro bloco, resultou numa privação do movimento humano nesses espaços. Nestes fogos, a vida faz-se mesmo no Inverno, em grande parte no piso térreo suplementar, sugerido pelo terreno e cuja compartimentação com dificuldades permite essa utilização, mas onde se localiza a lavagem das roupas... e o contaco vicinal. A cozinha, ocupada, por isso, no mínimo indispensável, permitiu no entanto uma óptima sala comum diferenciada em duas zonas e dotada de desafogados rasgamentos para o exterior em oposição à anterior. Neste grupo não se previu já a comunicação por balcão entre os dois compartimentos o que, com uma população com os hábitos e nível de vida desta acarretou a frequente realização das refeições na primeira e não no recanto da sala que a tal fim se destina.

Ver-se-á agora a experiência essencial que desta

Vista da estrada que leva às habitações e aspecto do conjunto tirado do alpendre de um dos edifícios fabris próximos.





Vista dos blocos tirada do terreno abaixo da galeria onde se situam algumas pequenas hortas dos moradores. Em primeiro plano as habitações do segundo grupo descrito no texto.

comparação de soluções se pode retirar: uma adaptação aos hábitos de vida das camadas rurais ou operárias, implica a organização do fogo segundo duas coordenadas dominantes: por um lado um intenso convívio vicinal de adultos e crianças e, por outro, a posição central da presença da dona de casa ou de quem trabalha nas tarefas domésticas. Um contacto, mesmo passageiro, com os habitantes destas interessantes moradias (embora a diferente título), não deixa de confirmar a evidência que, para além da organização interna do fogo, é no seu prolongamento exterior, mais franco e ensolado e, sobretudo, comum que a vida social se faz com toda a sua espontaneidade.

— Em segundo lugar, e sob pena de se criarem percursos ou acessos verticais forçados, que é a zona

de permanência diurna que se deverá articular com ela, constituindo a charneira entre o contacto exterior e a anterioridade do «habitat» familiar.

— Em terceiro lugar, que é essa mesma zona de trabalho diurno, a peça de implicações mais complexas, irredutível aos esquemas do «habitat» burguês, aquela onde o diálogo arquitecto-morador precisa ser levado mais a fundo, não para aceitar em bloco todos os hábitos pré-existentes mas para lhe fazer novas propostas de evolução sem negar a vitalidade e a pureza dos seus aspectos mais originais. É nossa convicção que à medida que o arquitecto avança nesse estudo maior é a importância que o equipamento toma, mais premente a necessidade de o prever logo na própria estrutura do espaço, surgindo como implicação de uma atitude de realismo e de coerência.

NUNO PORTAS

NOTAS

- 1) Não é aqui lugar para analisar a base económica-social proposta aos projectistas — a de se tratar de habitações privativas de uma empresa que esta fornece, sem a interferência de qualquer organização sindical ou do trabalho directamente ao seus empregados por preço extremamente baixo (150\$00/mês), desproporcionado com o desenvolvimento e equipamento (portanto do custo: 70.000\$00 aprox.) dos fogos. Os ocupantes das moradas, operários transferidos do primitivo núcleo fabril
- da empresa em Barca d'Alva, recebem salários que orçam pelos 33\$00 diários.
- 2) Esta disposição é semelhante à apresentada no fogo experimental da exposição sobre o Cooperativismo Habitacional no Mundo, da autoria dos arqs. Teotónio Pereira e Costa Cabral, onde o balcão se destinava directamente às refeições, equipado com iluminação apropriada e podendo isolar-se dos compartimentos (cozinha e sala de estar) por meio de estore de madeira.

A REFORMA DO ENSINO DE BELAS-ARTES

depõe o arq. Francisco Keil do Amaral

Creio que a reforma do ensino das Belas - Artes tem aspectos francamente positivos. Mas em potencial por enquanto. Apenas no papel. Só a experiência, o correr dos anos, será susceptivel de os evidenciar (ou de evidenciar os outros negativos, que também os tem).

A impressão geral que me deixou o documento reformador foi precisamente essa, de dúvida: Algumas excelentes intenções, expressas nos artigos 23, 15, 16, 26, 27, 28, 49, 73, 90, 91, 92, 100, 135, 140, — e a possibilidade em aberto, expressa em vários outros artigos ou parágrafos, de as trair ou desvirtuar.

Abstenho-me, por isso, de previsões. O futuro pertence ao futuro e contento-me, prudentemente, em fazer alguns comentários ao presente. Antes de mais nada ao ambiente em que a reforma foi recebida. Um ambiente curioso, de expectactiva ansiosa mas já «requentada».

Havia demasiado tempo que se tinha por indispensável a reforma. Há longos anos estava na forja rodeada de mistério e de boatos indesejáveis.

E a expectativa tornou-se «sebastianismo»: Alternativas de desánimo e de esperança no surto dum documento redentor. E quando, já «requentada» a esperança pela demora, saiu o documento — pensado, objectivo, mas sem carácter redentor — os interessados sentiram-se vagamente logrados, desiludidos. É uma reacção pouco propria de gente nova, mas natural, isto é, naturalmente decorrente das circunstâncias.

Por outro lado, todos ou quase todos os que a tinham por indispensável aspiravam acima de tudo a uma reforma do espirito do ensino; uma reforma de mentalidade e de processos didáticos. E começou-se por não dar mostras de qualquer mudança de mentalidade quanto ao estudo e à preparação do diploma legal — elaborado em segredo, sem qualquer diálogo vivificador, sem se aproveitar o que há de aproveitável na experiência viva e autêntica dos que estão nas Escolas de Belas - Artes e dos que por lá passaram; e, sobretudo, sem se tentar ligá-los à responsabilidade duma mudança e dos novos rumos, manteve-se o velho critério de que basta a generosidade das intenções dos que dirigem e legislam para que os dirigidos se curvem agradecidos (e se mantenham curvados). Ora a mocidade, mesmo perturbada como anda, mesmo inquieta e desconflada com o triste espectáculo deste Mundo em que nós, adúltos, os fizemos viver, continua generosa, ansiando ser tomada a sério, ser posta à prova, colaborar, participar nas resoluções que lhe dizem directamente respeito. Os seus sectores mais sãos mostram-se mesmo mais interessados em dar, em contribuir, do que em receber.

A preocupação sistemática de fazer ouvidos de mercador aos anseios de participação e de contribuição tantas vezes enunciados, não facilitou as coisas, antes contribuiu para o «desamor» que se nota. Desamor não é ódio nem má-vontade. Apenas falta de adesão, de entusiasmo, de aceitação benévola, de antolhos para os lados maus...

Eu sou dos que creem firmemente nas vantagens dessa part'cipação.

E dos que pensam que, nas circunstâncias actuais, perdida quase totalmente a confiança dos alunos na Escola de Lisboa — era mais urgente, mais imediatamente necessário e proveitoso, levar os rapazes a acreditarem na Escola, do que tentar reunir com certa coerência as cadeiras.

São devidos louvores, no entanto, ao arquitecto Carlos Ramos, pelo seu empenho em não perder o contacto com os de fora; em os ouvir e em os interessar, tanto quanto as circunstâncias lho permitiram.

Mais um aspecto - o último,

Nos discursos oficiais que assinalaram o advento da reforma salientou-se — muito justamente em meu entender — que o éxito das medidas promulgadas dependeria fundamentalmente, dos professores. E como o Decreto previa a admissão de novos mestres e assistentes ficou-se aguardando com o mais vivo interesse a solução desse problema, em realidade fundamental.

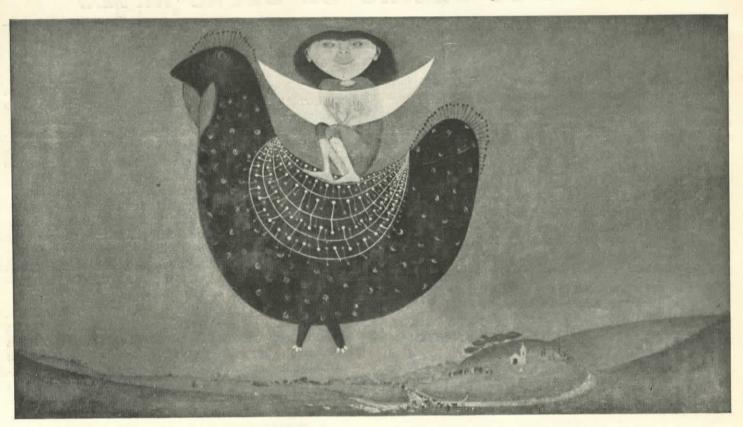
Ora já decorreu um ano e meses sobre a entrada da reforma em vigor, e ainda não se enxerga com clareza o que se tem em vista conseguir, quanto a esta matéria primordial. Optou-se, ao que parece, por uma solução transitória: Nomear apenas assistentes. Medida defensável, sob certos aspectos, porque as soluções definitivas nem sempre são as melhores em periodos de transição e de ajustamento. Mas como se desconhecem quaisquer tendentes a preparar, com a necessária antecedência, as soluções definitivas, muita gente pensa que se optou, em realidade apenas por uma solução cómoda e barata: Uma maneira hábil de evitar os escolhos dum problema melindroso e de arranjar auténticos professores a dois mil e duzentos escudos por mês, reduzidos ainda os descontos legais.

Os assistentes escolhidos numa primeira fase são profissionais feitos e experientes. É óbvio que essa remuneração não lhes permitirá abandonar as suas tarefas na medida em que precisariam de o fazer para se dedicarem sèriamente ao ensino. A menos que sejam nomeados professores num prazo curto, (como justamente esperam) queimar-se-ão no prolongamento duma situação dificil e virão a prejudicar inevitàvelmente os alunos. De qualquer modo são, todos ou quase todos, técnicos e artistas prestigiados, que aceitaram um sacrificio a bem das Artes; e recebeu-se com geral agrado a sua escolha. Mas já uma profunda mudança de critério parece ter-se operado e presidido ao recrutamento de um novo grupo de assistentes, lançando a confusão e o desánimo entre os alunos, entre os ex-alunos e até, ao que parece, entre alguns dos professores mais diligentes desta pobre Escola de Belas Artes de Lisboa.

Não se pode afirmar, infelizmente, que se esteja em vias de restaurar uma perdida confiança.

Quanto a mim, parece-me que o mais importante neste caso dos professores para as nossas circunstâncias especiais, não é tanto o preenchimento de vagas como a formação dos futuros mestres. Em boa-verdade falta-nos uma preparação específica para o professorado, que não se improvisa e o talento não supre. Não há qualquer indicio de que se encarem medidas adequadas para promover tal preparação; mas oxalá os factos me desmintam redondamente e aos que receiam a permanência, neste caso também, dum critério indesejável. A permanência duma mentalidade que não foi reformada, como era mister, para que a nova reforma não seja apenas uma mudança.

O pintor António Quadros, nasceu em Viseu, em 1933 e é assistente da E. S. de Belas-Artes do Porto. Participou em numerosas exposições colectivas no Pais e no estrangeiro. Bolseiro da Fundação Gulbenkian.



ÓLEO — a galinha pedrez

antónio quadros

António Quadros, pintor de um maravilhoso que entronca na ingenuidade da arte popular portuguesa — teimosamente desconsiderada por certa propaganda regionalista — tem afirmado na sua pintura mais recente, à custa de saber oficinal, uma visão que, inicialmente, pareceu compartilhar com Eduardo Luís e à qual Querubim Lapa não foi alheio.

Identificam-na, parece-me, um certo clima sonhador, populista, feito de primitivismos líricos e, estilisticamente, um desenho onde as coisas figuradas se transformam expressivamente e nos prendem pelos sinais poéticos ou, por vezes, tendem para estereotipias menos justificáveis.

António Quadros diferencia-se agora, claramente, no que pensa e no que pinta; e porque esse seu pessoalismo ou, melhor, essa sua vontade de definir um caminho por ele investigado e vivido se afigura inestimável atitude num meio onde, com frequência, se toma por pintor quem apenas é imitador encartado no alheio, se entende muito justo contribuir para chamar a atenção de um público não compartimentado em entendedores e desentendidos, público vasto, afinal, a quem A. Q. destina as obras, e nisso, inteligentemente, dá conta que o isolamento de um pintor não constitui por si nenhum valor estético, nem fonte de valores estéticos — custe esta realidade aos que na contemplação do próprio umbigo acham o melhor refúgio.

DAS CORES

Tenho um espectroscópio no coração Por e'e vim saber das sete côres Sete côres do meu saber Sete côres a saber:

- O vermelho, onde entendi como o sangue é solene
- O laranja, que me trouxe toda a alegria
- O amarelo, cheio da dúvida
- O verde, em que vinha o mistério
- O azul, num grande ai de ternura
- O anil, surdo em oculta raiva
- E o rôxo que me ensinou como é dramática a dignidade.

Tenho-as todas na minha mão E com elas explico aos meus amigos Como é belo o que para mim desvendas cada dia Sol.

A. Q.





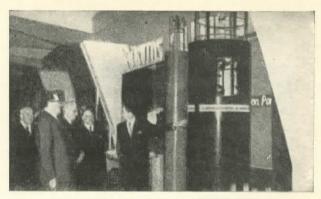
...A mim e a ti, pintores desde os ossos, que ainda chafurdamos na cor, composição, volume, superfície, matéria, tema, etc., como se fossem verdadeiros problemas que urge resolver de per si, a nós, compete ver que eles não são mais do que soluções, chaves, para o grande problema: Pintar Pintura, E comecemos por saber da nossa profissão como um carpinteiro sabe da sua, E respeitemos um público sem élites, que não quer nem procura saber como o carpinteiro faz bancos, mas sabe bem o que é um bom banco... Manif, de Pintura — António Quadros.





cerâmicas populares





Fotografía do Stand de GRANITOS POLIDOS, da Cooperativa dos Pedreiros na Feira das Indústrias Portuguesas, em que, entre outros, apresentou, como novidade, uma coluna cilíndrica de 0.80×2.20 m., inteiriça vasada, com aplicação duma armadura de aço no interior, e os seguintes dizeres, exterior :

Esta criação da «COOPERATIVA DOS PEDREIROS», sem paralelo na Europa, é uma alta expressão da sua aperfeiçoada indústria de serração e polimentos de granitos

Granitos polidos nacionais e estrangeiros. Brilho duradouro num material moderno de grande efeito

COOPERATIVA DOS PEDREIROS RUA D. JOÃO IV. 1000/6 TEL. 24722/3 PORTO

AQUECIMENTO CENTRAL

Pelos sistemas:

PAVIMENTOS RADIANTES AR CLIMATIZADO—RADIADORES E L E C T R I C I D A D E

VENTILAÇÃO — SECAGEM



RUA PASSOS MANUEL, 183, 1.° — Telefone 20833

HISTÓRIA . TEORIA . CRÍTICA

António Gaudi L. Figini, M. Brunati, outros.

CHIESA E QUARTIERE N.º 5 Março 58

Excelente serie de artigos e notas bibliográficas, introduzindo uma bem escolhida e menos usada documentação gráfica. sobre a obra reigiosa do autor genial da cripta da colónia

Spazio e Sintesi Plástica Del Genio Di Barcellona Di Mario Brunati, S. Mendini, F. Villa.

L'ARCHITETTURA N.º 31 Maio 1958

Novos aspectos da obra de Gaudi: mobiliário e aspectos decorativos, planta da Casa Batló, etc. - ilustrando uma provisória visão sintética das actes figurativas,

Commento a Otto Wagner Vittorio Girardi.

L'ARCHITECTURA N.º 32 (e seguintes) Junho 1958 Após a excelente revisão de V. Horta, inicia-se a análise excelentemente documentada - da obra e do papel histórico do impulsionador da escola vienense.

Critica semantica e continuità storica dell'architettura europea, Sergio Bettini.

ZODIAC 2 Julho 1958

Rigorosa análise de metodología, e antes, da semántica do processo crítico: da linguagem da acte e da linguagem critica sobre a arte.

Bettini apresenta um trabalho fundamental para quem vê e critica arquitectura (arte), mostrando como uma revisão dos conceltos (que exemplifica para o caso do conceito do espaço), pode dissipar polémicas ou ideias feitas sobre a história da arquitectura,

As Sete Lâmpadas da Arquitectura Moderna Philip Johnson.

BAUKUNST UND WERKFORM N.º 2 Fevereiro 1958 Conferência proferida já há 4 anos, pelo jovem e notável arquitecto americano, em Harvard, e em que são visados criticamente a'guns aspectos edeficitáriose, da arquitectura contemporânea.

Form Follows Function - Or Does It Peter Blake.

ARCHITECTURAL FORUM N.º 4 Abril 1958

Importante exegese do concelto de funcionalismo, cuja precisão se impõe para clareza da critica arquitectónica,

Discurso de W. Gropius em Boston, Maggio 1958 Una opera di Gropius e Tecton.

CASABELLA / N.º 220

Aspectos do projecto para a Embalxada de Atenas e tradução da bela alocução do mestre da Bauhaus em que reafirma a sua confiança na liberdade do artista criador perante a obra.

A Sociedade e a Civilização Industrial R. Neutra.

ZODIAC 2 Julho 1958

Neutra, mestre de humanização, sintetiza neste depoimento as preocupações que marcam a sua vida de arquitecto consciente das responsabilidades impostas por uma civilização industrial; a preocupação em compreender o homem e o contacto com a natureza, constituem as bases da resposta a essa responsabilidade - o seu crealismo biológicos, «Comunitàs editou também a obra capital de Neutra, Progettare per Sopravivere.

Il Contributo Dell'architettura Italiana Alla Cultura Internazionale Giancarlo de Carlo.

L'ARCHITETTURA N.º 33 Julho 1958

Estudo que analisa a evolução do fazer arquitectura em Itália, em sua relação com a vida político-social e cultural do país. Aponta perigos e problemas a resolver para que se possa contribuir positivamente para a cultura arquitectónica contemporánea,

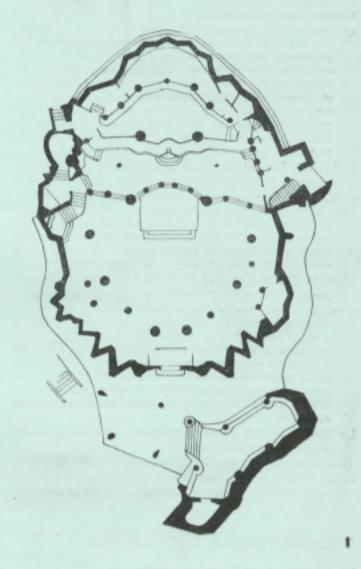
La Cultura Architettonica Italiana no Mundo Moderno Roberto Pane.

L'ARCHITETTURA N.º 34 Agosto 1958

Neste trabalho, o conhecido professor de História da Aquitectura, da Universidade de Nápoles, denuncia uma subordimação no passado recente, da cultura arquitectónica à filosofia que a fez afastar-se do seu aspecto e lhe impediu

das revistas estrangeiras

COORDENAÇÃO DE NUNO PORTAS





uma incidência nos costumes e nas instituições, Refere em seguida e esboça uma solução à escala internacional das consequências de tal estado: a alienação — resultado da especulação e da incultura — da melhor paisagem urbana.

Elev I Ulm (aluno em Ulm) Gunnard Jonson.

FORM (SUÉCIA) N.º 2 Fevereiro 1958

Descrição do método e curriculum usado na escola de arquitectura de Ulm.

Architectural Education.

ARCHITECTURAL DESIGN N.º 6 Junho 1958

Pequeno simpósio, dentro do hábito da revista, entre alguns professores das escolas britânicas, sobre o problema do ensino da arquitectura, sobretudo, no aspecto do contacto entre a aotividade profissional e a actividade escolar. Discutido com muito interesse a delicada questão da estrutura piramidal no ateller moderno e das suas implicações no ensino, no sentido da diferenciação na separação do que se chama arch, designer e dos colaboradores especializados.

Il Centro Sperimentale di Vlaardingen Willen Van Tigen

CASABELLA 219 Maio 1958

Van Tigen, urbanista de Rotterdão, relata as directrizes do desenvolvimento da grande cidade holandesa descrevendo o modo exemplar como foi encarado o delicado problema da «sobreposição do urbanismo e da arquitectura», assumado já entre nós com lamentáveis resultados.

Dibatito Sul Museo Del Castello Sforzesco a Milano Arqs. Belgioloso, Peressuti e Rogers.

L'ARCHITETTURA N.º 33 Julho 1958

O prof. Pane (contra) e o arq. Mário Labó (defesa) discutem o critério museográfico usado no Museu de Milão. Sendo em Itália que se encontram algumas das mais qualificadas obras neste capítulo — iniciadas por Albini e Scarpa — é acusada no trabalho do Prof. de Nápoles a excessiva imodéstia da presença do suporte sobre a peça exposta e discutidos certos problemas de base da arte de expór.

La Chiesa D'oggi Come Espressione Personale Ludowico Quaroni.

ARCHITETTURA CANTIERE N.º 17

L. Q., um dos melhores estudiosos dos problemas da arquitectura religiosa, analisa a sua situação e obras mais notáveis.
2

DOCUMENTAÇÃO URBANÍSTICA

Urbanesimo in América Giulia Veconesi.

COMUNITÀ N.º 60 Maio-Junho 1958

Apresentação das diferentes tendências urbanísticas nos Estados Unidos, a propósito de uma exposição didática do conhecido teórico L. Hilberseimer. L'ustração de grande in-

The Highway And The City Lewis Mumford.

ARCHITECTURAL RECORD N.º 4 Abril 1958

Mumford aborda com a sua extraordinária pertenência os problemas levantados pelas grandes soluções teonicistas para o tráfego urbano.

Louis Kahn And The Living City.

ARCHITECTURAL FORUM N.º 3 Marco 1958

Proposta de reorganização do centro de Filadélfia, opondo-se à indiscriminada descentralização.

Problemi di Organizazione Parrocchiale in Una Città Industriale Arq. prof. M. Roggero.

CHIESA E QUARTIERE N.º 6 Junho 58

Este e outros estudos insertos no mesmo fascículo (além de uma notável comunicação do Cardeal Lercaro transcrita no n.º 5) contém os dados essenciais dos problemas urbanisticos e sociológicos levantados pelas modernas noções da paróquia religiosa.

Hubs Without Wheels

ARCHITECEURAL REVIEW Junho 1958

Estudo comparativo de dois centros urbanos já fundamentais

Vällingby e Harlow — e que embora concretizados diferentemente afrontam problemas comuns da maior importância. O estudo apresenta-se com notáveis soluções gráficas.

Tapiola, Città-Giardino Di Helsinki Giuseppe Vindigni.

L'ARCHITETTURA N.º 30 Abril 1958

Tapiola é já uma realização exemplar como planeamemento urbanistico (nascido de uma ideia de E. Saarinen, em 1918!) que repõe o hoje desvalorizado conceito de cidade-jardim. A realização arquitectónica deste conjunto de 16.000 habitantes deve-se a Aarne Ervi, Viljo e o casal Siren, que conferiram ao centro, às habitações ou às escolas e asilos uma forte caracterização urbana, furtando o conjunto a uma subtopia para ensaiar, ao que parece com êxito, uma dialética casa-natureza.

Architektura (Polónia) n.º 1 Janeiro 1958.

Número dedicado ao plano de Varsóvia, amplamente ilustrado e com notas em francês.

Baukuns Und Werkform n.º 5 Maio 1958.

Número sobre Roterdão — «Uma cidade de interesse mundial pela construção» — focando aspectos urbanisticos e arquitectónicos.

Sienna: Cittá e Piano Luigi Piccinato.

URBANISTICA N.º 23 Março 1958

Exemplar documentário aos problemas da planificação da cidade italiana.

Osservazione Sui Lavori Per II Piano Regolatore di Roma Leonardo Benevolo.

CASABELLA 219 Maio 1958

Importante artigo sobre o desenvolvimento de Roma com pemetrantes ideias que poderão também ser proveitosas aplicadas a algumas situações nacionais. Expressivas fotografias aéreas.

Tradizione Architettoniche Universitarie Romano Viviani.

COMUNITÀ N.º 58 Março 1958

Estudo sobre o problema dos conjuntos universitários e sua inserção no urbanismo moderno. Bibliografía

Architettura Cantiere - Março 1958, n.º 16.

Continuando o n.º 12, documenta mais 15 conjuntos habitacionais realizados nos primeiros anos de actividade da Ina--Casa.

A série que incluirá ainda o n.º 18, fica a constituir o mais completo reportório dos novos bairros italianos.

Quartieri e Unità D'Abitazione Ina-Casa.

L'ARCHITETTURA N.º 33 Julho 1958

Nesta recente secção em que se estudam os complexos da INA em projecto, apresenta-se uma obra do maior interesse: o quartiere di San Justo (Prato) elaborado por duas équipas chefiadas por Ludovico Quaroni e Eduardo Detti. Os urbanistas italianos dirigem hoje a sua atenção para as formas mais complexas do espaço urbano: é agora o caso do páteo e a forma de articulação de um tipo de agrupamento ensaiado com alcance no urbanismo mais recente — a casa-torre. O bairro de Prato em projecto constitui uma das mais importantes contribuições últimamente conhecidas.

Current Spanish Architecture A. Sartoris.

ARCHITECTURAL DESIGN N.º 8 Maio 1958

Ligeiro mas incisivo artigo acompanhado de imagens das obras mais caraoterísticas da moderna arquitectura no país vizinho cujos nomes e obras mais válidas são citados com relevo para Coderch.

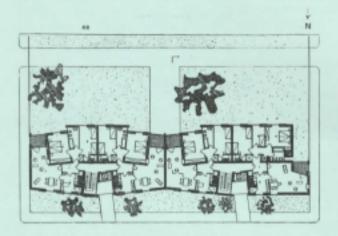
Young Architects A Personal view of the present sttuation James Stirling.

ARCHITECTURAL DESIGN N.º 6 Junho 1958

Stirling, jovem arquitecto, que é também autor do melhor exemplo de «arquitectura de novos», que a A. D. documenta, faz uma implacável mas pertinente análise da situação arquitectural do seu país, ouja leitura se recomenda vivamente.

DOCUMENTAÇÃO ARQUITECTÓNICA









Yugoslav arch. to-day Turtkovic.

ARCHITECTURAL DESIGN N.º 8 Maio 1958

Sintese bem feita dos condicionamentos e evolução da a. y. por entre o choque das solicitações estrangeiras, do acesso à autêntica civilização industrial e o desejo de reencontro com a tradição. O a, revela-se optimista pelo acesso de jovens aos postos decisivos. A documentação fotográfica é breve mus expressiva.

Japan Noel Noffett.

ARCHITECTURAL DESIGN N.º 4 Abril 1958

Revista da arquitectura japonesa actual, precedida de uma introdução sobre as características e costumes do país. Aponta-se que taís elementos de tradição são ultra-passados pelas formas e descobertas tecnológicas ocidentais, excepção feita ao espaço e decoração interiores e à arquitectura paisagistica. Destacam-se nos exemplos apresentados algumas moradias e sobretudo o Shiznoka Hall de Kenzo Tange (doc. KENCHIKU BUNKA número de Julho de 1958).

Israel.

WERK N.* 4 Abril 1958

A arquitectura e a planificação em Israel contém aspectos do major interesse, sobretudo no que respeita ao equipamento social. Este número de Werk revela essa exemplaridade.

Número dedicado a Guadalajara.

ARQUITECTURA - MÉXICO N.º 61 Março 1958

Destaca-se uma notica sobre a Escola de Arquitectura de Guadalajara, com o respectivo curriculum e, de entre os projectos, o novo mercado «Libertada de Alexandro Zohn que parece merceer estudo cuidado.

Bruxelles 58.

L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI N.º 78 Junho 58
Breve e não estruturada revista de alguns dos pavilhões da
Exposição, dando grande desenvolvimento aos pavilhões
belgas e outros de interesse apenas estruturalístico—omitindo, sintomáticamente, o da Finlândia,

Umanesimo Di Gardella Giuseppe Mazzariol.

ZODIAC 2 Julho 1958

Excelente comentário à obra de um arquitecto hoje de primeiro plano, no panorema europeu, Bem seleccionada documentação gráfica.

3-4

Una Casa Di Gardella a Venezia G. Samonà.

CASABELLA / N.º 220

Optima documentação da discutida obra de Gardella sobre o Canat de Giudecca, De notar o estudo de Samona. 5

L'Architetto Georges Candilis Ionel Schein.

L'ARCHITETTURA N.º 33 Julho 1958

Candilis, discípulo-livre de L. Corbusier, é hoje uma personatidade de primeiro plano no panorama da arquitectura francesa, Embora mão de todo isentos dos formalismos da escola francesa, a flexibilidade, a segurapça, o vigor dos seus múcleos habitacionais obrigam o profissional a estudá-lo se tem de abordar este tipo de complexos. Documentação sintética de Bangnois-sur-Cère, Escanaux, Martinica, Irão e Norte de Africa.

Número sobre G. Rietveld.

FORUM (HOLANDA) N.º 3 Março 1958 Opere Di Ralph Erskine.

L'ARCHITECTTURA N.º 32 Junho 1958

Completa revista da obra do arquitecto inglés na Suécia; estudo da personalidade complexa (e desigual?) de um projectista que figura entre os casos mais curiosos da geração do após-guerra.

Architectes D'Aprés-Guerre.

ZODIAC 2 Julho 1958

Nesta nova secção Zodiac apresenta eficazmente arquitectos aparecidos após a guerra. Nesta primeira série contactase com Basei e Boschetti (Turim), Brodzky (Bruxelas), Cubitt, (Grā-Bretanha-Āfrica) Delimann (Alemanha), Jacquain (Bruxelas), Karrer (Alemanha) e sobretudo Piero Maria Lugii (Itália) e Otto Senn (Basileia),

Serpentina Del Parco Di Stoccolma Arqs. Sven Backs-

tröm, Leif Reinius.

L'ARCHITETTURA N.º 31 Maio 1958

A serpentina habitacional projectada pelos autores dos centros comunitário e comercial de Vallingby evidencia a espontaneidade e a força das suas ideias arquitectónicas e merece estudo pelo seu interesse urbanístico e arquitectónico.

Casa D'Abitazione a Chiavari (Génova), Marco Dasso. e Benedetto Resio.

L'ARCHITETTURA N.º 32 Junho 1958

Interessante resolução de um grupo de habitações escalonadas em que se tira partido da paisagem por um notável jogo de varandas e terraços e uma excelente ligação ao terreno.

7-8

La Cassa Di Risparmio, a Firenze Arq. Giovanni Michelucci.

L'ARCHITETTURA N.º 31 Maio 1958

A mais recente obra do conhecido professor da escola de Fiorença apresenta quer no aspecto de resolução funcional e humana, quer estrutural, quer ainda de integração no ambiente histórico florentino, o maior interesse. Notável, o texto do autor que acompanha a documentação.

Casa em Vedbaek, Dânemark 1958) Arne Jacobsen.

WERK N.º 6 Junho 1958

Apresentação sucinta de uma casa com a habitual e excelente qualidade do «designer» dinamarquês.

A Liturgical Brief R. P. Peter Hammond

ARCHITECTURAL REVIEW Abril 1958

Revisão dos problemas da arquitectura da Igreja, por um pastor Iuterano, acompanhada de uma bem informada sequência gráfica.

As construções escolares de hoje. Wilhelm Berger

ZODIAC 2 Julho 1958

O estudo de Berger, documentado com excelentes exemplos em sua maioria alemães, dá conta das mais recentes aquisições e preocupações da arquitectura escolar (sobretudo a noção de «marktplatz»). De interesse o confronto de algumas das suas opiniões com a recente edição do já clássico Roth.

Offices Philip H. Bennett, etc.

ARCHITECTURAL DESIGN N.º 7 Julho 1958

Completo estudo dos problemas do desenho de escritórios abordando iluminação, condicionamento de ar e temperatura, protecção contra incêndios, comunicações internas, sistemas de compartimentação, disposição, arranjo, equipamento e mobiliários interiores (exemplos de vários países).

Bauen Und Wohnen - Agosto 1958.

Número sobre centros comerciais e grandes armazéns com um artigo de abentura de Fred Keller: «Fazer compras — ontem — hoje — amanhã» a que se segue sucinta documentação de alguns centros norte-americanos (Roosevelt Field S. C.), com texto de Victor Gruen, e dos grandes armazéns de Rotterdam — Bijenkorp, Galeries Modernes e Lijuban — introduzidos por H. Kug.

Maisons Individuelles.

L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI N.º 78 Junho 58

Dos exemplos seleccionados (apresentação muito sintética) destacamos as obras de Van der Broek — Bakema, Philip Johnson (New-Canaau) R. e K. Siren (Helsinki), E. Eerikaiven (Helsinki) e Korsmo-Shulz (Os'o).

Centro Civico em Marl (Westfalia).

BAUWELT N.º 14 Abril 1958

Concurso internacional em que se destacaram as soluções de Aalto, Arne Jacobsen e do grupo Van der Brolk — Bakema, que ficou vencedor.

TECNOLOGIA

La Forma Nella Strutura.

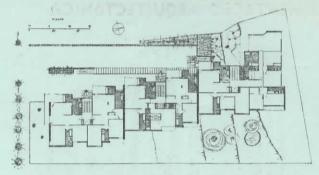
L'ARCHITETTURA N.º 31 Maio 1958

Análise de problemas estruturais na arquitectura contemporânea.

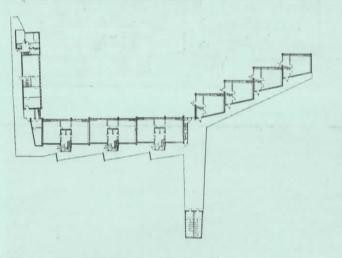
Il Padglione Bruno Funaro, Colúmbia, N. Y.

E'ARCHITETTURA N.º 30 Abril 1958

Ensaio estrutural cujo interesse maior provém de ter mate-







rializado a ideia de um professor de arquitectura (Bruno Funaro), de fomentar em termos originais a colaboração entre entudantes de arquitectura e de engenharia numa obra a um tempo nova e instrutiva na concepção, no processo de construção (foi executada pelos próprios alumos) e como processo de investigação (ao longo da obra os alumos introduziram sucessivas alterações experimentais, aprove tadas para tese de estudo).

Kitchens George Fejér.

ARCHITECTURAL DESIGN N.º 4 Abril 1958

Estudo de conjunto sobre cozinhas mais desenvolvido no que respeita ao desenho funcional e equipamento do que a sua integração no fogo.

Techniques et Architecture n.º 1 Março 1958.

Número sobre comunicações: escadas e ascensores. Muito desenvolvido o primeiro aspecto.

Novos Métodos para Medir a duração da insolação W. Schweitzer.

WERK N.º 6 Junho 1958

(Miscellany): shutters, blinds and umbrelles.

ARCHITECTURAL REVIEW Junho 1958

Nota sobre os sistemas de protecção solar e visual.

noticiário • exposições • crítica

Conferência do arq. José Rafael Botelho no Instituto Britânico

No passado dia 19 de Dezembro, realizou-se na sede do Instituto Britânico, em Lisboa, uma conferência do arq. J. R. Botelho, versando o tema das Novas Cidades Inglesas do após-guerra.

Raras são, infelizmente, as oportunidades de ouvir falar em público de arquitectura e urbanismo, e, que nos lembremos, ninguém tinha ainda tratado entre nôs das realizações que deram título a esta conferência, sem dúvida das mais notáveis do após-guerra no campo do urbanismo e que tanta polémica têm levantado em Inglaterra e noutros países onde estes problemas atingiram já a maioridade.

Por isso mesmo, e também pela reconhecida competência de quem proferia a conferência, a sala do Instituto Britânico onde ela teve lugar encheu-se de um público numeroso, constituído na sua maioria por arquitectos e estudantes de arquitectura, cuja expectativa não foi de forma alguma iludida.

O trabalho do arq. Botelho, tratando o assunto na generalidade, era na verdade dedicado a um público diferente — um público não especializado. Nem por isso, no entanto, deixou de prender a atenção dos numerosos profissionais presentes, que acompanharam com evidente interesse toda a exposição.

Num apanhado geral, a conferência de J. R. B. pode ser dividida em três partes distintas: Na primeira historiou a evolução das cidades inglesas desde a revolução industrial até aos nossos dias e fez considerações sumárias sobre alguns dos problemas que afligem a vida urbana actual; na segunda parte tratou da legislação resultante dos relatórios das comissões Barlow. Uthwatt e Scott e da estrutura administrativa que tornou possível a construção das novas cidades, focando com especial insistência a solução dada ao problema fundamental do domínio e posse do solo urbano; e finalmente, na terceira parte, das soluções particulares adoptadas nas novas cidades descrevendo o método de zonamento, sistema viário, etc., de um dos exemplos por si visitados quando da estadia de 4 meses que efectuou em Inglaterra como bolseiro do British Council a cidade de Harlow, construída segundo plano de Frederick Gibberd e por muitos considerada como a mais notável das 14 novas cidades.

Esta última parte da conferência foi acompanhada pela projecção de um elevado número de diapositivos, com plantas e vistas de Harlow, comentadas com cuidado e evidente preocupação de objectividade pelo arq. José Botelho.

«Arquitectura», registando aqui com satisfação o acontecimento, não pode deixar de fazer votos para que o exemplo frutifique, e que de tal resultem maior contacto do público com os problemas da arquitectura e do urbanismo contemporâneos e mais largas e vivas possibilidades de informação e debate para os profissionais.

III Exposição de Artes Plásticas no Convento dos Capuchos

Realizou-se no Convento dos Capuchos a III Exposição de Artes Plásticas promovida pela Câmara Municipal de Almada. Constituíram-se em júri de premiação os srs. dr. Aquiles Monteverde, presidente da Câmara, Prof. dr. Artur Nobre Gusmão, da E. S. Belas Artes do Porto, dr. Francisco de Avilez do Secretariado Nacional de Informação e S. P. Vilas Boas do «Diário Ilustrado». Recusou fazer parte do júri por discordar da sua constituição o sr. dr. José Augusto França, O Prémio Columbano foi atribuido a Júlio Resende, instituiu-se um prémio especial, atribuído a Bernardo Marques, e não foi atribuido o prémio destinado a obras sobre o Concelho de Almada, Assistiu à inauguração o sr. Ministro da Educação Nacional e no decorrer da Exposição realizaram-se dois colóquios respectivamente orientados pelos srs, drs, Flórido de Vasconcelos e J. A.

A Exposição de Artes Plásticas, no convento dos Capuchos, mantendo o interesse cultural dos anos anteriores e que constitui exemplo, por exemplo, para as Câmaras de Sintra ou Oeiras ou Lisboa (se acaso tais Câmaras não lutam com dificuldades econômicas ou entendem tempo perdido organizar Exposições de Artes Plásticas) manteve, igualmente, os erros das exposições já realizadas e que interessa apontar.

— Não se entende porque é que dispondo a Câmara de Almada de várias salas, e se pretendendo contentar todos os gostos, não separe os géneros de pintura expostos de tal modo que o visitante não tenha, por exemplo, em frente de Bernardo Marques, Domingos Rebelo e vice-versa; que ambos se conservem, é perfeitamente justo, mas misturá-los na mesma sala, dá o ar de falta de critério na arrumação, quer dizer, desarruma a Exposição e prejudica a apreciação dos quadros. Uma final sugestão — os júris de premiação, ou admissão, têm toda a vantagem em screm ecléticos; e por isso se nos afigura desejável e vantajoso que em iniciativas análogas à da Câmara Municipal de Almada, estejam representadas além de individualidades de reconhecida idoneidade — crítica e moral — a direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, que é a Casa dos Artistas, o Secretariado Nacional de Informação e os próprios expositores.

Sem se criarem deste modo condições de afabilidade quanto a juizos criticos, sempre se evitarão, mais seguramente, decisões injustas, incompreensíveis e até, ausência de decisões.

N. S.

LIVROS

Conflito e unidade da arte contemporânea — dr. Mário Dionisio

(Iniciativas Editoriais)

Na série de conferências proferidas por ocasião da Exposição Gulbenkian, a pronunciada pelo Dr. Mário Dionísio, e recentemente editada, teve o mérito evidente, vindo depois da brilhante recitação de ideias feitas do sr. B. Dorival e depois da simplicidade bem informada e localizada do sr. Penrose, de equacionar com clareza e elevação uma problemática da estética contemporánea, a qual, encontrou, no ambiente da Exposição, pontos de referência precisos.

A relação da palestra de M. D. com os quadros e esculturas, que o público ouvinte tinha diante dos olhos e já admirara, não deixou, portanto, de se prestar a um entendimento mais vivo e não foi esse o aspecto menor do seu interesse cultural. Pode dizer-se que M. D. pronunciou as palavras certas no lugar certo.

O que isto, de nenhum modo implica é que tais palavras se tenham atido às circunstâncias provincianas do nosso meio, pequenino e burgués, desastrosamente privado do iluminismo de outros meios, maiores e porventura mais decididos nas modas. De facto, o conflito da arte contemporânea, e a sua inalienável unidade, não constituem, quero crer, um problema, ultrapassado, do lugar em que vivemos mas um problema bem do tempo em que vivemos.

O que se reflectiu, realmente, no encontro e divergência das correntes estéticas (na própria unidade e conflito) da Exposição Gulbenkian é o que se continua reflectindo onde quer que se vá fazendo da pintura ou escultura uma visão do mundo — de um mundo, pela força das circunstâncias, mais intimamente ligado, material e espiritualmente.

Será, assim, através do que constitue ao fim e ao cabo a participação da nossa pintura e escultura numa consciência e situação europeias, que deriva a adequação da conferência de M. D. à Exposição; diferentemente, de a supor referenciada na situação, em atrazo, por cá verificada, o que corresponderá, quanto a mim, injustamente, a limitar o que foi dito, nas intenções e no significado.

Como se define o esquema essencial do pensamento de M. D.? Verifique-se desde já a sua impecável articulação; M. D. está mais do que nunca coerente consigo próprio. Três aspectos me surgem como linhas mestras da sua interpretação do fenómeno estético contemporâneo;

Primeiro, que uma relação válida se verifica entre a obra de arte e o facto social, relação, entretanto, diferentemente concebida da de uma causalidade simplista o simplificadora.

Segundo, que uma crise tecida de expe-

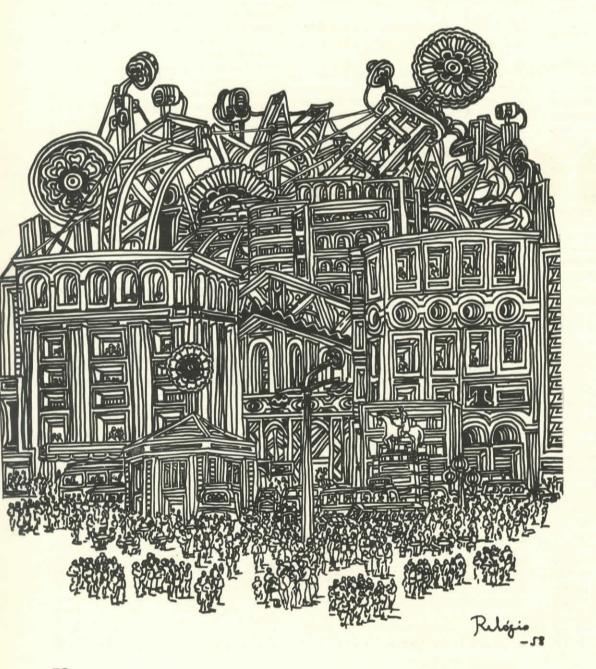
riências desgostantes se apodera de nós todos, onde quer que vivamos — «a Norte ou a Sul, a Leste ou a Oeste» — e marca flagrantemente a expressão artística.

Terceiro, que a arte contemporânea, imagem da existência contemporânea é um sinal de decadência, enquanto identificada pela alineação do homem «total», ocultado pela sua própria parcelação, e que, simultâneamente, essa arte, enquanto imagem da nossa angústia actual, é uma expressão estética e èticamente, válida.

A «lição final» que M. D. aprende, dominantemente, através da análise e relacionação dos fenómenos literários e plásticos, é esta: Não existem outros pontos de partida para a criação artística que não sejam aqueles que mergulham na própria realidade que vivemos; inútil, consequentemente, «resolver» o caminho a percorrer pela arte, violando a «inviolável liberdade» do clima em que se gera; inútil, definir um antogonismo de situação entre as diferentes expressões arte moderna — uma mesma realidade as irmana e afinal castrando-lhe as ambições de significarem diversamente da

sua condição de «metades» lhes vai apresentando no próprio conflito augustioso com que as fere as próprias possibilidades de superação. M. D. resolve, portanto, sem prejuízo de imparcialidade, a sua tomada de posição no debate que afecta «o panorama das artes plásticas em todo o Mundo».

Se a crise é geral, todas as expressões artísticas resultam, independentemente do que pretendam, representativas do homem «empobrecido» e «mutilado» que as cria ou contempla. O ponto de vista dialético de M. D. oferece depois a saída deste beco. aparentemente, sem saída: «Nada é só decadência. Nada, històricamente, decai sem em si mesmo gerar condições de crescimento». Todavia, surge-me a partir deste esquema crítico de M. D., que em principio entendo, uma primeira interrogação: todas as expressões contemporâneas, falsamente antagónicas, igualmente típicas, são, indiferentemente caminhos de crescimento, isto é, caminhos projectados no futuro? Bem entendido, não procuro uma definição de arte do futuro, mas um juízo a partir do que está feito. Porque entendo, e nisso serei parcial, que racionalizada



Desenho de RELÓGIO, exposto no 1.º Salão de Arte Moderna realizado na Sociedade Nacional de Belas-Artes em Outubro passado

a crise — condição psicológica da sua superação — muitos artistas, de autêntico mérito, estarão menos interessados em transcendê-la do que em prolongá-la. Que uma arte abstracta ou de tendências abstractas e uma arte realista ou de tendência realista nos surjam, apenas como «expressões diferentes» de um conflito que de facto igualmente as marca e parcela, de certo; mas não subentendem, quanto a mim, posições criadoras com idênticas possibilidades de superação, justamente em relação à crise que as unifica no presente. Sendo, igualmente, expressões válidas desse presente, não serão, igualmente, caminhos de crescimento.

Veladamente, as preferências de M. D. parecem-me, de resto, apontadas: «o muralismo de 1920; um quadro apenas — Guernica 1937».

Porquê? — Talvez, porque tais momentos de excepção demonstrarem a M. D. a possibilidade de uma «espontânea adesão emotiva à obra de arte». — Que matasse a nossa «verdadeira fome de uma arte diferente, de uma arte humana» e recriasse no plano estético ,a unidade do público e do artista. Julgo estes, os aspectos menos explicitados na conferência; sobretudo, quan-

do M. D. afirma: que a espontaneidade de um tal convívio «depende de circustâncias que não estão nas mãos, que, pelo menos, não estão apenas nas mãos dos artistas ou dos críticos de arte».

Perdendo, talvez em serenidade crítica diria de preferência: circunstâncias que estão também nas mãos dos artistas e dos críticos de arte, na medida em que, em liberdade, se enfeudam à luta por uma arte diferente — diferente, porque não pode aguardar a sociedade ideal que surgindo veja nascer a arte-solução-da-crise; diferente porque terá de abrir um caminho precursor — negação e progresso de Guernica, única obra genial que acaso restará da pintura moderna.

Mas, de boa vontade, reconheço ao Dr. Mário Dionísio, o mérito final de não ter perdido a serenidade crítica.

NIKIAS SKAPINAKIS

Biografia de Abel Manta

Na colecção de Arte Contemporânea — Editorial Artis — encontra-se publicada uma biografia do pintor Abel Manta, acompanhada de numerosas reproduções, da autoria do escritor Manuel Mendes.

LITERATURA ARQUITECTÓNICA (III)

binário

O aparecimento de uma nova revista que, não sendo especificamente de arquitectura se destina aos problemas da construção, propõe-se preencher uma função própria dentro da paupérrima gama de publicações congéneres que dificilmente poderia ser assumida, na integra, pela Imprensa actualmente existente.

Antes de esboçar uma análise dos primeiros números aparecidos (3 até à data em que escrevemos) parece-nos pois esclarecedor referir a posição relativa de ARQUITECTURA e da nova publicação e tentar mesmo pôr à reflexão do leitor as repercusões que tal coexistência poderia comportar para a actual fórmula da nossa revista.

Após o desaparecimento de «Arquitectura Portuguesa» e «Cerâmica e Edificação», ARQUITECTURA — NOVA SERIE tinha ficado na posição de revista única, no panorama da literatura «periódica» da especialidade.

Mantendo uma linha de vigilante defesa da liberdade de criação e de crítica que tinha reunido na sua impulsão os nomes mais valiosos da geração que fizera vingar uma moderna linguagem arquitectónica entre nós, na sua nova série, existia no entanto a vontade de abordar algumas propostas evolutivas no interior do movimento, e assim ser intérprete da contribuição das gerações mais recentes, (senão da mais recente), e da situação e problemas da própria arquitectura contemporânea. Mas essa posição de revista única, conferia a ARQUITECTURA responsabilidades suplementares de abordar uma larga gama de experiências e de temas que de algum modo poderiam fazer perder em nitidez, por ecletismo, o desenvolvimento de tais intenções. Por outro lado, e na medida da precisão dos nossos pontos de vista, exigia-se um diálogo, um debate, que não viamos passar, com proveito mútuo, da mesa dos cafés para a letra impressa.

Finalmente, tendo-se feito uma opcão à partida, ARQUITECTURA, não seria uma revista à qual se devesse exigir um panorama completo das obras de bom nivel que apesar de tudo surgem em Portugal: na sequência do seu programa, e nessa medida interpretando uma necessidade de um largo sector de profissionals, de entre todas as obras ou posições críticas, conscientes, tinha por missão dar prioridade às que trouxessem contribuições mesmo se polémicas — para uma evolução em qualquer dos múltiplos aspectos em que a obra de arquitectura se liga à vida. E na substimação desta intenção poderão radicar algumas das críticas mais intolerantes que se nos tenham dirigido.

O aparecimento de «Binário» sob a firme garantia de orientação que é o nome dos seus directores vem proporcionar ao profissional português mais uma ferramenta de conhecimento da actividade construtiva entre nós e uma mais larga compreensão das suas responsabilidades.

Publicação mensal, partindo de uma experiente organização comercial que certamente lhe assegurará uma regularidade (ambição primeira de todas as equipas de revistas de especialidade que por cá têm surgido!) e, certamente uma possibilidade económica de profissionalismo na sua confecção, «Binário» poderá assegurar um conhecimento agora completo das realizações com interesse no panorama português.

Mas o que nos parece que poderá ser a melhor contribuição da nova revista à informação dos profissionais da construção é o desbravamento de um campo cuja importância cresce na medida do desenvolvimento do País, do seu equipamento industrial, do progresso da tecnologia: aquele domínio da sobreposição da técnica e da forma, da concepção estrutural e da estrutura do espaço, do conhecimento dos materiais e da sua vocação formal. Tal tarefa, que na própria vontade dos seus directores marcaria a originalidade do empreendimento reveste-se no entanto de sérias dificuldades — as primeiras das quais nascem logo da realidade do sub-desenvolvimento do Pais, com a herança que inevitàvelmente ele acarreta: exiguidade da investigação, empirismo e precaridade da indústria da construção, penúria em indústrias auxiliares, limites da formação dos vários técnicos e, o que é pior, mas ainda típico, cúpidos conflitos das classes

Talvez por isto, o desbravamento deste campo lhe tenha sido dificultado, pois um balanço dos três fascículos que surgiram até agora, aparte o caso da tradução de alguns textos consagrados (como as conferências de Aalto e Gropius ou o prefácio de Argan à obra de Nervi publicado na colecção de Il Balcone) e a republicação de trabalhos do L. N. E. C., evidencia as dificuldades de um pensamento original incidindo sobre a realidade local, enfrentando exactamente a situação económica e tecnológica do País; ora se não parece ter sido esse o fundamento do critério de escolha das obras que têm sido apresentadas, é sobretudo grave a ausência de estudos críticos sobre as mesmas, que contribuissem para o conhecimento ou o debate das suas deficiências tal como das suas virtualidades, como poderia ter sido o caso da curiosa publicação de alguns trabalhos subterrâneos — Metropolitano de Lisboa - se encarados, não digo já nos melindrosos aspectos urbanísticos, mas especificamente na medida em que «desenvolve os aspectos todos» da técnica à forma - e poderia ter dado ensejo a uma «procura e definição dos seus planos de contiguidade e de continuidade prática e conceptual». Exemplo inverso ,o da abundante apresentação dos blocos habitacionais da Av. Infante Santo, que deixou de lado aspectos particulares mas porventura mais exemplares do que o seu conteúdo urbanístico ou arquitectónico tais como: a problemática da construção civil citadina, o regime administrativo que os regem (relações entida-

des, projectistas, construtores) ou os seus problemas estruturais, na concepção, execução e fiscalização, e certamente mais dentro do programa da revista como se falava no citado editorial de abertura. Que os colegas de Binário me perdoem esta sinceridade crítica por se tratar de um campo de formação cultural que de algum modo temos procurado abordar sempre que para tal surge oportunidade (embora dentro de uma integração no conjunto dos outros factores) e onde precisamente nos têm sido opostas sérias limitações. E porque a nova revista colocou esse ângulo no vértice do seu programa - por isso nos parecerá tanto mais grave vê-la obrigada a cantonar-s- no género de publicações preenchidas pela simples documentação de obras. Já no aspecto informativo a seccão de «Notícias» apresentava um conteúdo variado e com muito interesse mas no 2.º fascículo não veio a lume e no 3.º aparece reduzida, embora mesmo assim com interesse, a uma página, Em contrapartida surge, neste último fascículo, uma nova e importante secção - «comentários técnicos», entregue à competência do Eng. Rui Gomes

Pedirei ainda paciência para uma última consideração, cuja delicadeza e possível antecipação reconheço: não se apresentando a revista como expressão de uma qualquer posição ou grupo, portanto de forma mais ou menos polémica no interior do movimento moderno português, e tendo-se até agora abstido de um trabalho crítico (ingrato, mas hoje imprescindível) o critérios da escolha dos exemplos que agora tem aparecido nas suas páginas e que constitui a única indicação de uma posição cultural, deixa-nos alguma inquietação. Excepções há-as, evidentemente, mas não tão claras — àparte o caso da

SEAT em Barcelona - que proibam os aspectos que se apontam. Com efeito, temos seguido até agora um enfileirar sistemtico de obras com um mesmo ponto de referência em relação ao movimento internacional, isto é, baseadas em esquemas de vida e de formas muito simplificados revelando uma (consciente) substimação do esforço de aprofundamento da nossa conjuntura, senão da própria radicação funcional, se entendermos o conceito de função à imagem da própria complexidade e ambiguidade da vida. Não querendo afirmar que se tratam de obras destituídas de interesse próprio, é apenas a sua escolha exclusiva e não comentada que tememos poder renovar equívocos, retardar uma fatal evolução entre nós no método de pensar arquitectura, ou constituir abstenção em contribuir para uma plena informação do projectista, hoje que estão revistos ou em revisão muitos aspectos desse método.

E os profissionais dos outros sectores da construção? Não se correrá o risco de agravar uma identificação entre modernidade e poética abstracta ou estruturalismos, entre a precisa diversidade de fazer arquitectura num momento histórico e uma uniformidade formal muitas vezes apriorística e vazia de significado? Matéria fértil de debate e de trabalho critico, sobre a qual, o aparecimento de Binário, vem dar a possibilidade de estabelecimento de um diálogo com o qual a cultura arquitectónica portuguesa só poderá ganbar

NUNO PORTAS

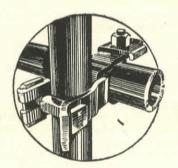
P. S. — Entre a redacção desta nota e as últimas provas surgiram mais quatro

números de «Binário» em recuperação do atrazo realizado entre as primeiras saídas.

Talvez por causa da rapidez com que terá sido necessário proceder à sua elaboração - e nós sabemos pela experiência que por enquanto há coisas inelutàvelmente morosas em Portugal e uma delas é o pensar e escrever o que se pensa estes novos fascículos parecem-nos confirmar a pertinência das dúvidas então formuladas. Com efelto, dobrada já a primeira meia dúzia de números, «Binário» permanece uma revista em que se não sente um pensamento a fazer-se e por via disso tenderá perigosamente a agravar uma dissociação entre o que acaba por ser «o plástico e o «técnico», apresentando neutralmente projectos de arquitectura melhores ou piores segundo o processo corrente nas revistas culturalmente menos exigentes e tendo a fechar uma secção de bom nível científico que debalde esperamos transcenda o plano de um colaborador particular para se tornar presenca, leit motiv, em toda a revista - no cumprimento da promessa inicial. A nossa segunda dúvida, exposta com medo de ser precipitada, dizia respeito ao critério de escolha das obras que se documentam e à equívoca ausência de trabalho crítico sobre elas, mesmo — o que no «Binário» nos parece incompreensível — no que diz respeito à tecnologia ou ao equipamento; não confirmam estes últimos números essa pertinência?

E no entanto a necessidade de promoção cultural das profissões — os colegas do «Binário» não o desconhecem — é mais grave do que nunca e de molde a justificar o sacrifício de certos confortos materiais de eficiência editorial, como as incompreensões ou as oposições.

N. P.





ESTRUTURAS TUBULARES

PARA PROJECTOS E ORÇAMENTOS CONSULTE:

REBEL - R. PINHEIRO CHAGAS, 27, 5.°-Dt. - TELEF. 731191/2/3